



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

GÉSSICA PINTO RODRIGUES

**“PROTEÇÃO TUTELAR ÀS AVESSAS”: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO
POSTO INDÍGENA NONOAI (RS) SOB A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO
AOS ÍNDIOS (SPI) (1941-1967)**

**CHAPECÓ
2022**

GÉSSICA PINTO RODRIGUES

**“PROTEÇÃO TUTELAR ÀS AVESSAS”: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO
POSTO INDÍGENA NONOAI (RS) SOB A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO
AOS ÍNDIOS (SPI) (1941-1967)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do Prof^o Dr. Jaisson Teixeira Lino

CHAPECÓ
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodrigues, Géssica Pinto
PROTEÇÃO TUTELAR ÀS AVESSAS: A TRANSFORMAÇÃO DA
PAISAGEM NO POSTO INDÍGENA NONOAI (RS) SOB A ATUAÇÃO DO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI) (1941-1967) /
Géssica Pinto Rodrigues. -- 2022.
158 f.:il.

Orientador: Dr. Jaisson Teixeira Lino

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2022.

1. PI Nonoai (RS). 2. História Indígena. 3. História
Ambiental. 4. Paisagem Cultural. I. Lino, Jaisson
Teixeira, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GÉSSICA PINTO RODRIGUES

“PROTEÇÃO TUTELAR ÀS AVESSAS”: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO POSTO INDÍGENA NONOAI (RS) SOB A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI) (1941-1967)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 24/02/2022

BANCA EXAMINADORA

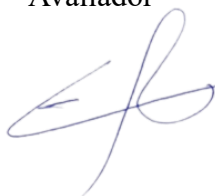


Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino – UFFS
Orientador



Documento assinado digitalmente
SANDOR FERNANDO BRINGMANN
Data: 15/03/2022 09:50:23-0300
CPF: [REDACTED]
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann – UFSC
Avaliador



Prof. Dr. Emerson Neves da Silva – UFFS
Avaliador



Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda – UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiro a Deus por me dar forças nos momentos mais difíceis e por seu amor incondicional. Agradeço à minha mãe por todo o apoio que me presta sempre, por seu incentivo, sua preocupação e seu cuidado constante. Obrigada por ser meu ombro amigo e por me tranquilizar nos momentos de tristeza e estresse.

Ao meu esposo, meu melhor amigo e companheiro todo o meu amor e carinho. Aos meus familiares, pai, irmãos, cunhados e sobrinhas, agradeço por serem tão pacientes e prestativos, vocês são incríveis. Estar com vocês me traz a maior felicidade do mundo.

Aos meus sogros, cunhado, cunhada e sobrinhos quero dizer que sou muito feliz por fazer parte da família e agradecer pela acolhida amorosa e pelo cuidado de sempre. Às minhas amigas Gracielly, Olda, Carmen e Juliane agradeço por seu amor, incentivo e orações. Gostaria de passar mais dias com vocês.

Sou grata às minhas colegas do PPGH turma 2019/2: Janaí, Maria, Jasmini e Ana, pelas quais tenho grande carinho e respeito, obrigada pelo apoio durante essa etapa tão importante da minha vida. Também agradeço ao Carlos Eduardo por todas as informações prestadas ao longo desse período.

Agradeço ao professor Jaisson por sua orientação sempre precisa e por aceitar me conduzir na elaboração da pesquisa. Agradeço aos funcionários do Museu do Índio/RJ pela cordialidade e prestatividade, também aos professores do PPGH, especialmente a Samira, o Radin, o Delmir e o Émerson, com os quais mantive maior contato. Agradeço aos professores Sandor Fernando Bringmann, Émerson Neves da Silva e Antonio Luiz Miranda que aceitaram participar da banca de avaliação da minha pesquisa.

Meu muito obrigada aos movimentos sociais envolvidos na luta pela UFFS, sem vocês a realização dos meus sonhos não seria possível. Agradeço especialmente o pai da colega Vanessa Pacheco, que acompanhou desde o início a luta para que a nossa universidade federal fosse implantada na fronteira sul do Brasil. Por fim, agradeço à FAPESC e ao CNPQ pelo apoio financeiro prestado durante alguns meses para a realização da minha pesquisa.

RESUMO: Esta é uma pesquisa documental e bibliográfica, na qual efetuamos a interrelação de História Indígena e História Ambiental. Neste sentido, nos dedicamos ao estudo das transformações na paisagem do Posto Indígena (PI) Nonoai (RS), ocorridas pela ação antrópica sobre o meio Kaingang, durante o período de atuação do órgão indigenista Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (1941-1967). A definição do recorte se deu pela disponibilidade de fontes documentais e fotográficas elaboradas pelo SPI, no período de 1941 até 1967, e acessadas no Museu do Índio/MI (RJ). Nos baseamos no conceito de paisagem cultural destacado por Simon Schama (1996), neste caso, no âmbito do PI Nonoai (RS). Ademais, utilizamos os referenciais teóricos de Donald Worster (1991) e José Augusto Drummond (1991), que tratam da escrita e do uso das fontes em História Ambiental, área de estudos que destaca a relação entre homem e natureza e os efeitos dela resultantes. A pesquisa, deste modo, analisa e identifica a transformação da paisagem cultural, ou seja, as mudanças sobre o meio Kaingang decorrentes da ação humana, dentro do PI Nonoai (RS), no período das políticas indigenistas desenvolvidas pelo SPI, durante o qual se intensificaram a extração madeireira e o uso do solo por meio das atividades agropecuárias.

Palavras-chave: História Indígena. História Ambiental. Paisagem Cultural. Indigenismo.

ABSTRACT: The present dissertation used documentary and bibliographical materials for an research, in which we carry out the interrelationship between Indigenous History and Environmental History. In this sense, we dedicate to the study the transformations in the cultural landscape of the Nonoai Indigenous Post (PI) at Rio Grande do Sul State, Brazil, where occurred the anthropic action on the Kaingang environment, during the period of operation of the indigenist agency “Serviço de Proteção aos Índios” (SPI) (1941- 1967). The definition of the scope was due to the availability of documentary and photographic sources prepared by the SPI, from 1941 to 1967, and accessed at the Museu do Índio, located at Rio de Janeiro City. We are based on the concept of cultural landscape highlighted by Simon Schama (1996), in this case, within the scope of Indigenous Post of Nonoai . Furthermore, we use the theoretical references of Donald Worster (1991) and José Augusto Drummond (1991), who deal with the writing and use of sources in Environmental History, an area of study that highlights the relationship between man and nature and the resulting effects of that. The research, therefore, analyzes and identifies the transformation of the cultural landscape, that is, the changes on the Kaingang environment resulting from human action, within the PI Nonoai, in the period of indigenous policies developed by the SPI, during intensified logging and land use through agricultural activities.

Keywords: Indigenous History; Environmental History; Cultural Landscape; Governmental Indigenous Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Biomas e regiões fitoecológicas do Rio Grande do Sul	15
Figura 2: Mesorregiões geográficas do Rio Grande do Sul	43
Figura 3: Regiões fisiográficas do Rio Grande do Sul	44
Figura 4: Cerca no PI Nonoai	85
Figura 5: Sede do PI Nonoai	85
Figura 6: Ponte no PI Nonoai	86
Figura 7: Plantação de milho no PI Nonoai (RS)	106
Figura 8: Indígenas trabalhando na lavoura no PI Nonoai (RS)	110
Figura 9: Animais do PI	126
Figura 10: Carroças do PI Nonoai (RS)	134

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Terra Indígena Nonoai (RS).....	14
---	-----------

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM TERRITÓRIO KAINGANG: DA OCUPAÇÃO NO PLANALTO MERIDIONAL À FORMAÇÃO DO POSTO INDÍGENA NONOAI (RS).....	29
	2.1 Conceito de Paisagem Cultural.....	29
	2.2 A ocupação do Brasil Meridional: a transformação da paisagem no período pré-colonial.....	33
	2.3 Os contatos entre indígenas e não-indígenas no atual território do Rio Grande do Sul: a transformação da paisagem no período colonial.....	42
	2.3.1 Os Kaingang do território gaúcho no século XIX	47
	2.3.2 As mudanças para os Kaingang de Nonoai (RS) no século XX.....	58
3.	A MADEIRA DO PI NONOAI: O PROCESSO DE DESFLORESTAMENTO DA ÁREA INDÍGENA KAINGANG	64
	3.1. A paisagem da região	65
	3.2. O SPI entre os Kaingang: a implantação do Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação na área de Nonoai (RS)	69
	3.3 A exploração madeireira levada em efeito pelo SPI: o desflorestamento de Nonoai de 1941 a 1967.....	79
	3.3.1 O desflorestamento do PI Nonoai: a extração, a venda e a troca de madeiras pelos agentes do SPI.....	81
4.	USOS DO SOLO: AGRICULTURA E PECUÁRIA NO POSTO INDÍGENA NONOAI (RS).....	98
	4.1 Agricultura	100
	4.1.1 Plantas	103
	4.1.2 O interesse do SPI no cultivo do trigo	112
	4.1.3 Técnicas agrícolas.....	115
	4.1.4 Adubos	117
	4.1.5 Pragas, ervas daninhas e intempéries.....	118
	4.2 Criação	121
	4.2.1 Animais	122
	4.2.2 Patógenos e seus impactos na pecuária do Posto.....	129
	4.3 Instrumentos utilizados nas atividades agrícolas e pecuárias.....	130
	4.4 Os usos do solo e dos recursos naturais por arrendatários e posseiros.....	137
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
6.	REFERÊNCIAS	147

1. INTRODUÇÃO

O primeiro contato que estabeleci com a Terra Indígena (TI) Nonoai (RS) ocorreu no dia 30 de novembro de 2019, quando o professor Dr. Jaisson Teixeira Lino, coordenador do Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), organizou uma visita de estudos à aldeia Sede e seus arredores. Nesta experiência ótima, um indígena Kaingang, discente do curso de Administração da UFFS e residente na aldeia sede, foi o mediador e guia, mostrando-nos os espaços de matas, de riachos e de cachoeiras que a TI abrange. No momento daquela visita, destacaram-se, entre matas e riachos, a presença da agricultura de monocultivo, especialmente a sojicultura.

Meu interesse pela pesquisa sobre as questões indígenas iniciou quando ainda cursava a graduação em História nessa mesma universidade. O texto de Ronaldo Vainfas, *História Indígena: 500 anos de Despovoamento* (2007), bibliografia básica no componente curricular de História Indígena, em especial, me instigou a contribuir para a escrita da história dos indígenas na região sul do Brasil. Outro fator foi minha percepção quanto ao preconceito que cerca as populações etnicamente diferenciadas da região em que vivo. Neste sentido, busquei conhecer mais sobre os grupos que ocupam este território há milhares de anos, sendo alvos de espólio, exploração e discriminação por parte da sociedade regional, mas também agindo com resistência na busca por justiça e pelo direito de manter suas terras, sua cultura e suas tradições.

O preconceito contra os indígenas tem raízes no processo de colonização, o qual na região sul do Brasil se deu principalmente por imigrantes europeus e seus descendentes, contando com o incentivo e a proteção governamental. Se durante o período colonial, os indígenas foram utilizados como mão de obra escrava e, quando resistiam, eram exterminados por “guerras justas”, durante a atuação dos governos imperial e republicano passaram a vigorar novas premissas, nas quais estes grupos foram invisibilizados ou considerados em vias de desenvolvimento, devendo ser tutelados até a sua integração na sociedade nacional. A invisibilização e a negação das especificidades dos indígenas perdurou por longo tempo, exemplo disso é que até 1988 eles mal eram citados na Constituição Federal brasileira (CFB). Conforme destaca Manuela Carneiro da Cunha (2018, p. 429), há apenas 30 anos os direitos

dos indígenas são objetos de um capítulo específico na Constituição, sendo que atualmente se encontram sob forte ameaça.

No entanto, a questão indígena sempre esteve em voga, ganhando maior visibilidade conforme se intensificavam os embates com os não indígenas nas disputas por terra. Neste sentido, no início do século XX, o governo republicano percebeu a necessidade de tratar a problemática concernente ao destino destes povos. Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), órgão responsável pela tutela dos autóctones e que visava integrá-los na sociedade brasileira, tornando-os mão de obra, especialmente nas atividades agrícolas. Em 1918, o órgão indigenista foi transformado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas suas diretrizes continuaram a ser assimilacionistas e integracionistas. Devido à sua inoperância diante das questões indígenas e aos escândalos de corrupção que envolviam seus funcionários, a partir de 05 de dezembro de 1967, as atividades desenvolvidas pelo SPI passaram aos desígnios da Fundação Nacional do Índio (Funai), que, desde então é responsável indigenismo oficial brasileiro. (ALMEIDA, 2018, p. 618)

Sobre a atuação do SPI nos Postos Indígenas brasileiros, Bringmann (2015a, p. 20) destaca,

Embora o SPI já contasse desde 1910 com uma estrutura administrativa considerável, responsável pela articulação de políticas voltadas para a garantia dos territórios e para a assistência sanitária, educacional e econômica das populações indígenas tuteladas, foi somente a partir da década de 1940, quando esta agência indigenista se consolida nos quadros do Ministério da Agricultura, que se organizaram as mais importantes ações e estratégias voltadas para a promoção econômica dos Postos Indígenas (PIs) espalhados pelo território brasileiro. Naquele momento, as populações indígenas foram agregadas ao projeto governamental de expansão das fronteiras agrícolas, de modernização do campo e incorporação das riquezas do seu interior.

Esta foi a situação dos Kaingang que habitavam o noroeste do Rio Grande do Sul, e que, em 1941, tiveram efetivada a implantação dos Postos Indígenas Nonoai, Ligeiro, Guarita e Cacique Doble. Nesta região, o processo de colonização, as ações governamentais e a atuação indigenista estiveram associados ao nacional desenvolvimentismo¹, que visava a

¹ Política desenvolvida por Getúlio Vargas no período em que foi chefe do Poder Executivo, na qual eram apoiadas as atividades agrícolas e comerciais para o crescimento econômico do país.

utilização do trabalho indígena e a exploração dos recursos ambientais presentes em seus territórios para promover o crescimento econômico do Estado Nacional.

As políticas empreendidas pelo SPI, buscavam a integração dos indígenas na sociedade nacional e a inserção dos Postos Indígenas (PI's)² no mercado produtor da região. Com a atuação do SPI, as atividades até então exercidas pelos Kaingang, destacando-se a agricultura de subsistência e as atividades concernentes à manutenção de sua cultura, foram sendo substituídas e suprimidas pelas produções de interesse do Estado Nacional. Deste modo, as iniciativas do SPI foram fundamentais para as mudanças na paisagem e no meio ambiente do Posto Indígena Nonoai, as quais reconfiguraram o espaço Kaingang.

Para analisar as alterações na paisagem deste território, antes precisamos situá-lo. O Posto Indígena Nonoai estava localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo parte do Bioma Mata Atlântica, no domínio da Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucárias (*araucaria angustifolia*). Sua área, determinada em 1941 pelo SPI, era de cerca de 34.000 hectares, pertencente na época ao município de Sarandi. (*Ibidem*, p. 168). No mapa abaixo podemos ver a localização e a área abrangida pelo Posto Indígena Nonoai em 1941. Na figura 1, vemos as características fitoecológicas do Rio Grande do Sul.

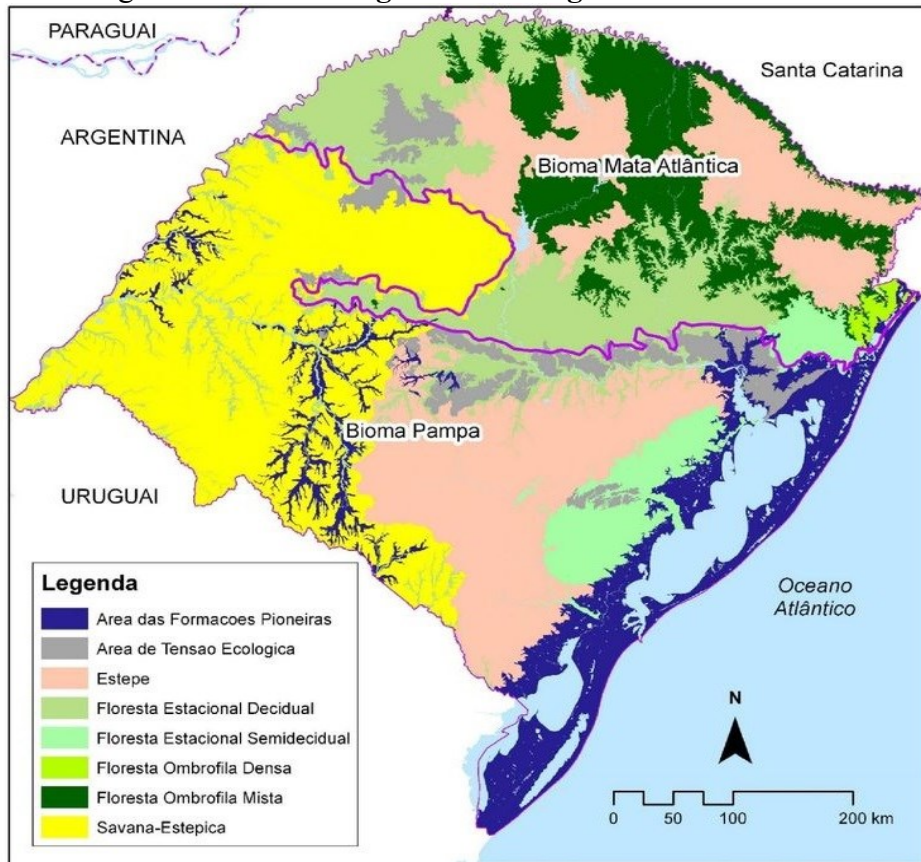
² O termo PI é utilizado pelo SPI para designar as áreas indígenas sob sua tutela direta, ou seja, quando o órgão indigenista cria uma estrutura e dispõe de funcionários para prestar assistência e atuar em relação aos indígenas que li vivem. Em Nonoai, a criação do Posto ocorreu em 1941.

Mapa 1: Localização do Posto Indígena Nonoai (RS) em 1941



Fonte: Bringmann (2015a, p. 169)

Figura 1: **Biomias e regiões fitoecológicas do Rio Grande do Sul**



Fonte: Cordeiro & Hasenack (2009)

Neste sentido, ao analisar a transformação da paisagem no PI Nonoai (RS), esta pesquisa vem somar-se aos estudos de História Indígena e História Ambiental no sul do Brasil, atentando para a interrelação entre ambas. O período pesquisado compreende os anos de 1941 a 1967, nos quais os indígenas desta área estiveram sob a tutela do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Em 1967, as atividades do SPI são encerradas neste Posto e a Funai assume a função indigenista na área.

A atuação do SPI justifica nosso delineamento temporal, visto que, apesar dos recortes temporais mais amplos necessários à escrita da História Ambiental, a delimitação em cerca de três décadas marca a presença do órgão indigenista no PI Nonoai, período no qual foi produzida ampla gama de fontes documentais e fotográficas sobre o território pesquisado. Também justificamos que mesmo a região sendo ocupada há milhares de anos por diferentes grupos humanos, é no período pós-colonial que a transformação da paisagem se dará de modo acelerado e intenso, no caso da área estudada, o órgão indigenista é um dos principais agentes

dessa transformação, de forma a reconfigurar a paisagem cultural. No que tange ao SPI, sua atuação, voltada ao desenvolvimento econômico, foi responsável por intensificar a exploração dos recursos ambientais, pois a extração madeireira, a produção agrícola e a criação de animais, atividades implantadas ou exercidas em maior escala após a chegada do órgão indigenista, demandavam maior uso do meio ambiente.

No desenvolvimento da pesquisa, acessamos 1.698 arquivos do SPI, os quais nos foram disponibilizados por servidores do Museu do Índio (MI/FUNAI), Rio de Janeiro (RJ), no ano de 2020. Durante a pesquisa, os arquivos foram separados e analisados de maneira qualitativa, visando observar as características da atuação indigenista no PI Nonoai (RS) e suas consequências no ambiente Kaingang. Neste sentido, a escrita da História Indígena se faz com análise de fontes produzidas por agentes do órgão governamental SPI. O que nos remete a avaliar de maneira crítica tal produção, visto que nenhum agente é imparcial e nenhum documento é isento de sentido em sua elaboração.

Dentre os documentos escritos, destacam-se inventários de bens imóveis, móveis e semoventes; relatórios de despesas e receitas; relatos de nascimento e morte de animais; relatórios anuais com descrição sobre a situação no Posto, dos indígenas, dos trabalhos de plantação, de colheitas e de criações, etc.; também correspondências enviadas à Inspetoria Regional (IR7), que tratam da implantação de serraria no Posto e da exploração madeireira ali empreendida, e abordam temas como construções de escola, enfermaria e abrigo para animais, assim como demais assuntos pertinentes à pesquisa. Dentre os arquivos fotográficos encontramos registros dos indígenas, das plantações de milho, da criação de animais, do preparo do solo para o plantio (queimada), das instalações do Posto e das visitas de agentes da Inspetoria Regional (IR7), os quais eram responsáveis pela coordenação e supervisão dos trabalhos realizados nas áreas indígenas da região sul do país.

Por meio do escrutínio das fontes, visamos escrever uma História Indígena a partir da análise das transformações na paisagem Kaingang decorrentes da ação antrópica sobre os elementos ambientais do PI Nonoai (RS). Deste modo, tencionamos contribuir para a interrelação de História Indígena e História Ambiental, compreendendo as configurações da paisagem cultural, que diz respeito à relação entre o ser humano e o meio. Também buscamos

conhecer os elementos ambientais presentes neste espaço e sua transformação após os processos de exploração madeireira e de intensificação no uso do solo em atividades agrícolas e pecuárias, quando da atuação do SPI nesta área (1941-1967). Procuramos observar os elementos tecnológicos inseridos no Posto durante a atuação do órgão indigenista, realizar um estudo histórico sobre o desmatamento neste território, descrever os produtos agrícolas ali explorados no período de estudo proposto, contribuir com elementos históricos sobre a exploração predatória levada em efeito pelo SPI em meados do século XX e refletir sobre a introdução de elementos alienígenas e sua imposição sobre o meio Kaingang.

Este trabalho se insere na linha de pesquisa 1 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, que trata da “História do Povoamento, da Agricultura e do Meio Ambiente”. A pesquisa busca ser relevante para os estudos sobre os povos indígenas, ao contribuir para a historiografia sobre os Kaingang da região sul de modo geral, do noroeste do Rio Grande do Sul de maneira específica. Neste sentido, relaciona o intenso processo de mudanças ambientais e paisagísticas com a atuação do SPI sobre o espaço de ocupação tradicional Kaingang, abordando a transformação e a culturalização da paisagem do PI Nonoai (RS), que correspondem à ação antrópica neste território.

Sobre a transformação do ambiente e a culturalização da paisagem, Jaisson Teixeira Lino (2015, p. 92) destaca que estes foram processos empreendidos desde as primeiras ocupações na área do Brasil meridional. Das três levadas migratórias surgidas na região, as duas últimas “[...] ocasionaram mudanças na paisagem cultural sulina, por meio da chegada ao território de povos produtores de artefatos cerâmicos e praticantes da agricultura.” (LINO, 2015, p. 98). Após a colonização, outros grupos passam a marcar a configuração da paisagem, que ocorre através das relações que estabelecem com o ambiente.

O período pré-colonial do Brasil Meridional corresponde à ocorrência das primeiras migrações, há cerca de 12 mil anos, até a chegada dos colonizadores, representa, portanto, maior espaço temporal que o período pós-colonial. O grupo em estudo, ocupa o sul do Brasil desde tempos pré-coloniais, são povos que fazem parte da matriz linguística jê, os quais se originam provavelmente na região central do país e teriam chegado ao Brasil Meridional por volta de 2,5 mil anos, espalhando-se por diversos ambientes, especialmente as terras altas.

(*Ibidem*, p. 94-98) Desta forma a culturalização da paisagem iniciou há milhares de anos. Nesta pesquisa, destacamos a ocorrência desse processo especialmente no planalto meridional, com ênfase nas áreas de ocupação dos Jê meridionais, associados aos atuais grupos étnicos Xokleng e Kaingang.

Sobre os Kaingang, em específico, são uma das populações pertencentes aos Jê que ocupam os espaços mais frios do Sul e algumas partes do estado de São Paulo. Este grupo, atualmente é o mais populoso da região, tendo ocupado originalmente as Bacias dos rios Tietê, Feio, Aguapeí, Peixe e Paranapanema, em São Paulo; dos rios Ivaí, Tibagi e Iguaçu, no Paraná; dos rios Chopim, Chapecó e Peixe, em Santa Catarina; e dos rios da Várzea, Passo Fundo, Lageado e Forquilha, no Rio Grande do Sul. (LAROQUE, 2007)

A denominação Kaingang, segundo destaca Pedro Ignacio Schmitz na apresentação do livro *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul* (1995, p. 7), variou conforme o passar do tempo: entre os séculos XVI e XVIII, estas populações eram chamadas Guaianá; no século XIX ficaram conhecidas pelo termo Coroados, devido à tonsura de seu cabelo; e, por fim, desde o século XX, são intituladas Kaingang. Lúcio Tadeu Mota (2004), entretanto, afirma que são diversas as denominações atribuídas aos Kaingang,

Gualachos e Chiquis pelos padres jesuítas no século XVII, Guaianás por parte da literatura histórica paulista do final do século XIX e início do século XX. Também foram chamados de Coroados pelos agentes do Estado e pelos religiosos que atuaram junto a eles no século XIX e XX, assim como pela sociedade que os envolvia (MOTA, 2004, p. 3)

Sobre o nome Kaingang, Telêmaco Borba afirma ter sido o primeiro autor a utilizar o termo para denominar estes indígenas. Mota (2004, p. 3), entretanto, destaca “[...] que essa denominação fora anteriormente utilizada por outros viajantes que transitaram pelos territórios Kaingang no século XIX e que Borba não foi o primeiro a anotar essa autodenominação disseminada pelos Kaingang.” Neste sentido, a alcunha de Kaingang é utilizada desde o século XIX para designar este grupo indígena de matriz linguística Jê.

No Rio Grande do Sul, a presença dos Kaingang desde tempos imemoriais é destacada por autores como Ítala Irene Basile Becker (1995), Luís Fernando Laroque (2007) e Sandor Fernando Bringmann (2010), os quais ressaltam aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos deste grupo étnico e sua atuação mediante o contato com os não indígenas.

Ítala Becker (1995), reúne extensa documentação sobre os Kaingang que habitaram o estado. A autora organizou e ordenou tais fontes de acordo com temas como divisão temporal – entre os séculos XVI e XX –, ambiente, características, distribuição geográfica, ascendência, demografia, organização política, social, econômica e cultural, aspectos religiosos e produção material. Seu trabalho combina etno-história e arqueologia, buscando compreender o índio Kaingang através das fontes produzidas desde a chegada dos primeiros colonizadores. Com isso, Becker fornece importantes contribuições para a produção historiográfica sobre este grupo.

Luís Fernando Laroque (2007), faz um estudo sobre as dinâmicas adotadas pelos indígenas em suas relações com a Frente Pioneira e com o Estado Nacional na situação de fronteira, de modo a enfatizar a alteridade e a historicidade destes povos. Laroque destaca a atuação das lideranças Kaingang no sul brasileiro, durante a Primeira República, dividindo-a conforme os territórios das Bacias hidrográficas correspondentes à ocupação tradicional de cada grupo. Também realiza a divisão temporal entre as primeiras décadas do período republicano, nas quais o Estado Nacional não possuía uma política indigenista definida (1889-1910), e o período de atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (1910-1930).

O avanço sobre as terras de ocupação tradicional indígena foi destacado por Bringmann (2010), que aborda o contato interétnico entre os Kaingang e as frentes de expansão nas Terras Altas do Rio Grande do Sul, ressaltando o dinamismo social e cultural destes indígenas diante das situações de contato. Bringmann (2010) enfatiza que os indígenas adotaram formas diversas para fugir ao controle governamental e viver conforme seus hábitos culturais. Neste sentido, destaca as “correrias” e os assaltos enquanto práticas que certos grupos desta etnia adotaram para resistir aos avanços sobre seus territórios, assim como para adquirir objetos que facilitariam suas atividades. Isto revela a flexibilidade de sua atuação, vista geralmente na historiografia riograndense, de forma errônea, sob a dicotomia índios “puros”/isolados e índios dominados/aculturados. Os indígenas, ao contrário, por meio do contato, desenvolviam novas formas de luta contra seus inimigos e aprimoravam seus próprios hábitos. Neste sentido, a aculturação mais se aproxima que se opõe à resistência.

Sobre as transformações mais profundas no território Kaingang do Rio Grande do Sul, elas têm ocorrido desde o século XVI, quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus ao território atualmente brasileiro, mas é no início do século XIX, que se intensificaram, quando da chegada dos imigrantes europeus à província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O contato interétnico destacado por Laroque (2007) e Bringmann (2010) resultou nas mudanças mais significativas sobre o território, a territorialidade e a cultura Kaingang, mas também propiciou alterações nas dinâmicas e nas práticas de resistência por eles adotadas para enfrentar esta nova situação.

Com os aldeamentos, o território dos indígenas é reduzido, as práticas sociais e culturais passam por reconfigurações, assim como o meio ambiente vai sendo transformado. Sobre a ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Sandor Fernando Bringmann (2015a), destaca os meandros de sua atuação tutelar nos territórios Kaingang de Nonoai e Xapecó no período entre 1941 e 1967. Segundo o autor, esta atuação de caráter educacional, produtivista e desenvolvimentista esteve associada às propostas governamentais daquele período. Com isso, as práticas agrícolas e as estratégias educacionais seguiam os parâmetros voltados à aptidão ao trabalho e ao desenvolvimento econômico, por meio do ensino sobre as atividades de produção. As lideranças do SPI que atuavam nestes Postos se encarregavam de engendrar os indígenas no trabalho agrícola, visando integrá-los à “civilização” por meio da produção para a subsistência do PI e para a comercialização de excedentes no mercado regional.

Bringmann (2015a) discorre sobre a *Campanha do Trigo*, elaborada para atender as diretrizes desenvolvimentistas nacionais dentro dos Postos Indígenas brasileiros através da produção tritícola. No que tange ao PI Nonoai (RS), o autor também destaca a dimensão da produção pecuária ali exercida, a qual buscava atender aos preceitos já citados, mas também pela preferência do encarregado Francisco José Vieira dos Santos nos anos em que ocupou o cargo (1941-1956), pois apresentava predileção à criação de gado em detrimento das atividades agrícolas. “O gado do Francisco Vieira” representou por muitos anos uma produção significativa dentro do PI Nonoai. Conforme Bringmann (2015a), em todas essas iniciativas, seja na cultura agrícola, seja na pecuária, vigoravam as premissas de que se deveria envolver os Kaingang nas atividades desenvolvidas pelo SPI, buscando garantir a promoção econômica dos Postos que administravam.

Essa atuação do SPI também foi destacada por Diana do Nascimento (2017), a qual aponta que muitos indígenas do PI Nonoai eram obrigados a trabalhar para os agentes do órgão tutelar, muitas vezes sem receber qualquer pagamento. Em sua pesquisa, Nascimento faz uma relação entre os sistemas agrícolas atuais e os antigos praticados pelos indígenas da Terra Indígena Nonoai, abordando a resiliência dos Kaingang diante do avanço do agronegócio. A autora divide os sistemas de produção entre o tempo antigo (*vãsy*) e o tempo atual (*uri*), de modo que a interferência governamental representa o marco responsável pela separação de ambos.

Nascimento (2017) destaca que no período de atuação do SPI foram introduzidas novas culturas, as quais não condiziam com as praticadas até então pelos Kaingang, entretanto, apesar da imposição de novas culturas em seu território e da perda de muitas espécies vegetais de seu escopo tradicional, o sistema tradicional não foi totalmente substituído, visto que, conforme a autora, alguns projetos do SPI de implantação de espécies vegetais e animais no PI não tiveram sucesso, por não fazer parte do cotidiano indígena, assim como a produção de *commodities* na TI não e as mudanças nas formas de cultivo acarretadas pelo agronegócio, não impediram os indígenas de manter algumas de suas produções tradicionais, características de sua cultura. (NASCIMENTO, 2017, p. 55)

Destarte, é notório que sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, o órgão indigenista SPI, desde sua chegada, não confere espaço para as práticas de cultivo e criação dos Kaingang, nem percebe este grupo em suas especificidades, mas busca, de forma contrária, integrá-los à sociedade nacional e “civiliza-los” por meio do trabalho em atividades de agricultura e pecuária, consideradas propícias para o crescimento econômico do Posto. Com isso, o caminho mais viável se dava pela exploração dos recursos naturais presentes no PI. A extração de madeiras para venda e a utilização da água e do solo em atividades agropecuárias, assim como a introdução de novas espécies e ferramentas acarretaram transformações no meio ambiente e, por consequência, na paisagem do território Kaingang.

No que tange à transformação da paisagem Kaingang, Carina Santos de Almeida (2015), destaca os meandros da proteção tutelar exercida pelo Serviço de Proteção aos Índios e suas implicações na paisagem indígena da Terra Indígena Xaçecó (SC). Desse modo,

relaciona História Indígena e História Ambiental para discorrer sobre as interações dos Kaingang com o meio ambiente, a modificação da paisagem e suas implicações nos modos de vida e no *habitus*³ social destes indígenas.

A autora utiliza-se também da História Oral para ressaltar as memórias e narrativas Kaingang sobre as ações governamentais e indigenistas ocorridas em seu espaço. Neste sentido, Almeida (2015) salienta os desdobramentos decorrentes deste processo e suas consequências para a população indígena desse território.

Sobre a transformação da paisagem sulina, Almeida (2015, p. 42) salienta que

A composição paisagística das terras sul brasileiras está relacionada com a dialética homem-natureza tramada no tempo e no espaço, as paisagens meridionais se transformaram drasticamente a partir do século XVIII e, sobretudo no decorrer do século XX quando ocorre paulatinamente alterações fitofisionômicas que promovem o desmatamento do bioma Mata Atlântica e de suas florestas, como a Floresta Ombrófila Mista, seja nas terras dos índios como também nas terras circundantes.

É notório, portanto, que a transformação da paisagem se acentua a partir da chegada de maiores contingentes populacionais na região sul do Brasil, dotados de hábitos predatórios em relação ao ambiente, o que afetou as áreas pertencentes ou não aos indígenas. Diante disso, associamos a configuração da paisagem à ação antrópica e, sendo o homem produtor de cultura, buscamos compreender, por meio do conceito de paisagem cultural, como as práticas culturais estão relacionadas com as alterações sobre o meio ambiente e suas paisagens. Para tal, ressaltamos os preceitos de Simon Schama (1996) que destaca as relações entre a cultura, a natureza e a paisagem.

Schama (1996) evidencia que as diferenças culturais, os mitos e as tradições interferem na concepção e nas práticas humanas sobre o meio natural. A relação que se estabelece entre o homem e a paisagem também está associada aos mitos e à memória, e, neste sentido, Schama (1996, p. 26) salienta que “[...] as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social.” Ou seja, as significações sobre a natureza estão imbricadas às tradições e aos mitos correspondentes a cada sociedade, em tempos e espaços específicos.

³ Conceito definido por Pierre Bourdieu (BOURDIEU, Pierre. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 162.)

O autor enfatiza que estas práticas e concepções não são homogêneas ou pré-estabelecidas, mas variam no tempo e no espaço, conforme cada cultura, pois

Nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor, e as que as abraçam conhecem fases de maior ou menor entusiasmo. O que os mitos da floresta antiga significam para uma cultura europeia nacional pode se traduzir em algo totalmente diverso em outra cultura. Na Alemanha, por exemplo, a floresta primitiva era o lugar de autoafirmação tribal contra o Império Romano de pedras e leis. Na Inglaterra, o bosque verde era o local onde o rei ostentava seu poder nas caçadas reais e, contudo, corrigia as injustiças de seus oficiais. (*Ibidem*, p. 25)

Entretanto, apesar dessas variações, “[...] os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos” (*Ibidem*, p. 26). A principal e mais óbvia destas instituições tem sido a identidade nacional. O autor destaca a tradição poética de *la douce France* – “doce França” –, a qual retrata uma geografia e uma história de um lugar bem ordenado, com uma paisagem em harmonioso equilíbrio, também evidencia o panegírico da “ilha com o cetro” de Shakespeare, no qual o personagem John de Gaunt “[...] invoca a insularidade encerrada entre penhascos como a identidade patriótica, enquanto o destino heroico do Novo Mundo se identifica como a extensão continental presente na letra de ‘America the Beautiful’”. Neste sentido, Schama (1996) busca expor como as tradições presentes na floresta, na montanha ou no rio, quando escavadas permitem descobrir “[...] fragmentos e peças de um motivo cultural que parece escapar a uma reconstituição coerente”, mas que leva ao aprofundamento do passado. (*Ibidem*, p. 26-27)

Sobre a história do ambiente, Simon Schama (1996) afirma ser uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas, mas que expõe um quadro desanimador de terras tomadas, exploradas, exauridas; sua crítica é atribuída ao fato de que alguns historiadores imputam a empreendimentos como a agricultura ou a invenção do arado a culpa pela degradação do meio natural, considerando que antes deles o homem vivia em harmonia com a natureza. Considerar que a agricultura intensiva é a causadora dos males modernos e que o homem se transformou num exímio manipulador da natureza há apenas alguns milênios são ideias que, para Schama, fazem parte dos mitos da natureza presentes na tradição da paisagem. Tal tradição, teria se construído a partir de mitos, lembranças e obsessões. (*Ibidem*, p. 23-24)

Quanto à relação entre o homem e a natureza, Keith Thomas (2010), destaca como o interesse do homem pelo ambiente natural e as preocupações dele quanto a outras espécies foram se modificando com o decorrer do tempo. Neste estudo sobre a Inglaterra, o recorte de 1500 a 1800 é ressaltado pelo autor como o período crucial, no qual

[...] ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. (THOMAS, 2010, p. 19)

Neste sentido, o predomínio do homem sobre a natureza passa a ser questionado na Inglaterra desde aquele período e atualmente isso se estende por todo o mundo. A história ambiental atua, portanto, enquanto campo primordial destes questionamentos e das preocupações relativas às interações entre o ser humano e o meio ambiente.

Sobre a história ambiental, Donald Worster (1991, p. 200) aponta que seus estudos têm como objetivo principal “[...] aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.” Com isso, os aspectos naturais ou o mundo natural, por muito tempo considerados apenas cenário para a escrita da história, ganham destaque na análise e conhecimento da trajetória humana em nosso planeta.

As preocupações com o ambiente natural durante o século XX propiciaram a ideia de uma história ambiental, a qual surgiu em meados da década de 1970, quando “[...] se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países” (*Ibidem*, p. 199). Conforme Silva, Brandt e Carvalho (2015, p. 271), este campo de estudo “[...] surge respondendo aos anseios da sociedade por saber mais sobre o impacto humano na natureza ao longo do tempo, procurando alternativas ou lições no passado que possam ser úteis para os problemas ambientais contemporâneos.”

O estudo da história ambiental se desenvolveu primeiramente em países de língua inglesa, especialmente os EUA, onde, segundo José Augusto Drummond (1991, p. 181), um grupo de historiadores vem construindo, desde os anos 1980, uma modalidade de estudo que liga a história natural à história social, ao examinar as interações entre ambas. Neste sentido,

em seu processo de consolidação, a disciplina desenvolveu um programa, o qual é composto por três níveis:

[...] o primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado[...] O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente [...] Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.” (WORSTER, 1991, p. 202)

Este programa abrange, portanto, uma variedade de assuntos, por meio de diferentes abordagens.

No que tange à metodologia em história ambiental, Worster (1991) destaca sua relação com as ciências naturais e aponta a necessidade de buscar conceitos nas áreas de geologia, climatologia, ecologia, entre outras. Segundo o autor, de modo geral “[...] as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental, que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem” (*Ibidem*, p. 202-203). No mesmo sentido, Drummond (1991, p.181) afirma a necessidade de realizar “[...] o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais – inclusive as aplicadas – pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas”.

Drummond (1991, p. 181) enfatiza a importância de que as análises focalizem “[...] uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural” ou então que se estabeleça um recorte cultural ou político, como é o caso desta pesquisa que trata de um espaço de ocupação tradicional indígena. Entretanto, o autor destaca que não se pode esquecer suas particularidades físicas e ecológicas. Drummond (p. 182) também ressalta que é preciso “[...] explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas. [...] Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais *per se*.”

Sobre a análise das fontes, o historiador aponta que

[*Há*] grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente. Podem ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas. [...] tudo enfim que permita ver (a) quais recursos naturais são

locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento. (*Ibidem*, p. 183-184)

Por fim, os temas e as linhas de pesquisa mais recorrentes nos trabalhos em história ambiental tratam sobre:

[...] (a) origens e efeitos de políticas ambientais e da “cultura” científico-administrativa de organismos governamentais com responsabilidades pelo meio ambiente; (b) usos conflitivos de recursos naturais por povos com marcadas diferenças culturais (nativos americanos *versus* europeus, por exemplo), ou por grupos sociais distintos de sociedades complexas (protetores de animais *versus* caçadores); (c) valores culturais coletivos relativos à natureza, ao meio ambiente e aos seres animais e vegetais; (d) ideias de escritores ou militantes ambientalistas individuais; (e) estudos de casos notáveis de degradação ambiental. (*Ibidem*, p. 186)

Sobre a metodologia com as fotografias em específico, utilizamos o proposto por Maria Eliza Linhares Borges (2003), que trata de sua utilização enquanto fonte histórica, de modo que relaciona a história-conhecimento e a fotografia. Segundo a autora, as fotografias, “para além de sua dimensão plástica, elas nos põem em contato com os sistemas de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários” (BORGES, 2003, p. 79). Também afirma que as imagens possuem natureza polissêmica, variabilidade de sentidos de suas formas de produção, emissão e recepção, por isso, “a imagem visual é uma forma simbólica cujo significado não existe *per se* [...] uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz” (*Ibidem*, p. 80). Neste sentido, “o documento se apresenta como fragmentos do real que nos chegam por meio das intenções explícitas e ocultas, voluntárias ou involuntárias de seus produtores” (*Ibidem*, p. 81)

Borges (2003) discorre também que as fotografias não foram utilizadas de imediato como fontes históricas, mas que após sua invenção, no século XIX, os documentos fotográficos foram considerados inferiores aos documentos escritos. A partir de meados do século XX, esta hierarquia no trato com as fontes se modifica e a fotografia é incorporada, como documento, ao novo paradigma histórico. Neste sentido, a *Escola dos Annales* e seus praticantes contribuíram para a mudança sobre o conceito de fonte histórica e seu lugar no processo de cognição histórica.

Diante disso, analisaremos as fontes escritas e fotográficas, contextualizando sua produção e os agentes nela envolvidos, assim como examinando seu conteúdo para identificar

as relações entre as sociedades humanas e o meio ambiente e as implicações delas decorrentes. Deste modo o problema de pesquisa que buscamos tratar diz respeito às transformações na paisagem Kaingang, realizadas durante o período de atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), de 1941-1967, no Posto Indígena Nonoai, as quais serão abordadas a partir da pesquisa nos registros efetuados pelo próprio órgão indigenista federal.

Destarte, a dissertação está dividida em três capítulos, os quais abordam a contextualização histórica sobre a presença Kaingang na região sul, especificamente no noroeste do Rio Grande do Sul, a implantação do Posto Indígena Nonoai e a exploração dos recursos naturais levada em efeito pelo SPI; as atividades de extração madeireira, as construções realizadas no Posto por meio das trocas de matérias-primas ali presentes com empresas madeireiras; os usos do solo em atividades como agricultura e pecuária e as ferramentas, insumos, sementes e técnicas utilizadas para tal. As interferências realizadas neste território durante o período de atuação do SPI são analisadas, portanto, com vias a ressaltar as consequências destas práticas no meio ambiente e na transformação da paisagem Kaingang.

No primeiro capítulo, abordamos a transformação da paisagem cultural no Brasil Meridional, com ênfase para o território Kaingang do hodierno Rio Grande do Sul. Inicialmente, destacamos as primeiras ocupações humanas na região Sul do Brasil, evidenciando os grupos de matriz linguística Jê, dos quais descendem os atuais Kaingang. No que tange ao espaço sul-rio-grandense, apresentamos os principais estudos e análises sobre a Tradição arqueológica Taquara, associada ao grupo pesquisado. No período colonial, enfatizamos as relações travadas entre indígenas e não-indígenas em território gaúcho, iniciadas no final do século XVI. Refletimos os impactos da imigração europeia, das políticas governamentais e indigenistas e das resistências Kaingang para as mudanças nos modos de vida e no meio ambiente desses indígenas. Por fim, analisamos as principais transformações nas relações humanas e no ambiente de Nonoai, desenvolvidas até 1941, e suas influências sobre os Kaingang e sua paisagem.

O segundo capítulo destacará o início da atuação do SPI no Posto Indígena, ressaltando o interesse principal na exploração dos recursos madeireiros; apontaremos a

disputa entre o órgão federal e o Departamento de Terras e Colonização (DTC) pelo direito sobre os recursos florestais da área indígena, abordaremos a extração, a venda e as trocas destes recursos pelo SPI e a transformação do meio ambiente decorrente deles. Analisaremos o processo de desflorestação da área de Nonoai levada em efeito durante a atuação do órgão indigenista neste território. Também examinaremos as cartas dos encarregados do Posto endereçadas à IR7 e à Direção do SPI, nas quais constam a necessidade de aproveitamento de madeiras “mortas”, as insistentes tentativas de inserir serrarias nos domínios do Posto, a busca por realizar negócios de madeiras sob a justificativa de que eram necessários à realização das construções na área, a exemplo da sede, dos abrigos para animais, dos depósitos para as colheitas e das casas para os indígenas.

No último capítulo tratamos dos usos do solo nas atividades de agricultura e pecuária, empreendidas com vias a atender os pressupostos do desenvolvimento econômico, promovidos pelo SPI conforme diretrizes estabelecidas junto ao Ministério da Agricultura. Enfatizamos na agricultura: as plantas, as técnicas, as pragas e intempéries, a adubação; na pecuária: os animais, os patógenos e as ferramentas. Analisamos o desenvolvimento das atividades agropecuárias e seus impactos no ecossistema do PI. Por fim, refletimos sobre sua contribuição no processo de transformação da paisagem do território Kaingang.

CAPÍTULO I

2. A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM TERRITÓRIO KAINGANG⁴: DA OCUPAÇÃO NO PLANALTO MERIDIONAL À FORMAÇÃO DO POSTO INDÍGENA NONOAI (RS)

2.1 Conceito de Paisagem Cultural

A ocupação do Planalto Meridional, iniciada há milhares de anos antes do presente, deu início ao processo de transformação da paisagem cultural na região. A partir da ação antrópica sobre o meio, a fitofisionomia foi se configurando e a paisagem foi se modificando, tudo isso, conforme as especificidades dos grupos humanos que a ocupavam. Para analisar o processo citado, destacamos o conceito de paisagem cultural, enquanto produto das relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente.

Iniciemos pelo conceito de paisagem, o qual é destacado em diferentes áreas do conhecimento e recebe significados diversos, podendo ser utilizado na geografia, na arquitetura, na ecologia, na arqueologia. Apesar das semelhanças no uso do termo, cada uma dessas disciplinas se apropria dele e confere-lhe significados específicos. O conceito de paisagem, portanto, recebe tratamentos distintos, por abranger áreas de conhecimentos diversas. (RIBEIRO, 2007, p. 14)

Na Geografia, o termo paisagem se desenvolveu a partir do século XIX. Inicialmente, na disciplina, as paisagens foram divididas conforme o que era considerado ou não resultado da ação humana.

A definição da paisagem como um conceito formal da geografia moderna emerge no final do século XIX e início do século XX na Alemanha, com Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1866-1958), sendo introduzida nos Estados Unidos por Carl Ortwin Sauer (1889-1975) (ENGLISH e MAYFIELD, 1972 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 18).

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997), no século XX, principalmente a partir de 1930, emergiu um novo campo que enfatizava o estudo da paisagem. Neste período, os geógrafos passaram a dividir as paisagens entre “naturais”, consideradas intocadas pelos

⁴ Destacamos o conceito de território, conforme Milton Santos descreveu em sua obra *Espaço e método* (1985), o qual corresponde ao local em que são desenvolvidas as atividades ligadas aos traços culturais do povo que o ocupa.

humanos, e culturais, as quais resultariam da ação antrópica. Tal distinção, entretanto, passou a ser questionada à medida em que os estudos geográficos, ecológicos, históricos e antropológicos mostravam intervenções mesmo nas paisagens consideradas “naturais”, pois haviam se configurado a partir de alguma postura humana em relação a elas. (SILVA, 1997, p. 297-299)

Simon Schama (1996) destaca que a própria palavra paisagem, do inglês *landscape* revela muito. Ela tem origem na Holanda com raízes germânicas e foi incorporada ao idioma anglo-saxão no século XVI. Em sua precedência germânica *Landschaft*, significava tanto uma unidade de ocupação humana quanto qualquer coisa que pudesse ser inspiração para uma pintura. O autor cita o exemplo dos campos alagados dos Países Baixos, resultantes da ação humana, onde uma comunidade desenvolveu a ideia de uma *landschap*, que, no inglês coloquial da época, se tornou *landskip*. (SCHAMA, 1996, p. 20)

Schama aponta que a ideia de uma idílica paisagem arcádia parece ser uma mentira contada pelas aristocracias proprietárias para disfarçar os impactos ecológicos que elas causaram ao longo do tempo. Desse modo, para os aristocratas, se tornou necessário realizar uma distinção entre a paisagem considerada natural e a paisagem criada pelo homem, pois buscavam escrever uma história na qual a Terra e as diversas espécies nela contidas não estivessem deliberadamente a serviço do homem. (*Ibidem*, p. 23)

Antonio Carlos Sant’Ana Diegues (2008, p. 17) alerta que “a existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável” é um neomito ou um mito moderno. Segundo o autor, se difundiu especialmente nos EUA a ideia de separação entre o homem e a natureza, assim como a concepção da existência de áreas selvagens, intocadas pelos grupos humanos. Tais ideias desconsideravam, entretanto, a presença de grupos nativos e suas intervenções nestes ambientes. Teriam sido os primeiros conservacionistas norte-americanos, os desenvolvedores da ideia de parque como área selvagem e desabitada, tudo isso, ligado à concepção cristã de paraíso terrestre, do qual o homem havia sido expulso após o pecado original. Sua localização poderia ser uma ilha desabitada ou terras despovoadas. (DIEGUES, 2008, p. 29)

No caso do Brasil, o autor destaca que mesmo nos lugares aparentemente vazios atuam populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, etc., as quais,

mediante seus traços culturais e seus mitos, estabelecem relações com o mundo natural não condizentes com as desempenhadas nas sociedades urbano-industriais. Tais sociedades são chamadas por Diegues de *tradicionais*, e, apesar de não se relacionar com o ambiente da mesma maneira que as demais sociedades, elas também realizam intervenções no meio e contribuem para a configuração da paisagem. (*Ibidem*, p. 18)

Segundo Schama (1996), para os fundadores do moderno ambientalismo, era comum a ideia de que a natureza selvagem se situava no Oeste americano e que seria a cura para os males da sociedade industrial. O autor enfatiza, entretanto, que essa concepção resulta do desejo da cultura e é até mesmo elaborada por ela. Nesse sentido, ele afirma que na cultura ocidental, principalmente, mas não apenas nela, a paisagem é o produto de uma cultura comum, “[...] trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões.” (SCHAMA, 1996, p. 24).

Da mesma maneira, Silva (1997, p. 297) enfatiza que ao olharmos para diferentes paisagens “vemos sempre o resultado da ação do homem”. O autor aponta também que a construção da paisagem resulta da soma de variados fatores que organizam o espaço: os dados da geografia física; os dados do direito; os dados da tecnologia; os dados da demografia; e os dados da sociologia. Todos esses aspectos, orientados de diferentes modos e imbricados à ação humana, ajudam na compreensão do que compõe a paisagem, seja ela urbana ou rural. (SILVA, 1997, p. 309-316)

Desta forma, com maiores ou menores evidências da ação antrópica sobre as paisagens, elas são produto da cultura, resultam de alguma postura humana em relação a elas, ou seja, se configuram como paisagens culturais. Segundo Copé (2015, p. 150), “as paisagens culturais constituem-se na interação entre o homem e a natureza ao longo da passagem do tempo.” Já Ribeiro (2007, p. 9), destaca que a paisagem cultural pode ser vista de diferentes modos: pode ser lida como um documento que trata da relação do homem com seu ambiente, destacando as transformações dela decorrentes; pode ser apreendida como um testemunho da história dos grupos que a ocuparam; pode ser percebida como um produto da sociedade que a configurou; ou então interpretada como a base de distintas simbologias, locais de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

Da mesma maneira que a paisagem, o conceito de paisagem cultural também emergiu a partir da Geografia.

Foi a geografia a disciplina que, desde o final do século XIX, mais se dedicou à idéia de paisagem cultural como fruto do agenciamento do homem, em diferentes escalas, fazendo com que hoje, na disciplina geográfica, este termo se confunda com o próprio conceito de paisagem. (RIBEIRO, 2007, p. 10)

A paisagem cultural define, portanto, a interrelação dos grupos humanos com o ambiente. Neste sentido, “[...] como estabelecido pelos geógrafos alemães do século XIX e mantido pela tradição da geografia cultural desde então, paisagem cultural é qualquer paisagem alterada pelo homem.” (*Ibidem*, p. 112)

Compreendendo que é a partir da ocupação humana que ocorre a transformação da paisagem cultural, no Brasil Meridional esse processo teve início há milhares de anos antes do presente. Contudo, a ação antrópica sobre o ambiente, responsável direta na configuração dessa paisagem, se modificou ao longo do tempo, dadas as diferenças culturais dos diversos grupos étnicos que ocuparam este território. A formação da paisagem cultural, neste sentido, se definiu a partir das relações que os diferentes grupos humanos estabeleceram entre si e com o meio ambiente.

Destarte, podemos relacionar e aplicar o conceito de paisagem cultural no estudo sobre a transformação do ambiente no Planalto Meridional, detendo-nos especialmente no território de ocupação Kaingang. Percebemos que, nesse espaço, a ação antrópica se modificou e modificou o meio, a partir da intervenção de agentes portadores de culturas diferenciadas e mediante as relações que eles estabeleceram com outros grupos. Esse processo teve início com a chegada dos povos caçadores-coletores e continuou ocorrendo a partir da chegada de novos grupos.

Desse modo, recuamos temporalmente para estudar a ocupação do Brasil Meridional, desde milhares de anos, e destacamos as mudanças decorrentes da chegada de novos grupos, especialmente os imigrantes europeus. Enfatizamos, portanto, desde o período pré-colonial até o período republicano brasileiro, como os diferentes grupos étnicos, a partir de suas especificidades culturais, se relacionaram entre si, agiram sobre o meio ambiente e contribuíram para a transformação da paisagem cultural da região. Neste sentido, destacamos

o contexto da transformação da paisagem cultural nos espaços de ocupação Kaingang ao longo do tempo, com ênfase para o território que atualmente corresponde ao noroeste do Rio Grande do Sul. Concomitante a isso, abordamos também a formação da área indígena Nonoai, desde o período dos Toldos até a sua constituição enquanto Posto Indígena, em 1941.

2.2 A ocupação do Brasil Meridional: a transformação da paisagem no período pré-colonial

Considerando que os primeiros habitantes do Brasil Meridional e precursores na ocupação da terra e no uso dos recursos ambientais chegaram há milhares de anos nesse território, a transformação e a culturalização dessa paisagem tiveram início há muito tempo. Desde então, diversos grupos migraram para a região, tendo ocupado espaços variados, desenvolvido atividades diversas e se relacionado com o ambiente de diferentes maneiras, tudo isso, segundo suas especificidades culturais e conforme os contatos que estabeleciam com outros grupos. Destacamos aqui, os jês e sua ocupação no Brasil Meridional, com ênfase para o atual território do Rio Grande do Sul.

Warren Dean (1996) destaca que a primeira leva de invasores humanos no espaço da Mata Atlântica ocorreu há cerca de 13 mil anos. Neste sentido, “começou um longo período de interação com resultados muito difíceis de avaliar” (p. 38). Quanto ao local de origem desses grupos da primeira leva, o autor enfatiza que há divergências sobre ser por istmo do Panamá, da Ásia ou da África, mas aponta que as datações das pesquisas arqueológicas evidenciam a ocupação da floresta supracitada em 11 mil anos. Considera-se a caça como o motivo de sua chegada no cerrado do hodierno Brasil e sua posterior irradiação para as planícies do interior.

Quanto às transformações no ambiente causadas pela primeira leva de invasores, Dean aponta que os relatos do século XIX demonstram a possibilidade de que os caçadores-coletores utilizassem o fogo em suas atividades de caça e como forma de substituir a vegetação densa por folhagens para atrair herbívoros esparsos. (1996, p. 40) Além disso, o autor faz conjecturas sobre o impacto dessas populações na formação de biomas como o cerrado e o pampa, especialmente porque os vestígios encontrados na Mata Atlântica evidenciam o uso de técnicas de caça apropriadas em campo aberto, num momento em que a

floresta deve ter predominado. Ele ressalta também que à adoção da agricultura pelos povos da região seguiram-se muitas transformações nesse meio ambiente, o que enfatizaremos com mais detalhes no capítulo III. Destarte, para o autor, a ocupação do território que corresponde ao atual sul brasileiro causou alterações em sua paisagem no período pré-colonial, devido às atividades que eles desenvolveram neste ambiente.

Conforme Jaisson Teixeira Lino (2015), no atual Sul brasileiro, grupos humanos de diversas etnias ocuparam os espaços de matas, serras, campos e litorais, desde milhares de anos antes do presente. A ocupação da região teve início por volta de 12 mil anos atrás, de modo que a maior parte da história deste território diz respeito ao período pré-colonial. Estes migrantes foram “[...] atraídos pelas ofertas ambientais abundantes, explorando as densas matas e a fauna associada, os vales dos rios e procurando se adaptar ao clima subtemperado” (LINO, 2015, p. 94)

Os primeiros a migrar para o Brasil Meridional foram os chamados caçadores-coletores, associados à tradição Umbu. Eles foram sucedidos por outras levas de povos diversos: os sambaquieiros teriam chegado ao litoral meridional por volta de 8 mil anos atrás; os grupos de matriz linguística Jê chegaram por volta de 2,5 mil anos antes do presente; enquanto os tupi, denominados de Guarani, chegaram pouco depois, por volta de 2 mil anos atrás. Em todas essas ocupações, os recursos ambientais representaram grande atrativo. (*Ibidem*, p. 94-100)

Sobre os povos caçadores-coletores, as pesquisas arqueológicas apontam que eles teriam chegado ao Brasil Meridional por volta de 12 mil anos antes do presente, possivelmente originários da Patagônia ou da região central do Brasil. Porém, faltam dados mais concretos sobre o momento de sua chegada “[...] embora tenham datações radiocarbônicas de até 12 mil anos atrás para sítios da região de Alegrete na campanha gaúcha, existem críticas sobre a validade das datações mais antigas, devido à carência de registros arqueológicos mais contextualizados.” (*Ibidem*, p. 94)

Os vestígios arqueológicos desses povos apontam a presença de artefatos líticos, de estruturas de combustão, de sepultamentos e de restos de alimentação. Seus locais de ocupação poderiam ser a céu aberto ou então em abrigos sob rocha e em cerritos, no caso dos

locais associados à Tradição Vieira, visto que, os caçadores-coletores podem ter se deslocado para a campanha gaúcha, onde posteriormente se constituíram sítios arqueológicos atribuídos à essa tradição. Quanto ao seu desaparecimento, tem-se dificuldades para propor hipóteses, mas considera-se que povos agricultores provenientes do norte devem ter expulsado os caçadores-coletores de seus território tradicionais, privando-os dos recursos nele contidos nas áreas consideradas mais atraentes do ponto de vista ambiental. Desse modo, eles provavelmente formaram alguns “bolsões” de ocupação em pequenas parcelas desse território, conseguindo sobreviver e manter sua cultura. (*Ibidem*, p. 96)

Sobre os assentamentos dos povos da Tradição Vieira, eles possuíam elevações construídas artificialmente em terrenos alagadiços, chamadas de cerritos. “Nos cerritos, constituíam-se aldeias cujas habitações ficavam protegidas de inundações, ao mesmo tempo em que propiciavam a seus habitantes a oferta de recursos alimentícios que as próprias cheias traziam [...]” (*Ibidem*). As atividades dos povos da Tradição Vieira estavam voltadas para o ambiente aquático e, segundo as datações radiocarbônicas, os cerritos se estendem temporalmente de 2,5 mil a 200 anos atrás.

Os povos sambaquieiros, por sua vez, ocuparam o Brasil Meridional por volta de 8 mil anos antes do presente e se adaptaram ao ambiente costeiro. Eles exploraram a costa e seus recursos, com destaque para a pesca e a coleta de frutos do mar. Seus assentamentos, que formam morros ou montes, foram chamados “sambaquis” (derivado das palavras *tamba*, monte e *qui*, concha), os mais antigos recebem datações em torno de 8 mil anos e os mais recentes em mil anos antes do presente. Os pesquisadores têm buscado compreender os usos desses sambaquis e os motivos do encerramento de sua construção, ocorrido por volta de mil anos atrás. (*Ibidem*, p. 97)

Há cerca de 2,5 mil anos antes do presente, chegaram no Brasil Meridional os povos de matriz linguística Jê, os quais destacaremos a seguir. Depois dos Jê, por volta de 2 mil anos atrás, os grupos denominados Guarani teriam chegado nesse território, oriundos da bacia amazônica. Dessa região, teriam iniciado um processo de expansão territorial que chegou à atual região sul, ocupando os grandes vales dos rios Paraguai, Uruguai, Jacuí, Iguaçu, dentre outros. Posteriormente, há cerca de mil anos atrás, chegaram ao litoral e povoaram o espaço

entre o Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, onde cessaram a expansão litorânea devido à presença dos povos tupinambá. (*Ibidem*, p. 99)

Considerando que os grupos supracitados atuaram sobre o meio ambiente do Brasil Meridional, eles foram os agentes que iniciaram a transformação da paisagem cultural na região. Conforme vimos, por meio de seus locais de ocupação, das atividades que desenvolviam e de suas características culturais, esses grupos empreenderam modificações diversas nos ecossistemas⁵ ocupados. Dentre tais, maior destaque atribuímos aos povos de matriz linguística Jê, que são considerados os antecessores dos atuais indígenas Kaingang.

No que tange aos grupos de matriz linguística Jê, conforme já citado, as pesquisas arqueológicas apontam sua chegada ao Brasil Meridional por volta de 2,5 mil anos antes do presente, desse modo, a maior parte de sua história só é conhecida através do estudo dos vestígios materiais por eles deixados. Pedro Ignácio Schmitz (2016) destaca que diversas áreas do conhecimento tratam destes povos no período pós-colonial, porém, “cobrir esses três milênios de instalação, adaptação continuada, manejo ambiental e criação de uma paisagem humanizada com suas características é a tarefa dos arqueólogos, por meio do estudo de seus antigos assentamentos.” (SCHMITZ, 2016, p. 7)

O autor destaca como são realizadas as pesquisas arqueológicas nos locais ocupados pelos Jê. Inicialmente são localizados os assentamentos, depois, estuda-se suas estruturas, sua implantação e movimentação no ambiente, a organização de seus recursos, os artefatos produzidos, o tratamento com os mortos, a datação dos eventos e a identificação étnica dos moradores (SCHMITZ, 2016, p. 7). Neste sentido, por meio da cultura material dos povos Jê, tem sido possível aos arqueólogos conhecer os modos de ocupação e as atividades desses habitantes do planalto meridional.

Sobre a origem dos grupos Jê do Sul, Lino (2015, p. 98) destaca que sua origem provavelmente está situada na região central do Brasil, se destacando algum lugar entre a área do cerrado e o sul da floresta amazônica, pois nesses locais encontram-se diversos povos

⁵ Utilizamos a definição de ecossistema feita por Donald Worster “[...] ecossistema como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não-vivente (abiótico) num dado lugar.” (WORSTER, 2003, p. 28)

indígenas jê com semelhanças entre si, a exemplo dos xavantes, dos bororos, dos caiapós, dentre outros. No mesmo sentido de definir sua possível origem, Noelli (2004) utiliza-se de dados linguísticos, etnológicos e biológicos para destacar que os povos Jê são originários de fora do Brasil meridional, segundo ele, as línguas desses povos já estariam definidas quando eles colonizaram a região Sul. (NOELLI, 2004, p. 24)

Segundo Schmitz, (2016, p. 7), “os linguistas calculam que os ancestrais desses índios se teriam desprendido do tronco localizado nos cerrados do Brasil Central a cerca de 3 mil anos atrás, penetrando nos campos de altitude do planalto meridional.” Conforme Lino (2015), a seguir,

Os povos jê devem ter entrado em conflito com as populações já aqui estabelecidas [...], gerando uma competição por certos recursos ambientais importantes distribuídos pelo território, como no caso das formações vegetais das araucárias e os campos naturais de erva-mate, recursos que os jê parece terem dominado por longo período de tempo. (LINO, 2015, p. 98)

Sobre os locais de sua ocupação no Brasil Meridional, Francisco da Silva Noelli escreveu *O mapa arqueológico dos povos Jê no Sul do Brasil* (2004), em que destaca a presença do grupo nos diversos municípios dos hodiernos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e na província de Misiones, na Argentina. As datações apontam a rota Norte-Sul como o rumo das ocupações dos Jê no Sul, pois a metade leste de São Paulo e do Paraná teria sido o principal acesso desses povos para a região (NOELLI, 2004, p. 38).

Em seu mapa, Noelli critica a concepção da demografia e da dispersão geográfica dos Jê, a qual os considera pequenos agrupamentos nômades e isolados, com base nas ideias principalmente de Alfred Métraux que estão ligadas à perspectiva da aculturação. “Ao desconsiderar a história dessas populações e ignorar que a maioria das fontes citadas foi escrita em dura situação de guerra e retração demográfica, ficou fácil imaginar que os Kaingang e os Xokleng como agrupamentos nômades e isolados” (*Ibidem*, p. 20). O autor também analisa sua denominação enquanto “povos marginais”, utilizada sob a influência do determinismo ecológico e do evolucionismo de Julian Steward. Segundo o arqueólogo, estas ideias se baseiam na sua distribuição territorial ainda no século XX, momento em que os indígenas estavam desestruturados devido às guerras de contato.

Noelli destaca a localização e as datações dos sítios e os processos de ocupação Jê no Brasil Meridional. Afirma que a distribuição dos sítios possui uma continuidade espacial e que as lacunas decorrem de fatores tais quais a ausência de pesquisa, algumas vezes a falta de evidências materiais ou então as estratégias das pesquisas realizadas, as quais deixam de lado as áreas de interflúvios, preferindo as de beira-rio. “Isso reduz a quantidade de sítios conhecidos e ajuda a formar uma imagem distorcida a respeito de vários aspectos, principalmente em termos demográficos” (*Ibidem*, p. 30). Neste sentido, infere que a densidade demográfica dos Jê foi muito maior do que a atual, com uma população maior que o apontado até agora. Além disso, ele ressalta que as datações apontam para a longa duração das ocupações regionais, visto que alguns sítios apresentam continuidade nas ocupações. Isso contraria a perspectiva tradicional do determinismo ecológico, a qual atribuía às ocupações o caráter de curto período. Portanto, o autor busca apontar novas configurações sobre a imagem territorial e demográfica destes povos, analisando a distribuição espacial das evidências arqueológicas.

Quanto às ocupações e à organização dos Jê,

De acordo com as pesquisas arqueológicas, podemos observar que instalaram seus assentamentos e aldeias de modo diversificado, ocupando topos de elevações, margens de rios e córregos. Os tipos de sítios arqueológicos também são diversificados, demonstrando que havia variações funcionais entre os diferentes assentamentos. Assim, temos os seguintes tipos: a) em superfície, compõem-se de vestígios de moradias, alocados em topos de morros, meias encostas, margens de rios, etc.; b) estruturas subterrâneas, popularmente conhecidas como “buracos de bugre”, são denominadas na literatura arqueológica como estruturas subterrâneas, casas subterrâneas, estruturas escavadas e estruturas semissubterrâneas. [...] danceiros são círculos que aparecem no solo formado por uma sutil elevação, formando uma espécie de pequeno muro, feito de terra. [...] d) montículos, trata-se de elevações formadas por acúmulo intencional de terra, formando amontoados que, a se seguir os dados históricos, serviriam como sepulturas dos índios caingangues. (LINO, 2015, p. 98-99)

Os locais de sua ocupação, portanto, implicavam no melhor acesso aos recursos naturais, dentre eles a água e os alimentos.

Por se distribuírem entre os estados do atual Sul brasileiro, os Jê meridionais são identificados com diferentes denominações conforme seus locais de ocupação. Neste sentido, os estudos realizados por pesquisadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

(PRONAPA)⁶ separam o grupo em três tradições arqueológicas: Taquara no Rio Grande do Sul; Itararé em Santa Catarina e no Paraná; e Casa de Pedra no Paraná⁷. O que identifica e associa os sítios Jê na região são as características das cerâmicas por eles produzidas.

Segundo Copé (2015, p. 149), as pesquisas arqueológicas definiram várias fases e três tradições que marcam as características dos Jê meridionais, as quais se diferem pela cerâmica produzida em seus assentamentos. No atual território do Rio Grande do Sul, os estudos de arqueólogos e outros pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisa/UNISINOS e do PRONAPA possibilitaram o conhecimento sobre diversas das características e dos alojamentos classificados na tradição Taquara. O nome dessa tradição provém de Miller (1971) e faz referência ao material encontrado no sítio litocerâmico superficial localizado no Morro da Formiga no município de Taquara (RS). No entanto, essa denominação é utilizada para designar todos os tipos de sítios arqueológicos com fragmentos cerâmicos semelhantes. (COPÉ, 2015, p. 149)

Segundo Schmitz e Becker (2006)

O termo tradição Taquara identifica aqueles sítios arqueológicos que têm cerâmica de uma certa característica: ela é pequena, composta de potes e tigelas, com decoração impressa variada, onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos, ou das unhas, incisões lineares etc. A identificação da tradição é feita principalmente pela cerâmica, totalmente diferente da Tupiguarani e bastante diferente da Vieira. (SCHMITZ; BECKER, 2006, p. 65)

Outra de suas especificidades consiste nas construções que realizaram e na maneira como enterravam seus mortos. Schmitz e Becker (2006) os descrevem como “os primitivos engenheiros do planalto”, pois sua cultura material é composta de enterramentos e construções que são consideradas obras de engenharia desses povos. Nelas foram encontradas

⁶ O PRONAPA foi proposto em 1964, a ideia partindo principalmente dos pesquisadores Valentín Calderón, Mário Simões e Fernando Altenfelder. O programa deveria ser desenvolvido pelos pesquisadores presentes e patrocinado pelo CNPq e pela Smithsonian Institution. A coordenação científica do projeto ficaria a cargo e sob a responsabilidade do casal Evans. O objetivo era a realização de pesquisas arqueológicas através do levantamento da potencialidade da maior área possível para futuras abordagens, a metodologia de campo estava baseada “na perspectiva americana de conhecer o sítio do geral e deste partir para o especial.” (NETO, 2014, p. 3-4)

⁷ SCHMITZ, Pedro Ignácio. A arqueologia do Jê Meridional: uma longa aventura intelectual. In: **CADERNOS DO CEOM**. v. 29, n. 45. (Dez/2016)

casas subterrâneas, galerias, taipas semelhantes a fortificações, terraços de terra e pedra, além de montículos mortuários e/ou cerimoniais. (*Ibidem*)

Conforme Schmitz (2016), as estruturas subterrâneas e semissubterrâneas visavam o abrigo e a proteção contra o clima e as intempéries. Elas foram escavadas em terrenos com certo declive, de modo que a borda inferior fosse levantada por um aterro nivelador que recebia a cobertura. As paredes não eram verticais, o piso era pequeno e a construção ganhava a forma de depressão semiesférica ou em calota de esfera. Elas tinham aspectos circulares e de tamanhos diferenciados, se apresentando em maior quantidade as habitações pequenas, consideradas unifamiliares. As casas se agrupavam em terrenos elevados, com leve declividade, geralmente situadas perto de nascentes ou banhados, próximas ou na área de capões de mato com pinheiros. “No interior das habitações existem lugares de fogueiras, com vasilhas cerâmicas quebradas e instrumentos líticos. Cada uma delas podia ser ocupada uma ou mais vezes.” (SCHMITZ, 2016, p. 11)

Sobre os sepultamentos dos Jê, Schmitz (2016) afirma que eles se configuram em montes de terra que ficavam próximos aos abrigos. Ao tratar dos sítios pesquisados no município de São Marcos (RS), o autor destaca que “quando não existem abrigos na proximidade das casas, aí se multiplicam os montículos considerados de sepultamentos individuais. Eles se apresentam como aterros elípticos com 5 e 6 m de medida maior, e cercados, no lado do aclave, por uma valeta rasa.” (*Ibidem*, p. 12)

Atualmente, os estudos sobre os Jê meridionais apontam que “em tempos históricos, estas populações ficariam conhecidas, dentre denominações diversas, como os índios kaingangues e xoclengues” (LINO, 2015, p. 98). No Rio grande do Sul, arqueólogos e historiadores associam os Kaingang e os Xokleng com a tradição arqueológica denominada Taquara. Jefferson Dias (2004) faz um estudo comparativo entre a tradição Taquara e os Kaingang, destacando que ambos possuem diferenças nas formas de suas construções e dos enterramentos, mas também apresentam semelhanças que tornam possíveis a afirmação de que os grupos da tradição Taquara seriam os antepassados diretos dos Kaingang.

Reverendo o que já se produziu, tanto sobre a tradição Taquara quanto sobre o índio Kaingang podemos perceber, à primeira vista, dados que remetem à algumas similaridades. A mais marcante é a ocupação de um mesmo espaço territorial, ou

seja, o índio Kaingang está ocupando a quase totalidade da área que anteriormente foi ocupada pela tradição Taquara.

Outro ponto de convergência está na estruturação dos grupos em pequenos núcleos familiares formando várias aldeias, cada uma delas com o espaço geográfico bem definido através da demarcação, por meio de símbolos específicos, distinguindo o território de cada um dos grupos distribuídos pela região.

Outro item que também chama a atenção repousa no fato de que não temos o registro de nenhum outro grupo indígena nas áreas do Planalto Meridional em que são encontrados os vestígios da tradição Taquara e posteriormente os do índio Kaingang. (DIAS, 2004, p. 16)

Para Dias (2004), mesmo com certas diferenças entre si, há ligação entre os povos da etnia Kaingang e os povos da tradição Taquara. As semelhanças são apontadas na forma das habitações, na organização das aldeias, na maneira de depositar os mortos, assim como nos utensílios e na matéria-prima utilizada para fazê-los. Segundo o autor, esses traços devem ter se alterado com o passar do tempo, de modo que, à primeira vista, parecem diferentes. Entretanto, isso se deve aos elementos pertencentes a tempos e circunstâncias distintas desse grupo, o que representa as diferentes necessidades de seus membros. (*Ibidem*, p. 19-20)

Conforme já citado, os povos Jê, associados à tradição Taquara, abrangiam os grupos Kaingang e Xokleng, que, após chegar ao Brasil Meridional, teriam se separado. Desse modo, enquanto os últimos ocuparam espaços de serra, litoral e florestas, os Kaingang ocuparam especialmente as regiões de planalto, mais frias e com presença de araucárias (*Araucária angustifolia*) (LINO, 2015). A ocupação de ambos também resultou na transformação da paisagem neste território.

Neste sentido, desde a chegada dos primeiros grupos humanos, o meio ambiente do Planalto Meridional foi modificado conforme as especificidades de quem o ocupava. Estes ocupantes se utilizaram dos recursos ambientais e transformaram a paisagem conforme as atividades que desenvolveram, as práticas e rituais característicos de sua cultura e as habitações que construíram. Silvia Copé (2015) divide a construção social da paisagem cultural no planalto sul brasileiro em cinco momentos marcantes:

1. Os pioneiros grupos de caçadores e coletores que chegaram há mais de sete mil anos antes do presente;
2. Os caçadores, coletores e construtores de estruturas semissubterrâneas que se estabelecem no início da nossa era e se expandem entre os anos AD 800 e 1000;
3. Os caçadores, coletores e construtores de grandes aldeias superficiais e das estruturas funerárias e cerimoniais no período de AD 1.200 até a conquista;
4. Os grupos Xokleng e Kaingang, falantes do tronco linguístico Jê e denominados Jê Meridionais, os grupos Guarani e o colonizador europeu;
5. Os diversos grupos que constituem as comunidades atuais. (COPE, 2015, p. 150)

A ação destes grupos sobre o meio ambiente foi responsável pela transformação da paisagem, e, considerando que a configuração dessa paisagem decorreu também dos fatores culturais, os mitos, as tradições e os hábitos dos grupos humanos do Brasil Meridional também exerceram suas influências nessa transformação. Desse modo, temos a transformação das paisagens culturais, as quais foram construídas e se modificaram ao longo desses milhares de anos de ocupação, imbricadas à ação antrópica.

No território do hodierno estado gaúcho, esse processo fica evidente se considerarmos que no período pré-colonial “[...] os diversos grupos pré-históricos do Rio Grande do Sul mostram significativas divergências do ponto de vista de suas indústrias líticas ou ósseas, de suas manufaturas cerâmicas, de seus padrões de habitação e de suas relações ecossistêmicas com as paisagens geográficas.” (KERN, 1991, p. 14)

Nesta análise, atribuímos maior destaque aos povos de matriz linguística Jê, pesquisando, através dos estudos arqueológicos, sua chegada, as atividades que desenvolveram, sua cultura material, as habitações que construíram e as formas de seus enterramentos. Ressaltamos especialmente as características dos Jê do Rio Grande do Sul, associados aos povos da Tradição Taquara, que no período colonial ficaram conhecidos como Coroados, Bugres, Guaianás, etc., até chegar ao termo Kaingang, no século XX.

Sobre os Kaingang, Juracilda Veiga (2006) destaca que os Kaingang, constituem atualmente um dos maiores povos do Brasil, com aproximadamente 30 mil pessoas. Eles habitavam, até fins do século XIX, áreas de florestas de araucária e campos nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (no Brasil) e Misiones (na Argentina). Hodiernamente, esses povos ocupam cerca de 30 porções de terras, distribuídas pelos estados brasileiros. (VEIGA, 2006, p. 1-2). Destacaremos a seguir, um pouco de seu contexto histórico na atual região noroeste do Rio Grande do Sul, especialmente após o contato com grupos não-indígenas, a partir das colonizações alemã e italiana, no século XIX.

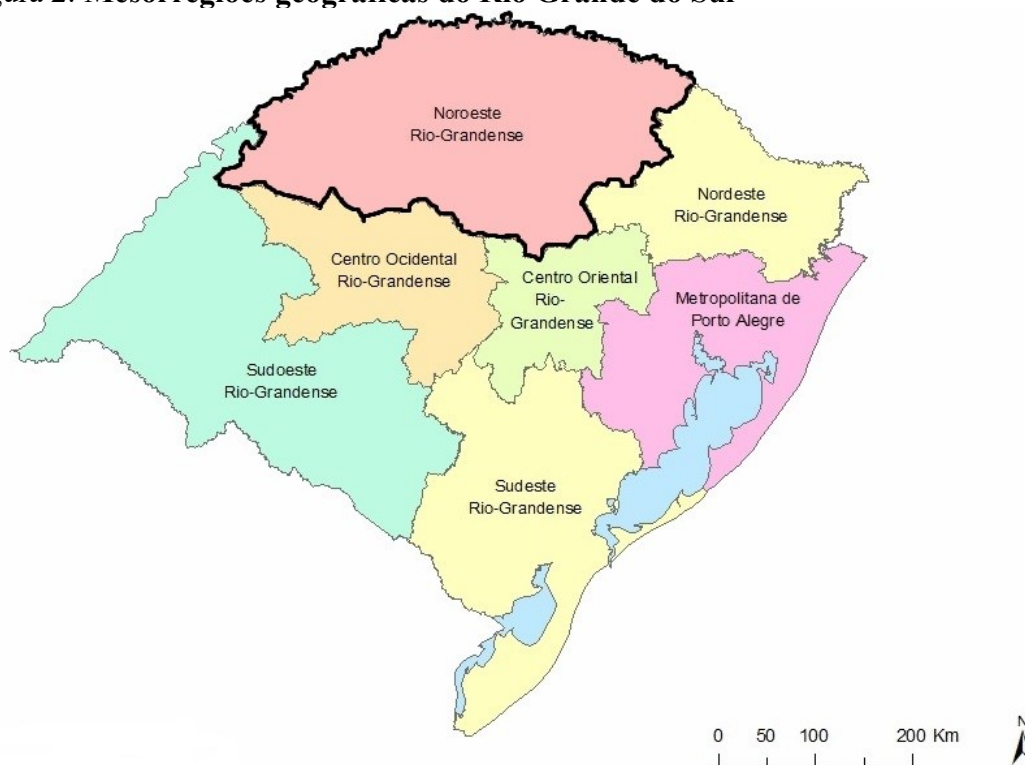
2.3 Os contatos entre indígenas e não-indígenas no atual território do Rio Grande do Sul: a transformação da paisagem no período colonial

Como supramencionado, os povos ocupantes do Brasil Meridional transformaram a paisagem, conforme suas características culturais, seus mitos e suas práticas. Segundo Paulo

Afonso Zarth (1997, p. 14), “até o final do século XVI, o extremo sul do Brasil atual continuou povoado por povos indígenas organizados social e economicamente nos moldes tradicionais da população brasileira anteriores à invasão europeia.” A chegada de povos de outras etnias, a partir do século XVI, porém, marcou o estabelecimento de novas relações, tanto entre os grupos humanos quanto destes com o meio ambiente. Destarte, com as novas ocupações, houve a introdução de atividades e elementos exógenos no espaço indígena, o que contribuiu para mudanças nos modos de vida e na paisagem destes grupos.

Antes de iniciarmos essa análise, apresentaremos imagens com mapas das divisões geográficas e fisiográficas desse estado, destacando as regiões Noroeste e do Alto Uruguai, de modo a permitir melhor conhecimento sobre os locais ocupados pelos indígenas Kaingang.

Figura 2: Mesorregiões geográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: Baixar Mapas. In: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-rio-grande-do-sul-mesorregioes/>

Figura 3: Regiões fisiográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: UFSM. In: <http://coralx.ufsm.br/ifcers/fisiografia.htm>

No território que viria a ser o Rio Grande do Sul, os contatos entre indígenas e não-indígenas têm início com as parcialidades da etnia Guarani, a partir da chegada dos jesuítas, os quais implantaram suas reduções de catequização na região. As reduções jesuíticas foram construídas, a partir de 1609, pelos padres pertencentes à Ordem dos Jesuítas. Segundo Cristo, Laroque e Machado (2018), a Coroa Espanhola iniciou a penetração e ocupação do hodierno Rio Grande do Sul no século XVII, após estabelecer acordo com a Companhia de Jesus, em 1607, para fundar a Província Jesuítica do Paraguay. Ao adentrar na região, os jesuítas buscaram implantar suas missões de catequese e “civilização” dos indígenas gaúchos, em especial os guaranis. Apesar da ênfase para os povos da etnia Guarani, André Luis Freitas da

Silva (2011) destaca que as reduções jesuíticas marcaram também o contato dos padres com indígenas de outras etnias.

Nesse contexto, os jesuítas tentaram impor novas práticas culturais aos grupos indígenas reduzidos, além de introduzir novos elementos no meio ambiente. O desenvolvimento da atividade pecuária foi o que mais se destacou. Os padres jesuítas “aldearam os indígenas e introduziram o gado vacum nas pastagens nativas, fato que iria marcar a história econômica do sul por muitas décadas.” (ZARTH, 1997, p. 14-15)

Depois dos jesuítas, também chegaram ao território do atual Rio Grande do Sul outros grupos não-indígenas, a exemplo dos bandeirantes, que adentraram a região em busca de povos reduzidos, a partir de 1636. Segundo Herrlein Jr e Carvalho (1999, p. 4), desde 1614, os paulistas vinham penetrando o atual território do Rio Grande do Sul pela barra do Rio Grande. Diversos grupos realizavam escambo com os indígenas e buscavam lucrar através de outras práticas. Desse modo, os paulistas chegaram pelo planalto, estabelecendo uma rede de contatos, amigando-se com índios, e com eles realizando trocas de produtos e até mesmo de índios tomados de outras tribos como escravos.

Nesse período, os bandeirantes paulistas empreendiam seus ataques, os quais ajudaram na destruição e na desestruturação de muitas reduções jesuíticas, afetando diversos grupos indígenas. As conhecidas bandeiras paulistas da primeira metade do século XVII destruíram muitas reduções e obrigaram as populações nativas a se deslocarem para novos territórios. Essa migração forçada fez com que os grupos indígenas se misturassem com povos de outras reduções ou se alocassem em suas proximidades (SILVA, 2011, p. 24). No final do século XVIII, os jesuítas foram expulsos da parte portuguesa da América, mas os contatos entre os indígenas das diversas etnias e os não-indígenas se tornaram mais frequentes. Neste âmbito, os Kaingang do território gaúcho também foram contatados.

Sobre o período entre os séculos XVI e XVIII, Becker (1995) aponta que os atuais Kaingang viviam em um certo isolamento mantendo contatos intermitentes com o bandeirante português. Eles são apresentados em alguns relatos de viajantes e cronistas, à época sendo denominados Socré, Shokléng, Kamé, Bugres ou Coroados, e seus ancestrais diretos

chamados Guaianá, os quais se destacavam por se diferenciarem cultural e linguisticamente dos Guarani.

As notícias que sobre os Guaianá existem, alcançam o último quartel do século XVI. **Gabriel Soares**, cuja célebre “Notícia do Brasil” é dessa época e com razão goza hoje de grande autoridade, descreve os Guaianá, entre Angra dos Reis e Cananeia, (que corresponde mais ou menos à costa do hodierno São Paulo), como índios simples, não maliciosos nem falsos e facilmente contentáveis, vivendo da caça, pesca e frutos silvestres. Inimigos da antropofagia, não matavam os cativos, mas escravizavam-nos.

[...]

O viajante inglês Knivet, contemporâneo de Gabriel Soares, não concorda sempre com esta descrição. Atribui, porém, aos Kaingáng o traço característico, pelo que os modernos Guaianá são reconhecidos descendentes daqueles; cortavam o cabelo de maneira que formavam uma coroa, donde se deve derivar seu outro apelido, Coroados. (TESCHAUER, 1929 *apud* BECKER, 1995, p. 11-12)

No século XVIII, os Guaianá foram identificados pelo historiador Lozano. Segundo ele, os indígenas desenvolviam especialmente as atividades de caça e pesca, não ocupando um espaço por mais de dois anos. Eles viviam em pequenos grupos, distanciados uns dos outros para que tivessem mais recursos no exercício da caça e da pesca. Essas, inclusive, eram atividades das quais eles faziam suas provisões para a subsistência anual do grupo. (*Ibidem*, p. 12)

Ainda nesse período, seus modos de vida e seu ambiente passaram por alterações. Conforme Bringmann (2010, p. 48), os espaços ocupados pelos Kaingang passaram a ceder lugar ao gado e os contatos com invasores que buscavam erva-mate se tornaram mais frequentes. Entretanto, apesar dos contatos ocorridos até o século XVIII, foi a partir do século XIX que os Kaingang do território sul-rio-grandense se viram diante do contato iminente com os grupos não-indígenas. No século XIX, a então província de São Pedro do Rio Grande foi ocupada pelos imigrantes de origem alemã e italiana, além disso, em meados do século teve início a catequização dos indígenas Kaingang pelos padres jesuítas.

O século XIX, considerado como a época intermediária do Kaingáng, abarca duas grandes interferências no território e na organização do grupo; a colonização alemã e italiana a partir de 1824 e 1875, respectivamente, e a catequese instalada entre eles pelos jesuítas por volta de 1848.

Esses dois fatos exercem grande influência no grupo em estudo, quer pressionando-o no seu território e levando-o a reações violentas que podem responder pela atuação hostil do selvagem, quer agindo como elemento transformador de certos padrões sócio-culturais ao ponto de levá-los à quase desintegração, como os vamos encontrar no século seguinte. Essa transformação sócio-cultural, proveniente de duas interferências distintas, fez-se às vezes de maneira suave, no sentido de uma

aceitação espontânea, às vezes sob protesto e outras vezes ainda como aceitação temporária. (BECKER, 1995, p. 11)

Os contatos interétnicos, desencadeados a partir de então, foram permeados de disputas pelo território e seus recursos, assim como pela busca dos indígenas na manutenção de sua cultura. Neste sentido, a chegada dos novos grupos étnicos representou novas relações com as parciaisidades Kaingang e com o meio ambiente. Destarte, a inserção de elementos e de atividades exógenos no território indígena, contribuiu para as mudanças nos modos de vida desses povos e para as transformações de sua paisagem.

2.3.1 Os Kaingang do território gaúcho no século XIX

Para os indígenas Kaingang do hodierno Rio Grande do Sul, podemos destacar um processo de contatos que teve início ainda no século XVI, porém seu auge ocorreu a partir da colonização por europeus, a qual marcou o início dos conflitos por terra na região, resultando no estabelecimento de novas relações com o ambiente e na transformação da paisagem cultural desse território. Desse modo, abordamos alguns aspectos e registros dos contatos interétnicos e as políticas governamentais e indigenista empreendidas neste contexto. Também realizamos, sempre que possível, a análise das diferentes relações estabelecidas com o meio ambiente e as transformações na paisagem cultural que delas decorreram.

Marca a história dos contatos interétnicos no território sul-rio-grandense a chegada dos imigrantes europeus, a partir de 1824. Segundo Sandor Fernando Bringmann (2010), de 1824 a 1830, chegaram ao Brasil cerca de cinco mil imigrantes europeus, cuja maioria foi instalada na recém-criada Colônia de São Leopoldo na província gaúcha.

A assinatura de acordos entre o governo brasileiro e os estados alemães, teoricamente, garantiam a instalação dos imigrantes em lotes já demarcados na região nordeste da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais precisamente na Encosta Superior da Serra do Nordeste, entre as bacias dos rios Taquari, Sinos e Caí. Esta região compreende atualmente os municípios de São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Montenegro, Taquara e São Francisco de Paula, polos iniciais da colonização alemã no Rio Grande do Sul. O projeto de imigração constituía-se, inicialmente, na distribuição de um lote de terras, ferramentas, animais e sementes aos agricultores, além do pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento. Todavia, a orientação geral foi alterada a partir de 1854, com a Lei nº 304, pela qual a colonização se faria à base de venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subsequentes ao estabelecimento nas colônias, cabendo à Repartição Geral das Terras Públicas a delimitação das mesmas. Essa Lei Provincial nº 304 constitui-se na Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual estabelecia os princípios básicos da colonização. (BRINGMANN, 2010, p. 52)

A partir de São Leopoldo foram sendo ocupadas as margens do rio dos Sinos, com a criação das colônias de Mundo Novo (atual Taquara) em 1847; Padre Eterno, Sapiranga e Picada Verão (todas de 1850). Também foi loteado o médio Caí, onde se criaram Bom Princípio (1846), Caí (1848), Montenegro (1857) e Nova Petrópolis (1858), entre outras. “Os conflitos seguiram acontecendo a cada nova instalação de núcleos coloniais.” (*Ibidem*, p. 56-57)

De acordo com Bringmann (2010, p. 84), os Kaingang tentaram se isolar para resistir ao contato com os colonizadores europeus, assim como já haviam feito com outros grupos não-indígenas, de modo a evitar a imposição de práticas que não condiziam com suas tradições. Eles perceberam que seu território passou a ser ameaçado não mais por grupos como os Guarani ou os Botocudos, os novos ocupantes eram “estranhos” que, ao chegar, causavam grandes estragos e transformavam o ambiente indígena com suas atividades. Além disso, a ocupação dos imigrantes nesse território resultou na limitação da liberdade de ir e vir dos antigos habitantes.

Sobre os contatos no século XIX, o engenheiro belga Pierre Mabilde foi um dos imigrantes que não apenas encontrou os indígenas da etnia Kaingang, mas conviveu com eles por algum tempo, quando estava encarregado da construção de estradas na região. Ele afirma que, enquanto exercia o cargo de Engenheiro e Agrimensor das Colônias, um grupo de “Coroados” o teria sido sequestrado, dessa forma, havia permanecido em meio aos indígenas por cerca de dois anos, até a sua fuga.⁸ Depois disso, ele fez novas incursões pelas matas e estabeleceu outros contatos com os Kaingang.

Em sua trajetória pelas áreas Kaingang, o engenheiro fez um compilado de anotações, descrevendo os hábitos e práticas concernentes a esses indígenas, que são descritos como povos da “Nação Coroados”. Os assuntos destacados por Mabilde variaram desde características físicas, possíveis origens, organização social, econômica e política, produção de artefatos, até ritos funerários. Apesar de permeado por ideias etnocêntricas e

⁸ Ao consultar o relato das netas de Mabilde, organizadoras da obra, ficam evidentes equívocos quanto às datas de sua posse e exoneração do cargo de Engenheiro e Agrimensor das Colônias, que não condizem com o período de dois anos, no qual o autor estaria cativo dos indígenas. Mabilde foi nomeado para o cargo em setembro de 1852 e pediu exoneração em janeiro de 1853, neste sentido, ele não chegou a exercê-lo por mais de dois anos.

preconceituosas, os “*Apontamentos de Mabilde*” sobre os Coroados do Rio Grande do Sul, se configuram enquanto fonte de conhecimento, que, se analisada criticamente, nos fornece importantes informações sobre os modos de vida desses indígenas, atualmente denominados Kaingang.

Segundo Mabilde (1983, p. 7), os indígenas da “Nação Coroados” da província do Rio Grande do Sul, receberam esse nome em função da maneira como tonsuravam o cabelo, em formato de coroa. Também chamados de “bugres”, eram os povos que se diferenciavam dos guaranis pela língua falada e por habitar nos espaços de matas. Em suas anotações, Mabilde destacou a divisão social dos grupos em pequenas tribos de parentes próximos. O autor ressaltou o papel desempenhado pelos chefes, denominados caciques, os quais exerciam grande influência sobre seus subordinados. A falta de obediência gerava dissidência, essa resultava, em geral, nas perseguições ou no extermínio, caso os dissidentes não fugissem. (*Ibidem*, p. 42)

O engenheiro belga testemunhou e relatou o desenrolar de um destes conflitos. Além disso, destacou os números aproximados de indígenas que pertenciam a ambos os grupos. Ele afirmou que, em 1850, numa de suas excursões pelas matas da região, havia encontrado 23 grupos de coroados, os quais somavam 304 pessoas subordinadas ao cacique Braga. Nesse momento, Mabilde constatou que Braga e seus subordinados empreendiam uma guerra de extermínio contra um grupo dissidente de coroados de cerca de 23 indivíduos, liderados pelo cacique Nicuó. (*Ibidem*, p. 42)

Sobre seus locais de ocupação, “[...] os Guaianá descritos por Serrano, com as suas parcialidades, ocupavam uma área florestada do Alto Rio Uruguai tendo como limite extremo aproximativo para oeste o Rio Piratini, para leste as nascentes do Rio Uruguai (Rio Pelotas) e para o sul a Bacia do Caí.” (BECKER, 1995, p. 13-14). No século XIX, eles ocupavam o noroeste, o norte e o nordeste do Rio Grande do Sul, na margem esquerda do Rio Uruguai.

Nessa área, a paisagem típica é de campos altos entremeados de bosques e matas de galeria que acompanham os rios que cortam o Planalto e onde a araucária lhes assegura o sustento; a caça e a pesca são relativamente abundantes ao lado de outros elementos propícios para um grupo coletante. (*Ibidem*, p. 61-62)

Neste sentido, davam grande importância para as áreas com araucária, se alojando “entre outros, nas matas compreendidas entre os campos do Passo Fundo e os da Vacaria, matas estas

que abrangem o Mato Castelhana, onde foi o ponto em que se concentravam os Coroados.” (SERRANO *apud* BECKER, 1995, p. 62)

Segundo Mabilde, os Kaingang ocupavam principalmente lugares altos, não costumando se alojar perto de banhados por causa da incidência de mosquitos nas águas paradas. O autor aponta que os pinheirais figuravam entre suas preferências. Eles não se acomodavam próximo de rios e córregos, apesar da comodidade desses locais, pois no alto de um cerro ou de um monte tinham maior visibilidade. (MABILDE, 1983, p. 37)

O autor belga também descreveu as moradas dos indígenas.

Os seus alojamentos são formados de ranchos com vários tamanhos e configurações. Todos são cobertos com as folhas do gerivaseiro (*Arecastrum* (cocos) *Romanzoffianum*) ou com fetos arborescentes (*Alsophyla arborescens*). Fazem ranchos de forma prismática a que, entre nós, chamados de “ranchos de beira do chão”. Estes, em geral, são os ranchos dos caciques e dos selvagens que têm mulher em sua companhia. Os ranchos de beira do chão, cuja construção é conhecida, são de tamanhos diversos e proporcionados ao número de indivíduos que deve conter. Em geral, têm mais ou menos de 15 a 25 palmos de comprimento, 10 palmos, mais ou menos, de altura, e de 10 a 12 palmos de largura, na base.

Os Coroados, que ainda não têm mulher, habitam – cada um só – em rancho formado com um toldo que tem a forma de um quarto de esfera, aproximadamente. (*Ibidem*, p. 39)

As plantas e animais utilizados em sua alimentação, abordaremos com mais detalhes no capítulo III, entretanto, ressaltamos que a principal forma de obter os alimentos era através da coleta, especialmente do pinhão, fruto da araucária, sendo este alimento, o único que não poderia ser apanhado indistintamente pelos membros do grupo. Segundo Mabilde (1983, p. 126), os pinheirais dos locais que ocupavam eram repartidos e divididos em áreas que correspondiam ao tamanho do grupo que o exploraria. Os limites eram definidos através de desenhos de várias formas e feitos sob a casca de um pinheiro, o qual representava o marco divisor no território.

O engenheiro aponta também a prática da caça, a qual seria um meio secundário de obter alimentos, pois, à exceção do papagaio, os animais costumavam estragar as flechas, armas que davam muito trabalho para produzir. A preparação e o cozimento dos caçados são descritos enfatizando-se a falta de instrumentos cortantes, como a faca, o que obrigava os indígenas a preparar os animais sem lhes retirar as vísceras.

Mabilde descreveu como se davam os ritos funerários dos Kaingang. Neste sentido, eram realizadas cerimônias em homenagem aos mortos, das quais as mais longas e mais honrosas estavam destinadas aos caciques principais, que eram velados e enterrados de maneira diferenciada dos demais membros do grupo.

Falecendo o cacique principal dos coroados, é enterrado com grande pompa, devida à sua alta posição. Assim que o cacique acaba de expirar, uma das mulheres velhas sai logo a prevenir todos os chefes das tribos subordinadas. Estes reúnem, imediatamente, todos os homens da tribo e vêm, armados de varapau, colocar-se ao redor do rancho do defunto, não deixando ali entrar pessoa alguma, a não ser as mulheres e os filhos do finado. (*Ibidem*, p. 91)

Depois disso, os filhos ou parentes mais próximos do cacique construíam um jirau com cerca de 10 palmos de comprimento, no qual o corpo do cacique era deitado para que fosse velado pelo período aproximado de um dia. A morte do cacique principal era verificada e anunciada pelos caciques subordinados. Depois disso, todos os integrantes do grupo iniciavam a lamentar a morte de seu cacique, esse ritual representava a forma de prestar honra ao chefe. O cacique era enterrado sempre com a cabeça voltada para o leste e os pés para o oeste, além disso, seu varapau era enterrado com ele, de modo que ninguém poderia usar sua arma. (*Ibidem*, p. 91-94)

Para os demais integrantes do grupo, a cerimônia fúnebre era mais simples. Os caciques subordinados eram enterrados na mesma área e com o corpo direcionado no mesmo sentido que o cacique principal, recebendo também as lóstimas por algum tempo. Os demais integrantes do grupo, eram enterrados da mesma forma, porém não recebiam a honraria dos lamentos. (*Ibidem*, p. 111-112)

Sobre o varapau, com o qual o cacique era enterrado, seria a arma preferidas dos “Coroados”. A predileção dos indígenas por essa arma, derivaria da facilidade em utilizá-lo em qualquer local e a menor dificuldade em confeccioná-lo, quando comparado ao arco e à flecha. Esta e as demais armas são descritas por Mabilde, que também expõe os processos para a confecção de cada uma: “as armas usadas pelos coroados são o arco, a flecha, e o varapau” (*Ibidem*, p. 138-154). O arco seria feito com varas de ipê preto (*Tabebuia*

heptaphylla)⁹ ou com guajuvira (*Patagonula americana*). As flechas seriam confeccionadas de taquara (*Bambusa taquara*) e seriam utilizadas especialmente em locais abertos, em casos extremos, como de guerra, pois sua manufatura era demorada e minuciosa. Já o varapau, segundo o engenheiro, seria geralmente feito com pau de laranjeira do mato (*Actinostemon concolor*). (*Ibidem*)

A relação dos indígenas com o meio ambiente é descrita através dos usos medicinais que faziam das ervas, da maneira como utilizavam a água e a terra em seus rituais e nas atividades de caça, pesca e coleta. A partir do contato, essas relações dos indígenas se alteram, principalmente a partir do momento que adquirem instrumentos de ferro. A partir do século XIX, portanto, a chegada de imigrantes europeus representou novos usos da terra e de seus recursos em favor do desenvolvimento de novas atividades. A colonização também significou a limitação dos indígenas na posse e circulação sobre seus territórios tradicionais.

Neste contexto, a política indigenista exerceu grande influência para as mudanças sobre as áreas indígenas. Se até o século XVIII, a legislação indigenista enfatizava o uso da mão-de-obra indígena, a partir do século XIX seu foco se voltou para a questão da terra. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (2012), a política indigenista do século XVIII trouxe consigo a ideia de uso dos indígenas como mão-de-obra compulsória, especialmente os grupos considerados hostis, que resistiam ao contato. A partir da gestão de Pombal, em 1759, e da chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, a política indigenista ficou permeada de ideias voltadas à escravização dos indígenas e à ocupação de suas terras. (CUNHA, 2012, p. 21)

A partir do século XIX, contudo, a autora destaca que “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras.” (*Ibidem*, p. 56)

Porque é fundamentalmente um problema de terras e porque os índios são cada vez menos essenciais como mão de obra, a questão indígena passa a ser discutida em termos que, embora não sejam inéditos, nunca haviam sido colocados como uma

⁹ Mabilde descreve como ipê preto a planta que corresponde ao ipê-roxo, de incidência comum na região do Alto Uruguai. O autor a descreve pelo nome científico de *Tecoma ipê*, *Martius*, que é uma das sinônimas botânicas da *Tabebuia heptaphylla*. (MÜLLER; BARRICHELO; MARTO, 2005)

política geral a ser adotada. Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfetando” os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão de obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência. (*Ibidem*, p. 57)

Os resultados foram discussões a nível teórico e ações diversas para solucionar o “problema” da questão indígena. Conforme a autora, a questão ficou dividida entre adeptos da brandura e adeptos da violência, do último grupo se destacou D. João VI, o qual inaugurou uma atuação de franco combate aos indígenas naquele período. Para o monarca, os grupos considerados “arredios” ao contato deveriam ser capturados e escravizados, esta política de escravização indígena foi denominada “Guerra Justa”.

Nesse contexto, conforme Cunha (2012, p. 57), “a legislação indigenista do século XIX, sobretudo até 1845, é flutuante, pontual e, como era de esperar, em larga medida subsidiária de uma política de terras.” Desse modo, naquele período, a posse e o uso da terra foram os fatores que delinearão os rumos das relações estabelecidas entre os indígenas e os colonos europeus na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Os indígenas Kaingang, habitantes da região sul desde tempos imemoriais e que ocupavam principalmente os espaços de matas, após a chegada dos colonizadores, vivenciaram mudanças em seus territórios e nos modos de vida. Eles se viram cada vez mais confinados em áreas delimitadas pelos órgãos oficiais, sem conseguir usufruir plenamente das terras ou dos recursos que lhes pertenciam. Além disso, houve a inserção de elementos alienígenas em seus espaços e a imposição de novas atividades, visando o desenvolvimento econômico da região. Conforme Paulo Zarth,

A imigração fazia parte da política de povoamento do extremo Sul fronteiro com os países da bacia do Prata, por tratar-se de uma região altamente estratégica em termos geopolíticos. Ao mesmo tempo, tratava-se de uma política de tornar o Rio Grande um celeiro para abastecer o mercado das regiões agroexportadoras.” (ZARTH, 1997, p. 52)

Neste sentido, “para o governo provincial gaúcho, de modo particular, a imigração era uma saída econômica para uma província que produzia para o mercado interno.” (*Ibidem*, p. 53)

Com a formação das primeiras colônias de imigrantes, os indígenas perceberam a ameaça sobre seus territórios e iniciaram suas ações de resistência. As práticas mais conhecidas que os Kaingang adotaram para enfrentar os novos inimigos foram as correrias.

Elas constituíam-se em invasões às colônias de imigrantes e às fazendas de luso-brasileiros, cuja “estratégia principal dos indígenas consistia em ataques maciços, carregando consigo objetos de metal, roupas, mantimentos e em alguns casos, mulheres e crianças.” (BRINGMANN, 2010, p. 78)

Em seus apontamentos, Mabilde citou as correrias e enfatizou diversas vezes a belicidade dos “Coroados”, considerando-os “dotados de um caráter vingativo e feroz” (MABILDE, 1983, p. 144). Ao tratar de suas disputas internas ou com outros grupos, o autor utilizou com frequência o termo “ódio” para se referir aos sentimentos dos indígenas. Ele considerava também que os “Coroados” costumavam possuir caráter dúbio, especialmente em se tratando do cacique Doble, pelo qual o engenheiro nutria grande desconfiança, e que considerava um indivíduo astuto e disfarçado, pois praticava suas correrias, enquanto desfrutava de prestígio junto às autoridades provinciais.

Segundo Bringmann (2010) foram diversas as correrias realizadas pelos Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul, mas elas não representavam a única forma de resistência que os indígenas adotaram após a invasão dos colonos sobre suas terras. Além da violência, eles lançaram mão de alianças e negociações, realizadas especialmente pelas lideranças, na figura dos já mencionados caciques. Através da resistência, os Kaingang visavam garantir a sobrevivência e manter seus traços culturais, mediante o avanço sobre suas terras, causador de mudanças em sua organização e nos seus modos de vida.

Neste contexto, o líder indígena mais enigmático foi o supracitado cacique Doble (*Yutoahê*), o qual se utilizou de diversas estratégias para sobreviver e obter vantagens para si e seu grupo. Doble fez alianças com o governo provincial e contribuiu algumas vezes para atingir os interesses das autoridades junto aos indígenas, mas o cacique também continuou realizando algumas práticas violentas para obter mantimentos, dentre elas as correrias. Com isso, ele foi acusado de jogo duplo e, após diversas denúncias sobre suas práticas, em 1864, ele foi a Porto Alegre receber o que seria a sua última “recompensa” pelos serviços prestados ao governo. Após essa visita, Doble faleceu de varíola, vírus adquirido provavelmente através de roupas contaminadas que recebeu durante a visita. (*Ibidem*, p. 156-169)

Em seu trabalho sobre a resistência Kaingang no Rio Grande do Sul, Bringmann ressalta que a resistência Kaingang foi expressa de diferentes maneiras, contudo, não representava a barbárie dos indígenas, ao contrário, mostrava sua organização e planejamento, pois era sempre projetada para atender seus objetivos. O autor destaca que, nas Terras Altas da província, de 1829 a 1860, a atuação destes indígenas – os conflitos e as formas de resistência que adotaram – estava voltada ao combate contra o avanço das frentes de expansão sobre seus territórios, ou seja, diante da situação de contato, os Kaingang agiram para assegurar a posse de suas terras e sua continuidade enquanto grupo culturalmente diferenciado.

Na região noroeste, o governo provincial, após o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, buscou estabelecer novas colônias, visando desenvolver a civilização por meio da ocupação e atenuar a superlotação de São Leopoldo e adjacências (VANIN; SILVA; LAROQUE, 2007, p. 180-182). Neste sentido, a legislação indigenista também contribuiu para a mudança sobre as áreas indígenas da região. Com a promulgação do Decreto nº 426, de julho de 1845, chamado também de *Regimento das Missões*, as novas premissas do indigenismo brasileiro se assentaram no confinamento dos povos indígenas, os quais seriam aglutinados em espaços reservados para a catequização e posterior engendramento na “civilização”.

Diante disso, após a experiência das reduções com os Guarani nos séculos XVII e XVIII, na província gaúcha, a partir de 1846, têm início os aldeamentos dos Kaingang. “O aldeamento de Nonoai, juntamente com o aldeamento de Guarita, no noroeste, deram início a um processo sistemático de concentração das populações Kaingang espalhadas pelas áreas do planalto da província.” (BRINGMANN, 2015a, p. 71)

As parciais da área de Nonoai, que até 1846 viviam em Toldos, a partir de então, viram seus locais de ocupação e circulação, já limitados pela presença das frentes de expansão colonial, serem ainda mais reduzidos devido à criação do aldeamento. Neste âmbito, Nonoai, assim como outras áreas indígenas da província, passou a ter diversos grupos inimigos aglutinados num mesmo espaço, o que resultou em maiores conflitos entre eles. As ações do governo gaúcho, se deram no sentido de reduzir os conflitos entre indígenas e colonos, mas

desconsideraram as rivalidades entre os grupos aldeados. Isso, somado a outros fatores, desencadeou diversos problemas para os administradores dos aldeamentos.

Segundo Bringmann (2015a), o primeiro a administrar Nonoai foi João Cypriano da Rocha Loures nomeado diretor do aldeamento, em 1846, porém, após denúncias de sua má administração, ele pediu demissão do cargo em 1847. Depois disso, em 1848, o Padre Bernardo Parés, foi nomeado diretor do aldeamento. O trabalho realizado por Parés, parece ter tido bons resultados, no momento inicial, principalmente no que tange à produção agrícola, pouco depois, entretanto, começaram os problemas entre os indígenas e os missionários. Em 1850, o Padre Parés solicitou seu desligamento da direção do aldeamento. (*Idem*, 2010, p. 139-147)

Sobre a atuação dos jesuítas entre os Kaingang, foram muitas as dificuldades encontradas pelos padres para gerenciar os aldeamentos. Além disso, houve muitas críticas quanto à maneira que conduziam os trabalhos junto a esses indígenas. O engenheiro Pierre Mabilde foi um dos críticos aos métodos de catequese empreendidos nas áreas Kaingang. Segundo ele, os meios empregados pelos missionários eram falhos, principalmente porque utilizavam com os Kaingang as mesmas práticas que haviam sido comuns entre os Guarani.

Os missionários jesuítas permaneceram nos aldeamentos indígenas da província até 1852, após inúmeros desgastes envolvendo os indígenas, o governo e os missionários, as atividades de catequizações foram encerradas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por decisão da Assembleia Legislativa. Em 1854, os padres jesuítas retomaram as missões de catequese nos aldeamentos, mas enfrentaram grande resistência, especialmente das lideranças Kaingang (*Ibidem*, p. 149).

Concomitante aos aldeamentos e à improficua catequizações dos indígenas Kaingang de Nonoai, nesse período, houve outra mudança importante, a promulgação da Lei de Terras, Lei 601, de 18 de setembro de 1850. “A Lei de Terras de 1850, a primeira legislação efetiva das terras do Estado brasileiro, tinha mecanismos jurídicos tanto para impedir a posse de terras pela população pobre quanto para criar dificuldades a que os abastados se apossassem de grandes extensões.” (ZARTH, 1997, p. 53)

Sobre a aplicação da Lei de Terras no Sul do Brasil, Luís Fernando da Silva Laroque (2007, p. 12) destaca que ela não se referia às áreas de aldeamento indígena. Neste sentido, Cunha (2012, p. 79) afirma que, a nova lei enfatizava a conveniência de se assentarem as “hordas selvagens”, o que seria feito através de áreas reservadas dentre as terras devolutas. Apesar de não tratar das áreas indígenas em específico, a nova legislação, estabeleceu que as terras ocupadas por grupos que viviam em maior contato ou junto dos não-indígenas deveriam ser incorporadas aos Próprios Nacionais, dessa forma, muitos indígenas foram despojados de seus territórios. (CUNHA, 2012, p. 79-80).

Quanto às terras gaúchas, no final do século XIX, ficaram mais evidentes os efeitos da superlotação nas primeiras colônias da província. Diante da chegada de novas levas de imigrantes, as terras das antigas colônias se tornaram insuficientes para alocar os europeus e seus descendentes. Desse modo, teve início a expansão colonial no território sul-riograndense, que intensificou não apenas os contatos entre os imigrantes e os indígenas, mas também as disputas pela posse da terra. Quando as terras das colônias antigas foram se esgotando, o Planalto se tornou um atrativo para o governo, que desenvolveu um plano de ocupação da área para resolver a falta de terras aos imigrantes e seus descendentes. “A região do Alto Uruguai, em consequência disto, passa a ser destacada, a partir de 1879, como um bom destino para os colonos, apesar da presença dos indígenas.” (BRINGMANN, 2015a, p. 45)

Com o golpe que deu início à República, em 1889, a questão indígena foi delegada aos estados. Segundo Laroque (2007), em seu governo provisório, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto deram novo tratamento aos povos indígenas, exemplo disso, foi o Decreto nº 7, § 12, de 20 de novembro de 1889, o qual “determinava que ‘a Catequese e a civilização dos índios’ passassem a ser atribuição dos governos de cada estado;” além disso, a Constituição de 1891, deixou para os estados a decisão sobre as terras devolutas (LAROQUE, 2007, p. 41).

Juntamente com o novo regime republicano, surgem novas concepções de desenvolvimento para o então estado do Rio Grande do Sul, notadamente na questão da ocupação das terras agricultáveis. Companhias colonizadoras públicas e privadas ampliam as frentes agrícolas e passam a lotear grandes áreas do Planalto gaúcho. Apoiados por incentivos governamentais, como abertura de novas estradas e construção de ferrovias por regiões ainda inóspitas, as companhias colonizadoras conduziram levas de colonos oriundos das antigas colônias no Rio Grande do Sul, além dos novos imigrantes europeus, para as regiões norte e noroeste do estado. Este

processo, que se inicia em 1890, vai trazer consequências ainda mais drásticas para os Kaingang e para suas áreas de ocupação. (BRINGMANN, 2015a, p. 99)

Para Bringmann (2015a, p. 100), de 1889 até 1908, houve certa invisibilização dos indígenas nos documentos, a questão indígena ganhou maior destaque quando Alberto Torres Gonçalves assumiu a Diretoria de Terras e Colonização no estado. A seguir, abordaremos alguns aspectos históricos da área indígena de Nonoai ocorridos no século XX, até 1941, momento em que o governo federal assumiu a administração das áreas indígenas através do Serviço de Proteção aos Índios.

2.3.2 As mudanças para os Kaingang de Nonoai (RS) no século XX

Devido aos novos contornos na política indigenista brasileira, após a instituição da República, no Rio Grande do Sul, o governo estadual assumiu as funções do indigenismo. Com isso, foram ressaltadas as políticas de ocupação das áreas indígenas do noroeste gaúcho por imigrantes europeus, as quais efetivaram o processo de colonização da região. As mudanças na legislação e as políticas empreendidas pelo governo estadual no século XX, propiciaram o esbulho das terras indígenas e a utilização extensiva de seus recursos.

Já no início do século, a região noroeste do estado foi impactada com a criação de diversas colônias, além disso, a inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul aumentou a concessão de terras aos colonos de origem estrangeira. Neste sentido, na virada do século XIX para o XX, as políticas governamentais favoreceram a invasão sobre os territórios indígenas. Vanin, Silva e Tedesco (2018, p. 175-176) destacam que o estado implantou um processo de modernização baseado no capital estrangeiro, exemplo disso foi a construção de estradas de ferro. Quanto às terras, o governo estadual, por intermédio do engenheiro de terras Carlos Torres Gonçalves, responsável pela Diretoria de Terras e Colonização (DTC), estabeleceu a demarcação de 11 áreas indígenas ao norte e noroeste do Rio Grande do Sul, visando o livre acesso às áreas livres para a colonização.

Em 1908, o engenheiro positivista Carlos Torres Gonçalves assumiu a direção da DTC (Diretoria de Terras e Colonização), órgão responsável pela administração das áreas indígenas no Rio Grande do Sul. O engenheiro passou a articular uma política de proteção fraternal aos povos indígenas do estado, motivado pelas constantes denúncias dos abusos cometidos contra

essas populações. Com isso, em 1909, Torres Gonçalves criou o *Serviço de Proteção Fraternal aos Índios do Rio Grande do Sul*. (BRINGMANN, 2015a, p. 99-100)

O engenheiro desenvolveu diversas políticas para resolver a questão indígena no estado, dentre elas a demarcação dos Toldos Indígenas. Bringmann (2015a, p. 104) enfatiza que “não se deve esquecer que o diretor da DTC seguia fielmente os ideais positivistas de tutela, pelos quais as populações indígenas são percebidas como crianças e, como tais, deviam ser protegidas pelo abraço paternal (ou fraternal) do governo.” Neste sentido, houve a demarcação de 11 áreas indígenas nas primeiras décadas do século XX, dentre elas o Toldo de Nonoai, que teve seus limites fixados em 1911.

Segundo Bringmann, nessa área, em 1910, os limites já se apresentavam reduzidos se comparados à sua extensão original, devido à intrusão de colonos e fazendeiros sobre as terras indígenas. Com as demarcações realizadas pela DTC, em 1911, Nonoai ficou delimitada em 34.976 hectares, situados no Distrito de Nonoai, município de Sarandi. A população estimada que ocupava a área era de 450 pessoas, que desenvolviam especialmente as atividades de lavoura e fabricação de artesanato. (*Ibidem*, p. 106)

Interessados nas benesses proporcionadas pelas terras indígenas, pecuaristas, agricultores e madeireiros entraram em conflito com os antigos habitantes, devido às demarcações realizadas (VANIN; SILVA; TEDESCO, 2018). Neste sentido, diferentemente de outros estados, o Rio Grande do Sul, buscou desde o início do século XX, demarcar as áreas indígenas, não porque visava a garantia de sua posse, mas para liberar as terras à ocupação de colonos imigrantes e seus descendentes, visto que as áreas agricultáveis do estado estavam diminuindo.

Concomitante a isso, no contexto nacional, em 1910, após intensos debates sobre a questão indígena, foi criado o órgão federal encarregado do indigenismo no Brasil. Conforme Bringmann (2015a, p. 149), “no dia 20 de junho de 1910, através do Decreto 8.072, é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN).” Em 1918, a localização de trabalhadores nacionais deixa de incorporar o órgão indigenista, que se tornou apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

O novo órgão federal, gerenciado pelo Marechal Cândido Rondon, tinha o fito de resolver a situação dos indígenas do país, que, mediante o avanço sobre seus territórios, estabeleceram diversos embates com os grupos não-indígenas. A nova agência indigenista visava resolver a questão indígena no país através da integração dos nativos à sociedade não-indígena mediante a realização das atividades voltadas ao desenvolvimento econômico que engendrariam os indígenas no trabalho, possibilitando a sua miscigenação para que deixassem de ser cultural e etnicamente diferenciados.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores (SPI/TN), aprovado e publicado através do Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910, foi efetivamente regulamentado pelo Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, junto ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Seu programa de assistência foi pensado para cobrir toda a extensão do território nacional, atingindo povos indígenas pertencentes a diferentes etapas de “civilização”, ou seja, aos já aldeados, aos reunidos em tribos, aos que viviam em estado nômade e aos que viviam em contato frequente com civilizados. (*Ibidem*, p. 151)

No Rio Grande do Sul, desde 1911, o SPI exercia sua administração sobre o Toldo Ligeiro, no qual fomentava o desenvolvimento das atividades agrícolas, visando a inserção dos indígenas no mercado regional. Sobre a situação dos indígenas no decorrer do século, especialmente após 1930, os atritos entre indígenas e não-indígenas aumentaram no estado. As tensões sociais envolvendo a posse dessas terras se deram em função das intrusões de posseiros nacionais e da ação de empresas colonizadoras, que propiciavam a entrada de colonos de origem europeia nas áreas indígenas. A situação foi agravada quando a escassez de terras agrícolas se tornou iminente. Dado o esgotamento dos lotes coloniais das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, os colonos se deslocaram para as terras indígenas, as quais, mesmo demarcadas, não estavam asseguradas ao usufruto exclusivo dos indígenas. Nesse âmbito, o estado foi conivente com a intrusão das áreas reservadas aos indígenas. O próprio governo estadual extinguiu e retalhou algumas dessas reservas em benefício dos invasores, exemplo disso são as áreas de Inhacorá, Nonoai, Votouro e Serrinha. (*Ibidem*, 162-163)

No que tange ao território de Nonoai, em 1941, o SPI estabeleceu sua tutela direta sobre os Kaingang, isso se deu através da instituição de um Posto Indígena na área, após a reestruturação do órgão indigenista aos quadros do Ministério da Agricultura, no início de 1940. Com isso, a área de Nonoai se tornou um Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN). Os Kaingang se viram diante de uma nova situação, a

tutela direta exercida pelo Estado nacional, a qual foi exercida por meio de seus agentes – encarregados e demais funcionários. Dela resultaram novas relações entre indígenas e não-indígenas e o desenvolvimento de atividades que transformaram a paisagem.

Destarte, a demarcação das áreas indígenas, iniciada na metade do século XIX e que se seguiu durante o século XX, tinha o fito de confinar esses grupos em espaços delimitados, liberando o restante das terras para a ocupação dos colonos imigrantes e seus descendentes. Percebe-se, portanto, que na região em estudo, assim como ocorreu em outros locais do Brasil, a ocupação imemorial dos grupos indígenas não garantiu a posse das terras que foram de seus ancestrais. Ao contrário, a chegada de grupos não-indígenas marcou a invasão e o esbulho sobre seus territórios. Neste sentido, a questão econômica é priorizada em detrimento da garantia de posse da terra aos indígenas.

Neste âmbito, até a primeira metade do século XX, os Kaingang de Nonoai vivenciaram muitas transformações em seus modos de vida e no seu território, decorrentes da inserção de novos elementos e de novos grupos étnicos que passaram a ocupar as suas antigas áreas de ocupação e de circulação. Em meados do século, entretanto, os indígenas viram seu espaço cotidiano ser invadido por agentes do indigenismo brasileiro, o que resultou em novas configurações nos seus hábitos e práticas e na transformação da paisagem que ocupavam.

Conforme analisamos neste capítulo, a transformação da paisagem não ocorre da mesma maneira entre todos os grupos humanos, ao discorrer sobre os grupos nativos, por exemplo, Diegues (2008, p. 17) destaca que “mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica.”

Simon Schama afirma que

[...] embora reconheçamos (como devemos) que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem. (SCHAMA, 1996, p. 20)

Compreendendo isso, enfatizamos a ação humana como propulsora das transformações ocorridas na paisagem cultural do Planalto Meridional. Desde as primeiras levadas migratórias, a região foi sendo ocupada e o meio ambiente e seus recursos representaram pontos nevrálgicos para a instalação dos grupos e para sua subsistência, de modo que, a partir de então, se desencadearam conflitos entre antigos e novos ocupantes, em especial destacamos como as parcialidades Kaingang do hodierno Rio Grande do Sul agiram e reagiram nesse processo.

Antes do contato, os Kaingang da região viviam, desenvolvendo suas atividades e mantendo relações com outros grupos indígenas, que já ocupavam o território ou que chegaram posteriormente. Neste sentido, as transformações estavam associadas às atividades que desenvolveram, às construções que realizaram e às práticas que empreenderam no meio. Ou seja, a transformação da paisagem, decorreu das relações estabelecidas entre os grupos humanos e deles com o meio ambiente. A chegada de novos agentes étnicos, portadores de traços culturais distintos, entretanto, resultou em maiores estranhamentos, em conflitos étnicos acentuados e em novas relações com o meio ambiente da região.

Com a chegada dos grupos europeus, o processo de transformação da paisagem do território ocupado pelos Kaingang se intensificou. Especialmente devido à introdução de novos elementos e às características culturais dos colonizadores, que, amparados pelos governos vigentes, avançaram sobre os territórios dos indígenas e passaram a usufruir de suas terras e dos recursos nelas contidos. Isso, somado às ações governamentais, forçou os Kaingang ao confinamento em espaços delimitados, mas eles não aceitaram esse processo sem resistência e desenvolveram diversos mecanismos para a defesa de suas terras.

Diante da formação dos aldeamentos, os governos estabeleceram sua tutela sobre estes indígenas e, com isso, aproveitaram para utilizar de seus recursos ambientais, através da extração madeireira, da inserção novos instrumentos e insumos, do desenvolvimento de atividades agropecuárias e da imposição de novas formas de trabalho aos indígenas, todas práticas que não condiziam com a cultura Kaingang. Nesse sentido, se delinearam novas maneiras de intervir no território e no ambiente, resultando em transformações na paisagem cultural e nos modos de vida dos grupos indígenas que ali viviam.

Nos capítulos seguintes, analisaremos como o órgão indigenista federal SPI, a partir de 1941, desenvolveu as supracitadas atividades dentro Posto Indígena Nonoai, aldeamento ocupado por grupos da etnia Kaingang. Através das fontes documentais e fotográficas produzidas pelo órgão indigenista nesse período, buscamos compreender especialmente de que maneira as relações estabelecidas com os indígenas, a inserção de novos indivíduos e de elementos exógenos contribuíram para a transformação da paisagem cultural nesse território.

CAPÍTULO II

3. A MADEIRA DO PI NONOAI: O PROCESSO DE DESFLORESTAMENTO DA ÁREA INDÍGENA KAINGANG

Destacamos no capítulo anterior como se deram os contatos dos indígenas Kaingang com as frentes de expansão, as principais ações desenvolvidas pelos primeiros para resistir ao avanço destes últimos e as influências desse processo para as mudanças no ambiente dos indígenas e para a conseqüente transformação de sua paisagem. Neste sentido, considerando o proposto por Donald Worster (1991, p. 201), ao afirmar que “o ambiente construído expressa a cultura”, a paisagem cultural do território Kaingang se configurou a partir dos embates e das diferenças culturais entre os indígenas e os agentes externos, devido às distintas interações que realizaram com o meio ambiente.

No Rio Grande do Sul, durante a maior parte do século XIX e até o início do século XX, os Kaingang estiveram sob a tutela dos governos provincial e estadual sul-riograndenses, desse modo, haviam sido os contatos com imigrantes europeus e seus descendentes e as pressões que exerciam sobre o território indígena os principais fatores que contribuíram para as alterações significativas nos modos de vida e na paisagem desses grupos. A partir de 1941, entretanto, a política desenvolvimentista estabelecida pelo presidente Getúlio Vargas passou a tratar os indígenas como uma questão federal, desse modo, foi o Serviço de Proteção aos Índios, inserido nos quadros do Ministério da Agricultura, que assumiu a tutela direta sobre os povos indígenas no Brasil. Diante disso, a configuração da paisagem se deu sob a presença de agentes externos que atuavam dentro da área indígena.

Em Nonoai, a chegada dos funcionários do indigenismo federal deu início à busca pela promoção de atividades e realização de negócios, os quais envolviam o uso dos recursos contidos na área e a utilização do trabalho indígena. Com vistas à autossuficiência do Posto e à integração dos indígenas na sociedade não-indígena, os agentes do SPI, inicialmente dirigiram a atenção para a exploração dos recursos madeireiros, e, posteriormente, em consonância com as políticas indigenistas, promoveram atividades de agricultura e de pecuária, sob a exploração dos recursos ambientais e da mão-de-obra indígena da área. Destarte, a

transformação da paisagem cultural passou a ocorrer mediante as interações entre os Kaingang e os agentes externos que ocuparam esse território.

3.1. A paisagem da região

Começamos apresentando os elementos dessa paisagem. A área em estudo está inserida no denominado Planalto Meridional, o qual

se estende pelos estados da Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, e apresenta, na sua constituição geológica, camadas de efusões vulcânicas basálticas sobrepostas ao arenito e às rochas cristalinas. Os terrenos são mais elevados próximos ao Atlântico, alcançando altitudes acima de mil metros, onde a Serra do Mar e a Serra Geral formam uma barreira montanhosa com relevos variados e pequenos planaltos de cobertura que perdem altitude em direção ao interior. Essa cadeia de escarpas elevadas apresenta, no Rio Grande do Sul, planaltos e vales cortados por rios das bacias do Uruguai e do Taquari/Antas que descem para as terras baixas. As altitudes de trezentos a mil metros são responsáveis por uma diminuição sensível das médias anuais de temperatura, oportunizando um clima temperado (Kern *apud* COPÉ, 2015, p. 150-151).

No que tange ao estado gaúcho, o território de ocupação Kaingang abrange diversas áreas. Os indígenas dessa etnia ocuparam especialmente as áreas mais altas situadas no litoral (norte), nos Campos de Cima da Serra, na Encosta inferior e superior do Nordeste, no Planalto Médio, no Alto Uruguai, nas Missões e na Depressão Central. (BECKER, 1995, p. 33)

A área do Posto Indígena Nonoai está localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul, correspondendo ao domínio da Mata Atlântica, a qual “apresenta particularidades na composição florística e no porte de floresta, de acordo com a região” (ALMEIDA, 2015, p. 254). Sobre a Mata Atlântica, Warren Dean (1996) fez uma análise histórica da devastação dessa floresta e apontou que outrora, entre 8° e 28° de latitude sul da costa leste da América do Sul, um complexo de florestas se alargava em cerca de cem quilômetros no interior da costa no norte e ocupava mais de quinhentos quilômetros no sul. Sua extensão aproximada era de 1 milhão de quilômetros quadrados. (DEAN, 1996, p. 24-25)

No que tange à região sul, a composição da floresta apresenta características diferenciadas das demais regiões pelas quais a Mata Atlântica se estende. Neste sentido, tem destaque a Araucária (*Araucaria angustifolia*). “Nas áreas montanhosas ao sul, a Mata Atlântica adquire um caráter inteiramente diferente. A primitiva e resistente conífera *Araucaria angustifolia* domina uma formação de floresta aberta em uma região onde a geadas é freqüente.” (*Ibidem*, p. 26-27)

A fitofisionomia do território em estudo é denominada Floresta Ombrófila Mista, devido à presença da Araucária com demais espécies. Conforme Medeiros, Savi e Brito (2005, p. 35), a Floresta Ombrófila Mista se destaca entre as fitofisionomias da Mata Atlântica na região Sul, predominando a espécie da *Araucaria angustifolia*. Essa árvore, por ocorrer com grande frequência, possuir um porte majestoso e uma madeira de boa qualidade, foi alvo de intensa exploração madeireira, o que reduziu drasticamente sua área de ocorrência original na extensão florestal.

A incidência dessa floresta ocorre na região sul, se estendendo pelos estados do Paraná (40%), de Santa Catarina (31%), do Rio Grande do Sul (25%), com manchas esparsas no sul de São Paulo (3%), chegando até o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro (1%) (KLEIN *apud* MEDEIROS; SAVI; BRITO, 2005, p. 35). O que define a Floresta Ombrófila Mista é sua sensibilidade às condições climáticas, pois se adapta às regiões de temperaturas mais baixas com ocorrência de geadas e, por isso, predomina especialmente em zonas de maior altitude, onde outros tipos de vegetação não conseguem se desenvolver, justamente em função do clima. (WREGGE; GARRASTAZU; SOARES; FRITZSONS; SOUSA; AGUIAR, 2017, p. 603)

A araucária (*Araucaria angustifolia*) se destaca neste bioma, de modo que se tornou um símbolo da paisagem e da cultura da região sul brasileira. (BASSO, 2010, p. 1). Quanto à sua descrição, “a araucária (*Araucaria angustifolia*) ou pinheiro do Paraná ou pinheiro brasileiro ou pinho ou também conhecida pelo nome de origem indígena, curi, é a única espécie do gênero *Araucaria* encontrada no Brasil.” (MEDEIROS; SAVI; BRITO, 2005, p. 2)

Segundo Basso (2010), essa espécie é composta de árvores altas com porte de 20 a 50m, 1 a 2m de diâmetro, tronco cilíndrico, reto, pouco ramificado, casca grossa (15cm), resinosa, a superfície externa se desprende em placas finas cinzenta escuras. Como os ramos inferiores são maiores e os superiores são menores, seu topo tem a formação típica umbela. Seus ramos secundários são chamados grimpas e se agrupam nos ramos primários. (BASSO, 2010, p. 2-3)

Além disso, a autora destaca que a araucária é uma planta dióica, ou seja, apresenta os gêneros masculino e feminino em indivíduos separados. As flores de cada gênero se situam

em árvores diferentes. Ela aponta que as flores masculinas possuem o formato de “charuto” e ficam presas na face ventral de escamas, as quais amadurecem e liberam o pólen transportado até as flores femininas situadas em outras árvores. Já as flores femininas são descritas sob a forma de um cone arredondado (pinha), elas são protegidas por brácteas escamiformes que estão inseridas num eixo central. Na base das brácteas férteis apenas um óvulo se forma e essas vão abrangendo o pinhão que se desenvolve. Cada pinha tem de 10 a 150 pinhões. (*Ibidem*)

Quanto aos locais de sua presença e às condições necessárias para seu desenvolvimento, a araucária ocorre apenas no planalto sul brasileiro, devido ao tipo de clima e solo.

A Araucaria angustifolia é uma espécie endêmica do planalto do sul do Brasil, quase todo originado dos derrames basálticos do Mesozóico (120 milhões de anos). Os planaltos apresentam temperaturas menores fruto da altitude cujo gradiente de diminuição é 1°C a cada 170m. Por isso ao sul a araucária medra em altitudes de 500m enquanto ao norte (Mantiqueira, Bocaina) sobe ao pico de mais de 2.000m. Isto mostra que a araucária só aceita verões brandos e invernos um tanto frios.

Quanto aos solos ela prefere argilosos, ricos em matéria orgânica e bem drenados. A falta de fertilidade é extremamente limitante para esta espécie. Por isso vemos que viceja bem em solos férteis dos vales. Nos capões ela se instala após os guamirins, mirtáceas, bugres, aroeiras, com solo já preparado e enriquecido. Daí espalha-se pelos campos, com dificuldade onde os solos são carentes de nutrientes e sais minerais.

A araucária é espécie heliófita, isto é, para ter bom crescimento deve estar exposta ao sol, com pouco sombreamento. Na mata fechada o crescimento se dá quase unicamente em altura, pois o ápice busca a luz. Quando ultrapassa o dossel das latifoliadas então desenvolve rapidamente estendendo os ramos horizontais sobre a copa das árvores mais altas.

Os valores máximos e mínimos de precipitação para a região da araucária vão de 1300m até 2700m. (*Ibidem*, p. 3-4)

A presença da araucária na Floresta Ombrófila Mista se tornou um atrativo ao processo de desflorestamento na região sul. As áreas de mata foram transformadas e sua extensão muito reduzida devido à extração dessa espécie. “Ocorrendo em elevada frequência e com indivíduos de porte majestoso, produzindo madeira de superior qualidade, a *A. angustifolia* foi alvo de intensa exploração madeireira, reduzindo-se drasticamente a área de ocorrência original de toda a formação florestal.” (MEDEIROS; SAVI; BRITO, 2005, p. 35)

Ademais, não apenas a Floresta Ombrófila Mista foi alterada, no que concerne à abrangência da Mata Atlântica, sua área foi transformada desde a chegada dos primeiros grupos humanos, mas sua redução mais significativa ocorreu a partir da chegada dos grupos

européus no Brasil. Segundo Dean (1996, p. 23), a paisagem dessa floresta vinha sendo transformada de maneira incomensurável havia milhares de anos, porém o domínio humano nessa região foi menos intenso que em outras partes do planeta. Segundo Dean (1996, p. 31) é difícil saber se é correto a referência à Mata Atlântica no tempo presente, pois a maior parte da cobertura dessa floresta atualmente é composta por vegetação secundária, além disso, a maior parte dela resulta de alguma intervenção humana, o que torna impossível precisar em que medida se parece com a formação original, existente antes da chegada dos primeiros grupos humanos à região.

Neste sentido, o exposto por Dean (1996) corrobora com a concepção de Schama (1996, p. 17) de que “nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior.” Para este, a transformação da paisagem resulta de um universo mental comum, chamado cultura humana, a qual está imbuída de mitos, lembranças e obsessões em relação ao ambiente, desse modo, todas as paisagens se configuram devido à ação antrópica.

Destarte, conforme destacamos no capítulo anterior, a paisagem da área em estudo vem sendo modificada desde as primeiras ocupações humanas, há cerca de 12 mil anos antes do presente, ou seja, a transformação da paisagem cultural teve início ainda no período pré-colonial, porém a chegada de novos grupos representou a introdução de novos mitos, lembranças e obsessões e de novos elementos no meio ambiente, de modo que a ação antrópica passou a se pautar nos referências de novas culturas. Com isso, a transformação da paisagem ganhou novos ritmos e novos contornos.

Ao tratar da transformação da paisagem, enfatizamos como se deu esse processo no território Kaingang de Nonoai (RS), portanto, neste e no próximo capítulo destacaremos as ações empreendidas pelos agentes do órgão indigenista federal nessa área, com ênfase, respectivamente, para a exploração dos recursos madeireiros e o conseqüente processo de desflorestamento e para os usos da terra e de seus recursos, os quais estiveram ancorados no atendimento aos pressupostos desenvolvimentistas estabelecidos pelo governo federal e seguidos pelo órgão indigenista brasileiro.

3.2. O SPI entre os Kaingang: a implantação do Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação na área de Nonoai (RS)

A criação do SPILT, em 1910, e o posterior desmembramento do Serviço de Localização de Trabalhadores Nacionais do órgão, em 1918, trouxeram consigo algumas mudanças no que tange ao tratamento da temática indígena no Brasil. A criação dos Postos Indígenas, em 1936, a incorporação do SPI aos quadros do Ministério da Agricultura, em 1940, e a busca pela promoção das políticas desenvolvimentistas, assim como as ações do governo estadual nos territórios indígenas, constituem fatores que contribuíram para os novos contornos do indigenismo no território gaúcho.

Conforme Bringmann (2015a, p. 154), dada a separação do SPI em relação às atividades de localização dos trabalhadores nacionais, o órgão federal estabeleceu o Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, no qual os indígenas foram emancipados da tutela orfanológica e passaram a ser divididos em grupos diferenciados, segundo seu grau de contato com os não-indígenas e conforme as características dos territórios que ocupavam. Neste sentido, o autor aponta que, ao tornar a tutela dos indígenas função exclusiva do poder executivo, foi acentuada a exploração dos recursos referentes ao patrimônio desses grupos. “Este aspecto deve ser ressaltado, pois deu respaldo para muitas práticas ilícitas cometidas por inspetores e encarregados de Postos, acusados de apropriação indébita da renda do patrimônio indígena.” (BRINGMANN, 2015a, p. 155)

Ademais, outro fator de grande mudança para as populações indígenas foi a aprovação do Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936, que instituiu novas diretrizes para a incorporação dos indígenas nos moldes da sociedade não-indígena. Esse decreto influenciou no estabelecimento dos Postos Indígenas brasileiros. A partir do novo decreto, a assistência aos indígenas deveria ser feita *in loco* através de estabelecimentos que promoveriam a nacionalização e incorporação dos indígenas à sociedade e à economia regional, desse modo desenvolveriam atividades de produção e seriam preparados para o cumprimento de todos os deveres cívicos. Nesse âmbito, os antigos Centros Agrícolas e Povoações Indígenas passaram a ser denominados Postos Indígenas. (*Ibidem*, p. 157)

Os Postos Indígenas tornaram a tutela do poder executivo direta, de modo que os agentes do SPI estariam incumbidos dessas funções tutelares. Os territórios indígenas foram diferenciados conforme “a vocação econômica da região em que estavam estabelecidos” (*Ibidem*, p. 158). As áreas indígenas foram divididas entre Postos de Atração, Vigilância e Pacificação e Postos de Assistência, Nacionalização e Educação. No caso de Nonoai, no noroeste gaúcho, os contatos entre indígenas e não-indígenas já estavam adiantados, de maneira que, em 1941, foi incorporado como Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação, recebendo a sigla PIN.

Nesse período, o chefe poder executivo era Getúlio Vargas, o qual empreendeu uma proposta desenvolvimentista que visava o crescimento econômico brasileiro, aproveitando o potencial interno do país. Segundo Sonia Regina de Mendonça (1986, p. 30), a partir do golpe de 1930, o Estado brasileiro passou incentivar a industrialização, com isso, “procurou transferir os recursos da agricultura para a indústria”. A autora aponta que no setor agrícola, o Estado buscou transformá-lo em braço de apoio para as atividades industriais através da investida na expansão das fronteiras agrícolas de estados como Mato Grosso, Goiás e Paraná para que produzissem gêneros básicos a preços baixos. Para os indígenas, isso se refletiu na implantação de Postos Indígenas voltados ao desenvolvimento de atividades que promovessem a autossuficiência e a venda de excedentes no mercado regional.

No que tange à criação dos Postos Indígenas na região Sul, Bringmann (2015a, p. 161) destaca que diversos grupos não-indígenas passaram a invadir as áreas que o estado havia reservado aos indígenas, além disso, estes sofreram muitos abusos por parte da sociedade envolvente. Os governos não conseguiam e não pretendiam resolver os problemas relacionados aos indígenas. Neste sentido, a partir de 1941, o SPI estendeu sua atuação direta nas reservas da região através da criação de Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN's). A finalidade dos PIN's era agrupar os indígenas que já eram sedentários e propiciar sua adaptação “à criação e à lavoura”. Nos postos, seriam prestados auxílio e incentivo para que os indígenas se envolvessem nas atividades de agricultura e de pecuária, com a adoção do método mais intensivo e técnico que os indígenas estivessem aptos a atingir. (VANIN; SILVA; TEDESCO, 2018, p. 201)

É interessante observar que o foco estava na criação e na lavoura, pois o estabelecimento dos Postos Indígenas se deu justamente após a inserção do SPI no Ministério da Agricultura, em 1940. A partir de então, as ações do indigenismo oficial visavam a promoção da autossuficiência nas áreas indígenas por meio da exploração dos recursos contidos nestes territórios e o fizeram à custa do trabalho indígena.

O Estado por meio de sua agência instalou postos em territórios ameríndios, delimitou terras aos índios que não possuíam autonomia jurídica sobre seus territórios e efetivou o controle sobre as terras e postos visando às potencialidades naturais. Com a finalidade da promoção do patrimônio nos PIs, o governo promoveu no sul a exploração das terras, extraíndo madeira ou concedendo a exploração e extração aos regionais não indígenas, arrendando as terras a terceiros, e, gradativamente, implantando lavouras de produtos diversos com a justificativa da necessidade de gestão e provimento do Posto e dos índios. (ALMEIDA, 2015, p. 347-348)

Com isso, no caso do Rio Grande do Sul, a direção do SPI autorizou, no início de 1941, a instalação de Postos Indígenas por diversos Toldos já existentes no estado. Segundo Bringmann (2015a, p. 168), na etapa inicial foram vinculados ao SPI o PI Guarita, no município de Tenente Portela, o PI Cacique Doble, em Lagoa Vermelha, o PI Nonoai, situado em Sarandi, e o PI Ligeiro, que estava estabelecido no município de Charrua e já era tutelado pelo SPI como Centro Agrícola desde 1911. O autor destaca que os PIs Guarita e Nonoai eram os maiores, o primeiro possuía aproximadamente 23 000 hectares e uma população em torno de 600 pessoas. O segundo, em 1941, abrigava uma população também em torno de 600 indígenas, mas sua área compreendia cerca de 34 000 hectares.

Sobre a área de Nonoai em específico, com a criação do Posto Indígena, os Kaingang passaram a ser tutelados diretamente pelo encarregado e demais funcionários do SPI. O primeiro encarregado a exercer essa função no foi o gaúcho Francisco José Vieira dos Santos. Além de ter sido o primeiro chefe da área, Francisco Vieira também foi o que mais tempo esteve no cargo, tendo realizado suas atividades de 1941 a 1956, quando foi transferido para o estado do Paraná.

O responsável por organizar e coordenar o Posto Indígena Nonoai em sua nova conjuntura após o fim da tutela estadual, Francisco José Vieira dos Santos, foi um ex-militar de carreira, natural do município de São Gabriel/RS. Esse encarregado possuía vínculo recente com o órgão indigenista federal quando assumiu o comando do PI Nonoai em outubro de 1941, tendo iniciado em 1940 suas atividades como Agente dos Índios (BRASIL. Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspeção Regional. s/d.). Chegou em Nonoai juntamente com a esposa e dois filhos, instalando-se na aldeia sede, onde construiu seu escritório e moradia. Era recorrente,

na época, atribuir à esposa do funcionário designado pra chefiar o Posto, caso apresentasse razoável grau de instrução, a função de Auxiliar de Ensino, o equivalente ao papel do atual professor alfabetizador. Em Nonoai, esta característica não fugiu à regra, sendo o cargo de Auxiliar de Ensino ocupado pela esposa de Francisco Vieira: Helena Abduch Vieira dos Santos. (*Idem*, 2015b, p. 6-7)

Não apenas por ter sido o que mais tempo exerceu o cargo, mas também porque costumava apresentar detalhes sobre sua atuação nos ofícios, cartas, telegramas e relatórios, Vieira foi o agente que mais informações forneceu sobre as atividades realizadas em Nonoai. Através da análise das fontes produzidas durante sua administração se destaca, portanto, o fato de que seus relatórios eram compostos por detalhes minuciosos dos trabalhos ali desenvolvidos pelo SPI, especialmente os serviços prestados em prol dos ideais do órgão federal. Ele também fazia descrição enfática das situações envolvendo os indígenas, os funcionários e os recursos do posto, principalmente quando algum deles estaria sendo ameaçado por agentes externos.

As relações dos funcionários do SPI com esses agentes externos ao Posto geralmente foram conturbadas, por isso, Francisco Vieira fez muitas menções às disputas travadas pelos recursos da área. Cercado de propriedades privadas, com produção agropecuária intensiva, o território Kaingang possuía considerável extensão de florestas com espécies diversas. Desse modo, muitos indivíduos e empresas extraíam madeiras e até mesmo os agentes do governo estadual controlavam os recursos no espaço indígena. Esses diferentes grupos – civis, empresários e funcionários do estado – não aceitaram de bom grado a chegada do órgão indigenista federal e a tutela empreendida na área de Nonoai. Por isso, desde a instalação do novo serviço na área, passaram a haver disputas entre tais grupos e os servidores do SPI. Estavam em pauta a exploração e o gerenciamento do patrimônio indígena.

Conforme Bringmann (2015a, p. 173), ao instalar um Posto Indígena na área de Nonoai, o SPI afetou os interesses de alguns moradores da região, sobretudo comerciantes, agricultores e madeireiros, que anteriormente usufruíam da mão de obra Kaingang e dos recursos naturais existentes dentro da área indígena. O motivo maior foi porque a tutela direta do governo federal incluía na proteção aos índios a vigilância ao patrimônio existente nesses territórios. Reforça isso, o fato de que o encarregado relatou as frequentes ameaças sofridas por ele e pelos demais funcionários do SPI quando iniciaram os trabalhos na área. Ademais, o

encarregado denunciava as tentativas de alguns regionais em incentivar os indígenas a desobedecer às “novas regras” e a abandonar os serviços.

Iniciamos evidenciando um caso de apossamento do território indígena na região. Ao iniciar suas atividades no serviço indígena, Francisco Vieira já evidenciou o interesse de um indivíduo pela posse das terras reservadas aos Kaingang. Na área da Serrinha, o encarregado relatou que João Loureiro lhe apresentou o título de posse de cerca de um terço das terras indígenas, as quais teriam sido escrituradas ainda em 1912.

Em maio p.p., quando a Inspetoria de Passo Fundo mandou medir uma reserva florestal, naquele Toldo, João Loureiro requereu uma posse, ali existente; a qual está em nome de Rufino Almeida Melo. João Loureiro, que é herdeiro, mostrou-me um título em que se lia: - 'Conferido a Rufino Almeida Melo o direito da posse (demarcava os ventos), com 6.220.200 mts², em 22.5.1882". Esta extensão de quase 25 lotes está toda compreendida pela Area de Serrinha. Foi Assinado esse título por Carlos Barboza Gonçalves, e está datado de 5.8.912. [*sic*]¹⁰

Para defender os interesses de Loureiro, Vieira destacou que os indígenas não tinham falta de terras para plantar, reclamavam apenas a redução de seu território. Neste sentido, o próprio encarregado buscou abrandar o fato de que cerca de um terço do território Kaingang estava sendo espoliado. Ele justificou que poucos foram afetados – dos 50 casais que habitavam na reserva 15 teriam que se mudar –, além disso, afirmou que, ao não conter roças na área em questão, os interesses do SPI não estariam sendo prejudicados.

Na mesma carta, Vieira relatou que a área também estava ocupada por intrusos, os quais somavam 30 indivíduos. “Trinta entrusos ocupam tambem esta parte fora da reserva deixada, portanto é grande o número de plantadores ali. [*sic*]¹¹ Ele não fez menção a qual grupo étnico ou social pertenciam os intrusos, nem se haveria qualquer ação do SPI quanto à retirada deles da área indígena.

Nos domínios do PI Nonoai, principalmente nos anos iniciais da atuação do SPI, destacaram-se relatos em que o encarregado afirmava haver indivíduos efetuando a exploração dos recursos madeireiros pertencentes ao Posto. Com isso, Francisco Vieira embargou os trabalhos de civis e de empresas madeireiras, que realizavam essas atividades

¹⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta nº 3 enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 12 de fevereiro de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹¹ *Ibidem*, p. 2

sem prévia autorização do agente federal. Em carta de 14 de janeiro de 1941¹² ele denunciou a ação de Nicanor Fiad, o qual estaria extraindo ilegalmente as madeiras do Posto sob a justificativa de que tinha recebido concessão do governo do estado para tal. O encarregado afirma que Fiad havia sido capataz da empresa madeireira que realizava a extração ilegal nas matas do PI Nonoai. Ele ressalta que a atuação de terceiros na área indígena possuía precedentes, a exemplo do caso de Abrão Fiad, irmão de Nicanor, e um Cortez que tiravam madeiras ali desde 1923.

Outro caso relatado envolve Ângelo Jordani. Segundo o encarregado, o autor das retiradas ilegais alegou desconhecimento das divisas do Posto, entretanto, o próprio Francisco Vieira destaca que esse indivíduo morava na região há cerca de 14 anos, além disso, afirma que havia marcos bem evidentes delimitando a área de abrangência do PI.¹³ Vieira narrou que havia embargado esse corte de madeiras realizado por uma empresa, a qual, sob o comando de Jordani, havia adentrado cerca de 6 quilômetros explorando as matas do Posto.

[...] foram encontradas (20) vinte vigas de cedro e uma (1) de canela guaicá; mas verificou-se também que dessa madeira uma (1) viga de canela guaicá e cinco (5) vigas de cedro, mortas todas foram retiradas das florestas do Estado e quinze (15) vigas de cedro foram tiradas das florestas deste Posto Indígena das quais vigas nove (9) vigas são verdes o que se verificou no próprio tóco, somente seis (6) vigas são mortas e não todas mortas como declarou o Snr. Angelo Jordani. Toda essa madeira foi encontrada no barranco do Rio DEMETRIO, margem direita, pronta para descer, e, se já havia descido alguma madeira antes não conseguimos apurar. [*sic*]¹⁴

Neste sentido, a chegada do SPI na área afetou os interesses de indivíduos e de empresas, os quais extraíam madeiras nas matas do Posto. Ao ver suas atividades interrompidas, esses agentes apontados por sua atuação ilegal, passaram a tecer denúncias contra os negócios realizados pelos funcionários do SPI na área. Não afirmamos, no entanto, que essas denúncias eram sempre falsas, mas as destacamos para enfatizar as disputas travadas, que demonstram a relevância dos recursos madeireiros para os envolvidos. As diversas denúncias realizadas contra os funcionários do SPI, em especial o encarregado, se

¹² BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 14 de janeiro de 1941. p. 2-3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 19 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 10 de junho de 1942. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹⁴ *Ibidem*, p. 2-4

referiam à venda e à retirada de madeiras do Posto sem o conhecimento ou o consentimento da Inspetoria Regional (IR7).

Francisco Vieira se defendeu das acusações em diversas ocasiões que escreveu ao inspetor chefe da IR7.

Francisco Pedro Leal denunciante tirada madeira deste toldo intitulou se funcionario SPI, tem feito varias denuncias infundadas nao so liga defesa nacional tambem inspetoria floréstal Irahi conforme chegou hoje meu conhécimento 1º haver la esse funcionario SPI atendéndo toda ésta zona sul. Informa aquela inspetoria esse snr de que intervindo negocios indios. Por isso causa duvida minha chegada aquela inspetoria visto este Posto estar sob cuidados della. Julgo necessário telegrafardes dirétoria terras colonisacao secretaria agricultura Porto Alegre a fim esclarecér tudo nao perturbar boa marcha meu trabalho neste posto. [sic]¹⁵

As denúncias foram motivadas pelo acordo proposto entre Francisco Vieira e o madeireiro Alberto Berthier de Almeida. Conforme Vanin, Silva e Tedesco (2015, p. 206), em princípios de sua administração, o encarregado trocou correspondências com o madeireiro passo-fundense Alberto Berthier de Almeida, assinalando a possibilidade de comercializar a madeira contida na área do posto de Nonoai. Nas missivas, Vieira afirmou que mesmo ainda não conhecendo quais áreas de mata poderia negociar para exploração, considerava isso como breve e acertado com o extrativista. Ele destacava também sua intenção de obter elevados lucros nessa prática, ao vender a madeira por meio de “concorrência”, isto é, a oferta de maior valor prevaleceria.

Além dos civis e dos empresários, o governo estadual e suas instituições também tinham grande interesse na administração do patrimônio florestal indígena, pois, desde o período de atuação da DTC, as áreas de floresta dos indígenas estavam sob a gerência do estado. Após a implantação do Posto Indígena em Nonoai, os recursos presentes no território passaram a ser controlados pelo órgão federal. Neste sentido, o assunto de principal interesse tanto da nova quanto da antiga administração era a questão da madeira contida nas matas da área indígena. O litígio girava em torno disso.

Francisco Vieira relatou a situação de conflito entre a recém-chegada agência federal e os já estabelecidos órgãos estaduais. Segundo o encarregado, o atrito principal se deu com as

¹⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 10 de dezembro de 1940. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Inspetorias de Terras de Passo Fundo e de Barril e a Inspetoria Florestal de Iraí. Por meio de cartas, ofícios e relatórios, ele destacou as nuances dos embates que se desenrolaram quanto à gerência dos recursos florestais no território indígena. Em fevereiro de 1941,¹⁶ Vieira descreveu a passagem do Inspetor Geral da Secretária de Porto Alegre pelo PI Nonoai com destino a Passo Fundo, o qual mediante conversa com o Inspetor de Terras da cidade, Otacílio Ribas, questionou a legitimidade da ação dos funcionários do SPI na área indígena. A disputa envolvia os interesses do estado e a recente ação dos agentes do indigenismo federal.

Diante dos embates com os agentes estaduais, em ofício enviado ao inspetor chefe da IR7, Paulino de Almeida, Francisco Vieira pede auxílio para definir o grau de autonomia que possuía em suas ações.

Peço-vos informar si este Posto tem de prestar obediência e aceitar ordens que emanem de alguma das Inspetorias de Terras e Florestal de Barril e Iraí, respectivamente, isto porque, chegou ao conhecimento deste Encarregado de que o Guarda-Florestal, aqui, está com ordens para embargar os trabalhos deste Posto. [sic]¹⁷

Francisco Vieira também solicitou auxílio nestas desavenças quando os agentes do estado estavam vendendo madeiras e realizando negócios com os recursos da área indígena.¹⁸ Além disso, o encarregado também acusou a administração estadual de realizar contratos e não fiscalizar a retirada das árvores negociadas.

[...] Ainda não conseguí fazer negócio algum de madeiras. Os compradores, conforme verifiquei e me informou pessoalmente o Inspetor Florestal em Barril, Dr. Artur Ambros, estão acostumados a comprarem 1.000 vigas, pagando bem, receber as matas à vontade e tiragem 3, 4 mil; para dois com quem já conversei, disse-lhes que meus negócios eram claros e positivos, *como dono reserva-me o direito de fiscalizar o que é meu*. [sic]¹⁹ (grifo nosso)

Percebe-se pelo trecho em destaque que o encarregado se refere aos recursos florestais como sendo seus, ele inclusive se intitula o dono das reservas do Posto. Neste sentido, poderíamos afirmar, principalmente pelas disputas travadas em torno da administração das matas, que o patrimônio indígena costumava ser visto como de propriedade de outrem, neste

¹⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 20 de fevereiro de 1941. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 7, enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 12 de março de 1941. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 12 de janeiro de 1941. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹⁹ *Ibidem*, p. 2

rol constam o governo estadual, o órgão indigenista federal, que buscavam controlar os recursos da área através de seus respectivos agentes, e até mesmo indivíduos da sociedade civil, os quais requeriam títulos de terra ou retiravam as madeiras das matas.

No que tange aos interesses dos agentes estaduais em gerenciar os recursos madeireiros desse território, os embates entre os órgãos federal e estaduais parece terem sido solucionados por vias diplomáticas. Aparentemente, chegou-se a um acordo entre o SPI e a Inspeção Florestal. Para evitar conflitos acentuados, estabeleceu-se que os agentes federais não poderiam realizar negócios de extração ou venda sem o consentimento do delegado florestal. Depreende-se isso pelo telegrama que o encarregado do PI Nonoai enviou ao inspetor chefe da IR7²⁰, no qual solicita esclarecimentos sobre a necessidade de prévio entendimento com o delegado florestal em caso de extração madeireira nas matas do posto. Ele informou que não estava sendo autorizado a realizar seus negócios de madeira. O desfecho do caso foi relatado pelo próprio encarregado, o qual destacou o acordo com o delegado florestal, Otacílio Ribas, que havia concordado com a tiragem de madeiras necessárias às construções do posto²¹. Nesse processo, os indígenas, entretanto, não eram consultados ou sequer autorizados a interagir nas decisões sobre o destino ou os ganhos com a extração madeireira sobre seu espaço.

Apesar dos entendimentos entre as agências supracitadas, os ocupantes da área não foram consultados ou incluídos nessas negociações ou na administração desses recursos. Os Kaingang de Nonoai, que, ao longo do tempo, haviam sido espoliados de seus territórios, também foram privados do direito de gerenciar e dispor de seu patrimônio. Exemplo disso, vemos no relato feito por Francisco Vieira, quando afirma ter encontrado madeiras do Posto sob posse de um indivíduo que as teria comprado de indígenas da área. Neste caso, vemos que os agentes tutelares, em consonância aos preceitos do SPI, consideravam os indígenas incapazes de gerir seu patrimônio e não permitiam que eles dispusessem das madeiras pertencentes às matas de seu território.

²⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 03 de maio de 1941. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 20 de maio de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Levo ao vosso conhecimento que uns índios cortaram sete (7) cedros na costa do Rio da Várzea e venderam a um Sr. Messenas, pelo preço de Cr.\$18,00 cada um. Esta madeira o Posto embargou e para a qual teve proposta de Cr.\$30,00 cada viga, pelo Sr. Artidor Alves; as vigas são finas, creio que não possam atingir maior preço. Disse ao proponente que poderia contar com a autorização da Inspetoria para venda, uma vez que fôra autorizada a venda dos cedros cortados por ANGELO JORDANE. - Para o que solicito instruções da Inspetoria. [*sic*]²²

Em outro relato, o encarregado afirma ter embargado mais madeiras, cerca de 10 toras de cedro que teriam sido vendidas por indígenas da área.²³ Essas retiradas sempre eram de cifras muito baixas se comparadas às negociações realizadas por agentes estaduais ou federais. Conforme percebemos nesses casos, os agentes do indigenismo eram os que de fato administravam os recursos florestais do Posto, enquanto os indígenas não dispunham desse direito. Os agentes estaduais e federais queriam assegurar sua prioridade na realização dos negócios de troca e venda envolvendo madeiras da área Kaingang. O encarregado do SPI propôs inclusive, em diversas ocasiões, a implantação de serrarias para a atuação de terceiros dentro da área.

Destarte, a instalação do Posto Indígena em Nonoai, representou a mudança dos agentes que exploravam o território e seus recursos, passando da esfera estadual para a federal, e envolvendo também civis e empresas madeireiras que agiam na área sob a conivência dos funcionários que a administravam. O denominador comum a todos esses agentes mencionados, é que levaram à efeito um processo de desflorestamento da área indígena de Nonoai com vias a obter lucro, através da retirada e venda de madeiras nela contidas. Enquanto isso, em nenhum dos casos, os indígenas foram consultados ou tiveram seus interesses levados em conta. Ao contrário, na maioria das vezes à revelia de suas demandas, o meio ambiente do território que ocupavam foi alterado e os recursos madeireiros extraídos, vendidos e trocados, tanto no período anterior quanto no posterior à atuação do SPI em seu espaço tradicional.

²² BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 13 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 20 de fevereiro de 1943. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 14 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 26 de fevereiro de 1943. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

3.3 A exploração madeireira levada em efeito pelo SPI: o desflorestamento de Nonoai de 1941 a 1967

Dentre as potencialidades da área indígena de Nonoai, a extração madeireira ganhou destaque, especialmente no período inicial de atuação do SPI no Posto. A falta de recursos do serviço federal, somado ao fato de que os negócios de madeira necessitavam pouco investimento com retorno imediato, representaram incentivos para obter renda por meio da venda e troca dos recursos florestais. Enquanto não conseguiam desenvolver plenamente as atividades agropecuárias na área, os agentes do indigenismo federal, nos primeiros momentos de seu trabalho, viram nos negócios de madeiras transações vantajosas e até lucrativas. Sob os auspícios dessas práticas, deu-se continuidade ao já acentuado processo de desflorestamento no território Kaingang.

No que tange ao processo de desflorestamento das matas na região sul do Brasil, Carina Santos de Almeida (2015, p. 351) destaca dois momentos: o primeiro relacionado à ação dos imigrantes, e o segundo concernente à exploração madeireira no século XX. Segundo a autora, a cobertura floresta no sul do Brasil passou pela ação do “machado civilizador” do imigrante europeu, responsável por moldar uma nova fitofisionomia na região. Porém, o desmatamento da floresta de araucária empreendida pela indústria madeireira no século XX causou maior influência na transformação da paisagem nas terras subtropicais.

Se durante o século XIX e parte do século XX, foram os imigrantes europeus e seus descendentes, os responsáveis pelo avanço sobre as áreas indígenas e pela extração dos recursos madeireiros nelas existentes, a partir de 1941, esses processos se deram com a presença dos agentes do SPI dentro do espaço indígena. Sobre sua atuação do SPI nos Postos da região Sul, Almeida (2015, p. 361) destaca que, a partir de então, “as agências indigenistas exploraram *in loco* as ‘potencialidades’ econômicas dos Postos.” O desflorestamento nos Postos Indígenas, neste sentido, se deu com a promoção das atividades de venda e retirada de árvores de diversas espécies.

Dentre as espécies contidas e exploradas nas áreas indígenas, constam principalmente o pinheiro (*Araucária angustifolia*), que apresentava maior quantidade e teria sido o mais extraído e o mais vendido. Também havia outras espécies, como o cedro (*Cedrela fissilis*), a

grápia (*Apuleia leiocarpa*), a cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), o louro (*Laurus nobilis*), a canela (*Cinnamomum verum*) entre outros, todas árvores nativas, chamadas madeiras de lei (*Ibidem*). Essas espécies, tiveram seu número e sua área de abrangência reduzidos após a intensa exploração madeireira empreendida na região.

No PI Nonoai, o processo de desflorestamento se deu pelo fato de que, inicialmente, os recursos madeireiros representaram a principal fonte de renda para o Posto. Ademais, considerando o pouco investimento do SPI, destacado em ofícios, relatórios e cartas desse período, a troca e a venda de madeiras compensavam, até certo ponto, o precário financiamento do órgão indigenista para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e para o exercício dos demais trabalhos no Posto. Segundo os agentes do SPI, em Nonoai, a exploração dos recursos madeireiros se tornou o meio mais rápido e fácil de assegurar a permanência do indigenismo federal na área.

Com a instalação do Posto Indígena em Nonoai, apesar de a agência indigenista estabelecer como prioridade o desenvolvimento das atividades agropecuárias, inicialmente, foram mais visados os negócios envolvendo o patrimônio florestal da área. Ainda em 1940, o encarregado do PI já relatava conflitos e demandas relacionados à questão de madeiras. A partir de sua atuação direta, em 1941, Francisco Vieira fez diversos relatos e realizou muitos negócios concernentes aos recursos madeireiros do Posto.

Com relação à extração madeireira, desde o princípio de sua ação indigenista, o SPI aproveitou-se direta e indiretamente deste recurso. Primeiramente, tentou instalar e administrar serraria própria, na qual fracassou. Depois disso, passou a firmar contratos de extração com empresários regionais (Tissiani, Gasparotto, Sartoretto entre outros), que causaram verdadeira devastação dos pinheiros e demais madeiras de lei da área indígena. (BRINGMANN, 2015a, p. 390- 391)

Desde sua chegada no Posto, o encarregado Francisco Vieira focou sua atenção na extração de madeiras. Exemplo disso, vemos nos documentos em que ele solicita instrumentos para as principais atividades que desenvolveria. Em janeiro de 1941, Vieira pediu, através de carta ao inspetor chefe da Inspeção Regional 7 (IR7), o envio de ferramentas necessárias ao preparo da terra e à colheita, mas a maior quantidade listada é de

machados, os quais ele requisitou “5 dezenas”.²⁴ Isso demonstra que a extração madeireira configurava o maior foco dentre as atividades desenvolvidas no Posto neste período. Entretanto, apesar do destaque para os machados, em geral, foram as serras das empresas madeireiras que mais contribuíram para o desflorestamento dentro do PI Nonoai.

3.3.1 O desflorestamento do PI Nonoai: a extração, a venda e a troca de madeiras pelos agentes do SPI

Em muitas cartas, telegramas e relatórios enviados à IR7 e à Direção do SPI, o encarregado enfatizava a necessidade de fechar negócios com serrarias e declarava estar buscando corresponder às exigências da chefia do SPI no sentido de promover a autossuficiência do PI Nonoai. Ele relatava que as vendas e trocas de madeiras seriam necessárias à realização das construções no Posto, a exemplo dos edifícios da sede, das cercas, das pontes, das casas dos indígenas e dos abrigos para animais.

Em telegrama de janeiro de 1941,²⁵ Francisco Vieira destacou seu interesse em negociar com uma empresa madeireira da região e afirmou também estar recebendo propostas para venda de madeiras. Ele narrou que havia iniciado as negociações com a firma Santinelli, descrita como uma empresa séria e muito rica, porém muito pechincheira, que concentrava seus interesses apenas na extração de pinheiro. O objetivo do encarregado era que a Santinelli instalasse um engenho dentro das matas do Posto. Vieira dizia que suas pretensões estavam voltadas apenas à realização dos negócios estritamente necessários ao desenvolvimento dos trabalhos no PI. Por fim, afirma que não realizaria negócios sem fazer um levantamento das madeiras da área.

No sentido de conseguir o aval da chefia do SPI para realizar seus negócios com as madeiras interessadas, Vieira detalhava as propostas e as possíveis vantagens decorrentes de tais acordos. Importante ressaltar que, em alguns casos, o trabalho indígena também fazia parte dessas negociações, vemos isso na carta enviada ao inspetor chefe da IR7, Paulino de Almeida, em janeiro de 1941.

²⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 29 de janeiro de 1941. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 14/01/1941. Op cit. p. 1-3.

Tenho a honra de submeter à apreciação de V. S. a exposição dos negócios de madeiras, como me foram propostos pelas firmas abaixo:

A firma Vargas Freire & Cia. de Barril comprará 500 vigas de cedro, podendo, se convier, adicionar até 30% de pinheiro para se exportarem também. O cedro ao preço de 50\$000 a viga e pinheiro a 20\$000. Toda a tiragem será feita à distância de até 8 quilômetros do Rio da Várzea, por onde sairá a madeira, em balsas, mas crescentes e por conta do comprador. O comprador empregará índios também no trabalho. O pagamento será efetuado em duas partes, uma na ocasião de assinar o contrato e a outra depois a combinar. Toda a madeira será contada e marcada para sair do Posto. A tiragem desta madeira deverá demorar um pouco visto que só sai por ocasião das cheias dos Rios da Várzea e Uruguai; e por isso querem os compradores iniciar o quanto antes para aproveitarem as próximas cheias do fim do verão. [*sic*]²⁶

Além disso, o agente do indigenismo federal costumava reiterar a urgência em finalizar as edificações que permitiriam o pleno desenvolvimento das atividades no Posto. Neste sentido, a venda e a troca de madeiras eram as vias mais fáceis na busca por angariar recursos e realizar as construções necessárias. Para efetivar tais negócios, era feita a troca de madeira bruta por madeira beneficiada, ou seja, os agentes do SPI entregavam certa área de floresta para derrubar e as empresas madeireiras forneciam tábuas e vigas para as construções do Posto. Na mesma carta supramencionada, Francisco Vieira afirmou que a firma Zambonato & Cia., de Boa Vista, desejava realizar negócio de 2 mil pinheiros ao preço de 15 mil réis por árvore, desde que pudesse instalar um engenho de serra nas dependências do posto.²⁷

Neste âmbito, percebemos que o encarregado não se limitou às vendas e trocas, mas passou a defender também a instalação de serrarias dentro do Posto. Enquanto não conseguia autorização da chefia do SPI para isso, o encarregado continuou realizando trocas de madeiras brutas por madeiras beneficiadas, mas enfatizando com frequência as muitas dificuldades que enfrentava na consolidação desses negócios. Em fevereiro de 1941, o agente federal destacou que as trocas para as construções do Posto, só poderiam ser realizados se o construtor pudesse montar serrarias dentro da área.²⁸ No mesmo mês, ele reiterou sua posição através de novo

²⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 29/01/1941. Op. Cit. p. 1.

²⁷ *Ibidem*

²⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 02 de fevereiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

telegrama.²⁹ Logo em seguida, afirmou ao inspetor chefe que estava difícil realizar negócios de madeiras sem o consentimento da Diretoria do SPI para instalação de serraria no Posto.

Fiz com um pouco de luta o negócio de madeira bruta a troco de construções conforme autoriza a Diretoria, se houvesse permissão para montar serraria dentro da Area seria negócio feito com muita facilidade. Separado e distante 18 Kms. do pinhal grande está o lote de pinheiros onde será extraído o necessário em troco das construções.

[...] De meu negócio agora passei contrato em Cartório para que ali conste tudo quanto será feito e só se faça o que ali diz - madeira em troco de construções e se vier autorização e Serraria e Oficina poderão ser montadas no Posto. Mandar-lhe-ei uma cópia do traslado assim que for extraído.

O engenho está muito distante do Posto, por isso aí só será preparada a madeira da Séde, depois montado mais perto porque encarecerá muito assim e com isso querem também os contratados dar tempo para verem se vem a autorização da montagem do mesmo na Area. [sic]³⁰

Em relatório de agosto de 1941,³¹ ele também apontou as dificuldades enfrentadas na realização das construções. Segundo o encarregado, o estábulo ainda não havia sido construído, nem as demais construções, devido à falta de madeiras beneficiadas. Por esse tempo, é notória a especulação em torno da madeira serrada. Os empresários madeireiros, ao perceber a necessidade desse produto para o início das construções no PI Nonoai passaram a aumentar os preços e alegar desinteresse em negociar com os agentes federais. Neste sentido, pode-se conjecturar a busca por desvalorizar a madeira das matas do Posto, conseguindo mais árvores por um preço inferior.

Sobre a necessidade de instalar uma serraria dentro do Posto, Francisco Vieira defendia que o construtor, no caso a empresa madeireira contratada, teria que “[...] montar serraria posto até serrar toda madeira combinada visto estar muito distante. Montagem serraria sera por conta construtor, Posto so dara madeira pelas construcoes. [sic]”³² Ademais o encarregado, insistiu com o inspetor da IR7, enfatizando a urgência em efetivar esse empreendimento para que os recursos madeireiros fossem extraídos com mais facilidade e menos gastos à empresa que assumisse tal função. Segundo o encarregado, a distância entre as

²⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 11 de fevereiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 20/02/1941. Op. Cit. p. 2.

³¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Relatório extra enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 23 de agosto de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³² BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 22/01/1941. Op. Cit.

matas e a serraria ensejava dispêndio financeiro elevado, o qual inviabilizava as negociações de madeiras para as construções do posto.³³

Colaborava na busca por somar recursos através da venda de madeiras, o fato de que o SPI não disponibilizava renda suficiente à promoção das atividades no Posto. Em carta de novembro de 1942 Francisco Vieira afirmou: “Será necessário vir verba para poder custear e iniciar o serviço de construção - pagamento a operários e fretes de madeira.”³⁴ A falta de financiamento por parte da agência indigenista foi uma constante no PI Nonoai, pois em diversas ocasiões o encarregado ressaltou que não conseguiria realizar seu trabalho de maneira adequada, caso não fossem enviadas verbas pelo SPI. Além disso, ele buscava com frequência exaltar seus serviços e demonstrar seu empenho para com o serviço federal, apesar do pouco investimento que recebia. Na mesma carta, Vieira afirmou ao inspetor chefe da IR7 que estava tentando cumprir com a missão do indigenismo federal, mas esperava a contrapartida da chefia. “Estou com meu esforço invidado para elevar meu Posto á categoria dos maiores como o amigo espera e espero tambem e confio em que, para tanto, minha Inspeoria me suprirá do necessário. [*sic*]”³⁵

Neste sentido, a inserção de empresas madeireiras e suas instalações no PI Nonoai, se deram sob a justificativa de que os recursos fornecidos pelo SPI eram insuficientes à efetiva atuação dos agentes indigenistas na área. Segundo o próprio Francisco Vieira, através dos negócios madeireiros seria possível acumular rendas adicionais, necessárias à construção de benfeitorias no Posto. A edificação de imóveis diversos, representava simbólica e fisicamente a efetiva ação dos funcionários do SPI na área Kaingang, demonstrando aos indígenas e à sociedade envolvente que suas atividades seriam permanentes.

Dessa forma, o argumento inicial no qual Francisco Vieira se embasou para conseguir a inserção de serrarias no Posto, foi a importância de efetivar construções diversas. Dentre tais construções estavam as edificações concernentes à sede, como enfermaria, escola, escritório e

³³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 25 de janeiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta nº 5 enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 03 de novembro de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁵ *Ibidem.*

casas dos funcionários, e ao Posto, como os abrigos para animais, as cercas, as pontes e as casas para os indígenas.³⁶ Abaixo, apresentamos imagens com algumas construções do PI Nonoai.

Figura 4: Cerca no PI Nonoai



Fonte: BRASIL. SPI. **Cerca do posto indígena**. Serviço de Proteção aos Índios. 1944. 1 fotografia, 11 x 6,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Figura 5: Sede do PI Nonoai



Fonte: FORTHMANN, Heinz. Posto Indígena Nacional Nonoaí. Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. **Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a 7ª Inspeção Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 30 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Diretor do SPI**. PI Nonoai, 1º de junho de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ; BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 21 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 23 de junho de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ; BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 45 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 17 de janeiro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Figura 6: Ponte no PI Nonoai



Fonte: BRASIL. SPI. **Ponte do posto indígena**. Serviço de Proteção aos Índios. 1944. 1 fotografia, 6,5 x 5,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Sobre as casas dos indígenas, em específico, Francisco Vieira destacou em alguns de seus relatos a necessidade dessas construções. No momento inicial de sua atuação, ele ressaltou: “os índios [...] querem melhorar as casas, o que tensiono assim que houver madeira serrada.”³⁷ Ao se defender das denúncias de Álvaro Batista, em outubro de 1944, o encarregado afirmou que a aplicação das rendas do Posto era feita em benefício dos indígenas, entre esses benefícios figuravam as construções de suas casas.³⁸ Isso, entretanto, não foi plenamente realizado, pois o próprio encarregado enfatizou, em momentos posteriores, a necessidade de casas novas ou melhores para muitos indígenas.

As investidas de Francisco Vieira para instalar serrarias no Posto, sob a justificativa de que eram necessárias às construções, não surtiram resultados junto à Inspetoria. Por isso, em fins de 1942, Francisco Vieira mudou seu discurso e passou a enfatizar a importância das serrarias para o aproveitamento de árvores desvitalizadas nas matas do Posto, as quais estariam sucumbindo à ação de intempéries diversas. Isso se deu porque a direção do SPI definia

[...] que a derrubada de árvores deveria ser realizada e destinada unicamente em prol da construção de uso das comunidades indígenas e para instalação da administração do posto, aproveitando, de preferência, os pinheiros desvitalizados. Nesse sentido, ficava permitida a venda de pinheiros nessas condições quando excedessem à

³⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. 20/02/1941. Op. Cit. p. 2.

³⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. 03/10/1944. Op. Cit. p. 3.

necessidade e não tivessem utilidade imediata ao posto. (ZANIN; SILVA; TEDESCO, 2018, p. 209)

Começaram a ser relatados diversos casos de morte de pinheiros e demais madeiras de lei do patrimônio florestal de Nonoai, os quais teriam sido causados pela ação do tempo ou por fatores desconhecidos. Após a ocorrência de ventos e/ou chuvas fortes ou mediante incêndios criminosos, nos quais os agentes causadores nunca foram identificados, o encarregado informava a perda de grandes áreas florestadas. Segundo Vieira, as madeiras deveriam ser aproveitadas antes que seu valor no mercado fosse reduzido. Para tal, ele buscou efetivar negócios com empresas da região e apresentar ao SPI as propostas dos pretendentes à compra dessas madeiras desvitalizadas.

Ainda em 1941, na supracitada carta em que tentou convencer o inspetor da IR7 a aprovar a instalação de serraria no interior do Posto, Francisco Vieira destacou também o quanto as serras facilitariam o aproveitamento dos pinheiros que estariam passando por acelerado processo de deterioração.

Urge fazer o aproveitamento desses pinheiros pois que estão sendo muito estragados pelo fogo das roças dos índios e uma parte bem considerável já se acha inutilizada. Esse lote tem cerca de 8.000 pinheiros, mas seguramente acima de 3.000 são inaproveitáveis. _ O lote todo está muito judiado. [sic]³⁹

No início de 1943, o encarregado relatou a perda de aproximadamente mil pinheiros, os quais já teriam interessados na compra. “Este Posto vos dá conhecimento que tendo queimado alguma parte de mato da Area atingiu lotes de pinheiros, que poderá subir de 1.000 o número; e também há interessados na compra dos mesmos, caso haja autorização para vender. [sic]”⁴⁰ Em ofício do mesmo ano,⁴¹ o encarregado buscou junto à Inspetoria Regional autorização para o aproveitamento das madeiras desvitalizadas e justificou a conveniência em dispor dos pinheiros atingidos pelo fogo nos PIs Nonoai e Votouro devido ao alto preço das madeiras naquele momento e também porque as árvores estavam sendo atacadas pela “broca”,

³⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 20/02/1941. Op. Cit. p. 2.

⁴⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 14 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 26/02/1943. Op. Cit. p. 1.

⁴¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 29 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 23 de junho de 1943. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

(*Anobium punctatum*), inseto prejudicial à madeira. Ele destacou a queda de elevado número de árvores no Votouro e cerca de 5 mil no PI Nonoai.

Após anos de insistência, enviando muitas correspondências, nas quais justificava que seriam realizadas as construções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos no PI e que as madeiras desvitalizadas deveriam ser utilizadas o mais rápido possível, em 1944, Francisco Vieira conseguiu autorização do SPI para firmar o contrato de aproveitamento das madeiras “mortas” com a empresa madeireira *Herminio Tissiani & Cia. Ltda.*⁴², a qual recebeu autorização para acomodar suas instalações nos domínios do Posto. Ficou instituído que a firma madeireira poderia instalar uma serraria e toda estrutura necessária para mantê-la (galpões, casas e poteiros) dentro dos limites do Posto, de modo a facilitar a extração e o transporte das madeiras vendidas pelo SPI.

Nesse contrato, o SPI vendia pinheiros e árvores de cedro mortos pelo efeito do fogo ou derrubados pelo vento, sob diversas cláusulas registradas em cartório. Ficou estabelecido também que o Posto receberia 500 dúzias de tábuas de pinho do tipo padrão das que fossem serradas. Ademais, teria preferência para aquisição de madeiramento do material beneficiado pela serraria. Essas madeiras, deveriam ser cedidas pela empresa com o abatimento de vinte por cento dos preços correntes na ocasião, podendo o Posto realizar o pagamento com pinheiros e cedros, conforme o valor das madeiras brutas estabelecido em acordo.

Quanto ao acordado nesse contrato, uma das cláusulas estabelecia que os lotes entregues ao corte não poderiam ser inferiores a cem árvores, exceto o cedro (*Cedrela fissilis*), que seria negociado à parte, tendo seu número definido na ocasião de cada entrega. Os valores estipulados eram definidos conforme a espécie e o diâmetro de cada árvore. Para o pinheiro com diâmetro acima de 50 centímetros na base, o preço estabelecido era sessenta e dois cruzeiros (Cr.\$62,00) por unidade, já os pinheiros com diâmetro entre 40 e 50 centímetros seriam contados dois pelo valor de um. O cedro custaria oitenta e seis cruzeiros (Cr.\$86,00)

⁴² BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 25 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 08 de julho de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

por unidade nas mesmas condições estabelecidas para o pinheiro, exceto pelo fato de que a bitola mínima adotada para o cedro era de 70 centímetros e não 50.⁴³

Ao entrar no Posto, entretanto, as empresas não se restringiam a extrair apenas a quantidade combinada de madeira. Ao longo de sua atuação como encarregado do PI Nonoai, Francisco Vieira relatou diversas vezes ter embargado cargas de madeiras, pois as empresas compradoras buscavam sair da área com carregamentos maiores que o acordado. Com a “Tissiani”, curiosamente, o encarregado sempre foi enfático ao descrever para a chefia do SPI o rígido controle que estaria exercendo sobre a retirada de madeiras. Divergiram disso, as diversas denúncias feitas nesse período, que destacavam a venda e retirada de madeiras em número superior ao que era apontado por Francisco Vieira. Segundo Zanin, Silva e Tedesco (2018, p. 209), ao ser legalizada, a venda de pinheiros desvitalizados se tornou um subterfúgio para a corrupção dos agentes do SPI na área de atuação da 7ª Inspetoria Regional, a qual só foi desvelada por meio da CPI do Índio de 1967.⁴⁴

Importa ressaltar que o contrato com a “Tissiani” foi firmado em julho daquele ano e já em setembro iniciaram as denúncias contra o encarregado. A seguir, evidenciamos as justificativas apresentadas por ele.

Em virtude da vossa pergunta verbal sobre o corte de pinheiros e cedros, no PIN-NONOAI, por H.Tissiani & Cia. e como está sendo feita a fiscalização e entrega da madeira, informo-vos:

1º - O corte de pinheiros e cedros está sendo feito exclusivamente em árvores condenadas pelo fogo ou vento;

2º - O corte sóse realiza depois de feita a devida contagem e entrega das árvores marcadas, pessoalmente, pelo Agente do Posto;

3º - A fiscalização está sendo feita rigorosa e pessoalmente pelo próprio Agente do Posto, o qual percorre semanalmente todo o trabalho e a contagem ainda é conferida depois que a madeira vem para o Estaleiro.

Todos os preceitos do contrato estão sendo observados com rigor. [sic]⁴⁵

Menos de um mês depois, nova denúncia foi realizada e o encarregado continuou se justificando.

⁴³ *Ibidem*, p. 3-4.

⁴⁴ A CPI em questão se refere à investigação que resultou na extinção do SPI e na posterior criação da FUNAI. A investigação teve início em 1967, mas foi finalizada em 1968. (OLIVEIRA, 2020)

⁴⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 30 de setembro de 1944. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Em virtude do pedido de informação de VS. sobre “o que acontece”, como informa, o Snr. Alvaro Batista Ilgenfritz, em ofício de 6.9.944-Cruz Alta- ao Exmo.Snr.Gal. Ronodon, no Posto Indígena de Nonoai, passo a informar-vos:

1º - O Snr. Alvaro Batista Ilgenfritz está muito mal informado sobre 'o que acontece no Toldo de Nonoai' e a atividade de negociantes de madeiras ali, como informa, - Snrs. agrônomo Wolmar Franco, Prefeito municipal e juiz de direito de Carasinho, bacharel Fonseca Pires.

Esses senhores, supra mencionados, nunca tiveram nem têm negócio de natureza alguma com o Posto, portanto não poderiam montar nenhuma serraria dentro da área indígena, para serrar a suposta 'empleitada' de dez mil pinheiros;

2º - Existe, efetivamente um contrato de madeiras mortas, firmado no Posto, com a Firma Hermínio Tissiani & Cia. Ltda., mas este, como é do vosso conhecimento, feito mediante instruções expressas da Diretoria do S.P.I., não estipula número e se refere à pinheiros e cedros mortos pela ação do fogo ou vento;

3º - O número de pinheiros e cedros, que até agora foram entregues à Firma H.Tissiani, foi apenas de 500 árvores de cada uma, o que é muito fácil de qualquer autoridade verificar, porque nem sequer foram retirados da área, nem serrados ainda; - serraria, por motivo de atraso da oficina que está passando reparo na locomove, não começou a serrar, e por enquanto a instalação é somente de uma serraria e não de duas como foi informado, - também coisa que não pode ser escondida; esse número de pinheiros e cedros (500 de cada um), entregues à Firma H.Tissiani, bem como das prestações de contas e balancetes, já foi trazida ao conhecimento desta Inspeção;

4º - A grande quantidade de árvores mortas existentes nas matas daquele Pi. já foram encontradas quando nosso Serviço tomou conta do então TOLDO DE NONOAI, organiza-lo; a grande devastação de cedros, que houve, com todo descaso, nessas matas, se deu em administração anterior à nossa atuação, também e essa exploração se deu por mais de duas vezes e é muito fácil de se verificar com um inquérito criterioso no local. [sic]⁴⁶

Mesmo diante dessas denúncias, os negócios envolvendo os recursos madeireiros continuaram. Em 06 de janeiro de 1945, Francisco Vieira anunciou ao inspetor chefe da IR7 que havia sido inaugurada a serraria “Tissiani” dentro do Posto Indígena.⁴⁷ Dois meses depois que a serraria havia instalado sua estrutura na área indígena, seguindo o coro dos denunciadores, os delegados florestais da região efetuaram novas acusações. Dessa vez, as denúncias responsabilizavam o próprio encarregado de estar aplicando substâncias ácidas nas árvores ou então inventando que estavam sendo consumidas pela já mencionada “broca”. O agente do SPI se defendeu novamente afirmando que os denunciadores estavam

⁴⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 03 de outubro de 1944. p. 1-2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do Pi Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 08 de janeiro de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

desempenhando o papel de intrigantes, pois os agentes do SPI não estariam brocando o cedro, nem os desvitalizando deliberadamente. Ele afirma que as árvores negociadas haviam sido cerca de cem pinheiros, derrubados pela ação de tempestades. Por fim, acusa os delegados florestais de negligência e de se deixarem influenciar por madeireiros da região. As denúncias demonstram os interesses de diversos agentes exógenos nos recursos do território, mas não no bem-estar e na aplicação dos serviços em prol dos próprios indígenas.⁴⁸

Diante dos diversos casos de denúncias, em meados de 1945, o então diretor do SPI, José Maria de Paula, abriu sindicância para investigar a retirada de madeiras e embargou os trabalhos da serraria *Hermínio Tissiani & Cia. Ltda.* Com isso, o encarregado do Posto solicitou várias vezes ao inspetor chefe da IR7 que buscasse a liberação para a serragem e retirada dos pinheiros, os quais, segundo ele, já teriam sido pagos pela madeireira. Francisco Vieira buscou intermediar, neste sentido, os interesses da madeireira, que exercia pressão para retirar as madeiras, e as exigências do SPI. Em telegrama de setembro de 1945, ele afirmou que a contagem de pinheiros estava sendo realizada pela Direção do Instituto do Pinho, de modo a tentar convencer a chefia do SPI da lisura do processo.⁴⁹

A suspensão das atividades da madeireira “Tissiani” durou anos, pois em 1950, Vieira justificou a Lourival da Mota Cabral, então inspetor chefe da IR7, que a firma continuava com as atividades embargadas, mas estava buscando resolver as pendências com o SPI para dar prosseguimento a extração de madeiras. Entretanto, a proibição da retirada de madeiras pela empresa contratada, não impediu que Francisco Vieira continuasse relatando a morte de árvores pela ação de intempéries. Exemplo disso, vemos no relato de 1950, no qual a seca ocorrida entre novembro e dezembro teria motivado “grande queima matas regioo atingindo pinhal Posto acima mil unidades. [sic]”⁵⁰ Em meados do mesmo ano, ele fez um questionamento se poderia utilizar essas madeiras para fazer reformas no Posto. “Casa administração escola pontes e boeiros, necessitam reparos urgentes. Pergunto se posso utilizar

⁴⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 13 de março de 1945. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁴⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 1º de setembro de 1945. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁵⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 08 de março de 1950. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

alguns paus caídos mandar serraria transforma los tabuas para atender necessidade acima. Todas despesas por conta este Posto. [sic]⁵¹

Ademais, as empresas madeireiras continuaram agindo dentro do Posto. Segundo Vieira, novo acordo foi buscado para entrar em entendimento com a firma *Hermínio Tissiani & Cia. Ltda.*,

[...] visto que já tem, a mesma, duas serrarias montadas dentro desta Area, ficou combinado, entre o Posto e aquela Firma, serrar à meia, dando o Posto, a árvore no mato, sem despeza alguma para este;

que, concorde, a Firma com esta modalidade, isto é, entregando, ela, a metade da madeira serrada, isenta de qualquer despesas, para o Posto, no estaleiro da serraria, deu início na serragem dia 12 do corrente, com uma serraria;

e que, logo haja semente madura será feita sementeira para o replantio de pinheiros. [sic]⁵²

Sobre o replantio de pinheiros, dadas as muitas baixas no patrimônio florestal do Posto, os relatos do encarregado apontam que, a partir de 1945, a IR7 passou a cobrar dos agentes de Nonoai o reflorestamento da área através do plantio de araucárias. Francisco Vieira destacou isso em relatório de março daquele ano. “Ainda não foi feito reflorestamento pinheiros pela Firma Tissiani, este PY não tinha conhecimentos dessa dispositivo mas tomara logo providências [sic].”⁵³ No decorrer do tempo, essa prática se tornou rotineira, pois o encarregado afirmou em 1956, em um de seus últimos relatórios, que haviam sido transplantadas 5.200 mudas de pinheiro, as quais estariam se desenvolvendo em viveiro do Posto. O que chama atenção nesse mesmo relatório foi a informação seguinte: “O Posto já está tomando providências para o viveiro deste ano, tendo, porém, que adquirir pinhão fora, por não haver aqui. [sic]”⁵⁴ Deste modo, os pinheiros da área, que, no início da atuação do SPI, somavam grande número de árvores, em 1956, eram insuficientes para a reprodução de 14 a 15 mil frutos, destacados como a sementeira do ano anterior.

⁵¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 02 de junho de 1950. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵² BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 3 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 15 de janeiro de 1951. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** 02/06/1950. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 6 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 1º de junho de 1956. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Em idos de 1958, foi estabelecida oficialmente a *Campanha do Reflorestamento*. Conforme Bringmann (2015a, p. 323), desde o lançamento dessa campanha, tornaram-se frequentes nos documentos sobre as atividades dos Postos Indígenas as referências ao plantio de árvores nativas e exóticas, frutíferas ou não. Além disso, o reflorestamento se tornou uma das atividades constitutivas do programa dos *Clubes Agrícolas*, nos quais era realizado o plantio de diversas espécies. O autor afirma que o lançamento dessa campanha refletia a situação da exploração florestal dos PIs nessa época, pois seu patrimônio florestal estava muito reduzido em função da instalação de serrarias pelo próprio SPI e pelas concessões que particulares recebiam para estabelecer seus engenhos de serra em áreas indígenas da IR7.

O esgotamento dos pinheiros refletia na situação de reflorestamento devido à escassez do pinhão, antes principal fonte de alimentação dos Kaingang, e que passou a não ter quantidade suficiente para a reprodução em viveiro. Contribuíram para a redução do número de araucárias e demais espécies, os fatores supracitados, além das intrusões e das práticas de arrendamentos por terceiros na área. Ademais, durante as décadas de 1950 e 1960, os próprios empresários de madeiras, a exemplo de Hermínio Tissiani, passaram a utilizar os recursos do Posto na condição de arrendatários de grandes áreas no espaço indígena.

Entretanto, não eram apenas esses empresários que se beneficiavam da exploração do patrimônio e da mão de obra indígena. Outros empresários e comerciantes regionais foram beneficiados com a extração de madeira e com os arrendamentos no PI Nonoai, entre os quais, o grande madeireiro Julio Renier Gasparotto, que, segundo depoimento na CPI da Assembleia Legislativa do RS, venceu concorrência para instalação de serraria na área para extrair 3000 pinheiros. (*Ibidem*, p. 390)

Além da ação de empresas madeireiras, o ambiente indígena também foi alterado, a partir da criação de uma Reserva Florestal em seu território. O processo de desflorestamento estava já avançado no PI Nonoai, quando, em 1949, o estado deu início à demarcação da Reserva Florestal na área. Sob a justificativa de que o patrimônio florestal estava se esgotando, o governo estadual estabeleceu a retirada dos Kaingang para a preservação das matas. A partir de 1950, portanto, diversos relatos de Francisco Vieira apontaram a entrada de agrimensores e a expulsão dos indígenas de suas terras.

Nesse contexto, os indígenas foram espoliados e obrigados a deixar suas habitações, seus abrigos para animais e demais construções, as quais haviam realizado com dificuldades. Segundo Francisco Vieira, em relatório de 1951, cerca de 30 famílias de indígenas ficaram

desabrigadas. Diante da grave situação em que essas famílias se encontravam, o encarregado passou a relatar a necessidade de construir novas residências aos expulsos. Ele destacou também que havia sido firmado um acordo com a Inspetoria Florestal, no qual o estado deveria construir casas novas aos desalojados. Um ano depois, entretanto, isso ainda não havia se cumprido.⁵⁵

Em ofício de julho de 1950, o encarregado informou ao inspetor chefe da IR7 como havia se dado a chegada dos agentes do estado na área, também solicitou auxílio quanto à maneira que deveria proceder. Ele transcreveu o ofício que recebeu da Inspetoria Florestal do Rio Grande do Sul, no qual exigia-se a retirada urgente dos indígenas do local determinado pelo estado como Reserva Florestal, justificando que os moradores estariam causando prejuízos constantes nas matas da área em questão.⁵⁶ Desse modo, é possível perceber que os indígenas foram responsabilizados pelo desflorestamento levado em efeito no PI Nonoai. Isso pode ser resultado de uma ação diplomática adotada pelo agente do estado que redigiu o documento, o qual, para não iniciar um conflito direto com os agentes do SPI, ignorou deliberadamente a tutela federal na área e suas ações sobre o patrimônio indígena.

Dada a situação de urgência estabelecida pelo estado para o esvaziamento da área destinada à Reserva, os agentes do SPI enfatizaram, em diversos documentos, a grave situação dos indígenas espoliados. Em relatório feito ao inspetor chefe da IR7, em 1957, o então encarregado do PI Nonoai, Salatiel Diniz, destacou o acordo realizado na reunião sobre a construção de casas novas para os indígenas.

Em reunião ficou estabelecido que a madeira seria suficiente para construir cerca de 100 casas, enquanto a real necessidade seria muito maior “[...] verificamos a existência de 389 toras de pinho. Verificamos, ainda, a necessidade urgente da construção de no mínimo 100 casas para índios e uma Escola, construções estas, que em vista da pequena quantidade de madeira, não ficarão correspondendo a realidade, uma vez que o necessário seriam 250 casas. As referidas casas terão a medida de 5x4 cada uma, compreendendo na construção a fossa sanitária, cujo plano será remetido posteriormente para aprovação. [*sic*]⁵⁷

⁵⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 15 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 14 de julho de 1951. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 21 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 04 de julho de 1950. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ata de reunião realizada no PI Nonoai, em 30 de outubro de 1957, enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 30 de outubro de 1957. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Já em abril de 1958, o encarregado destacou que os indígenas haviam se revoltado e agredido o empresário Sestílio Sartoretto, pois este não havia cumprido com o combinado quanto às construções no Posto. “Índios inconformados pela falta construação suas casas agrediram Sestilio Sartorreto reclamando madeiras reformar suas moradias toda tribu descontentes estao reclamando esta situacao pedimos intervir junto diretor um meio viavel normalisar urgente casas mesmos. [sic]”⁵⁸

Além de expulsar os indígenas de suas terras, o estado passou também a promover o estabelecimento dos intrusos que ocupavam a área, os quais destacaremos com mais detalhes no capítulo seguinte. A reserva que havia sido criada para fins de preservação florestal, passava a ser explorada por novos agentes.

No PI Nonoai, a presença das 600 famílias de intrusos deveu-se em grande parte à “reforma agrária” promovida pelo governador Leonel de Moura Brizola, o qual, através do Decreto nº. 13.795 de 10 de Julho de 1962, designou 2.499 hectares da Reserva Florestal de Nonoai para assentamento de camponeses sem terra, totalizando 143 lotes. A concretização desse decreto, que visava aliviar as tensões sociais decorrentes da falta de terras para o assentamento de camponeses sem terra, ocorreu no ano seguinte, durante o governo de Ildo Meneghetti. (BRINGMANN, 2015a, p. 383)

Desse modo, entravam novamente em conflito os interesses da agência indigenista federal e do governo estadual, de modo que os indígenas e seu patrimônio estiveram envolvidos nessas disputas. Entretanto, conforme transcrito por Vieira, nesse processo de acentuado desflorestamento no PI Nonoai, os indígenas foram culpados pela redução das áreas de matas ali contidas. A presença de empresas madeireiras, os diversos negócios realizados pelos funcionários do SPI e a própria ação do estado no Posto não são mencionados como fatores de influência.

Concluimos, com isso, que dentre as potencialidades contidas na área indígena de Nonoai, se destacaram os espaços de mata, os quais foram intensamente exploradas no período de atuação do SPI. Os funcionários do SPI, realizaram diversos negócios envolvendo a venda e troca de madeiras em Nonoai, algumas vezes com civis, mas, em sua maioria, com

⁵⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 14 de abril de 1958. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

empresas madeireiras. A facilidade em realizar esses negócios, além da possibilidade de renda imediata, os tornaram atrativos para esses agentes do indigenismo oficial. Entretanto, essas facilidades também eram vistas como atrativos para outros indivíduos. Na região circundante, havia muitos interessados na extração e na administração dos recursos madeireiros dos indígenas, por isso, para efetivar seus trabalhos na área, os funcionários SPI precisaram enfrentar disputas, impedindo terceiros de explorar as matas do Posto e articulando sobre a administração dos recursos com funcionários do estado.

Por fim, conseguiram desenvolver seus negócios de madeiras, tanto com civis quanto com empresários, esses os mais visados por realizar compras maiores e fornecer a possibilidade de trocas para se efetivar as construções do PI. Devido aos negócios realizados durante a atuação de Francisco Vieira, a empresa madeireira mais citada foi a *Hermínio Tissiani & Cia. Ltda.*, a qual chegou a instalar serrarias dentro do Posto. Além da empresa “Tissiani”, outras firmas foram citadas na documentação produzida pelos agentes do SPI, como a *Zambonato & Cia.*, a *Vargas Freire & Cia.*, a *Campagnone*, a *Julio Renier Gasparotto* e a *Fridoldo Roewer*.

Em toda sua atuação no PI Nonoai, os agentes do SPI, sob a ação do machado ou das serras, empreenderam um processo de desflorestamento intenso na área Kaingang. Os indígenas também participaram desse processo, mas através de negociações à parte, nas quais estavam envolvidos quantidade inferior de recursos, e que eram efetivadas desde que os agentes do SPI não fossem informados. Conforme relatado por Francisco Vieira, os Kaingang da área também realizaram negócios de madeiras com terceiros e buscaram resistir às ações de espólio dos seus bens, discrepando da vontade dos agentes do indigenismo oficial, o que representa parte de suas ações de resistência diante da atuação do SPI em seu território.

Contudo, a atuação dos indígenas destoava dos funcionários do SPI, tanto no que tange à quantidade de madeiras vendidas, quanto no que tange aos usos das rendas obtidas com elas. Isso, somado ao fato de que, a partir de 1941, o patrimônio e o trabalho indígena passaram a ser explorados conforme as lógicas do indigenismo federal e de seus agentes, resultou em novas relações com o meio ambiente e, conseqüentemente, em novas configurações da paisagem. Se considerarmos que “[...] percepções, valores éticos, leis, mitos

e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.” (WORSTER, 1991, p. 202). Concordamos com Schama (1996), quando afirma que toda paisagem se configura a partir da memória e da história de um povo. No âmbito de nossa análise, a transformação da paisagem cultural no território Kaingang de Nonoai se deu durante o decorrer da história desse povo, a qual está marcada pelas diferentes relações que os indígenas estabeleceram com os agentes exógenos e do modo como ambos se relacionaram com o ambiente.

CAPÍTULO III

4. USOS DO SOLO: AGRICULTURA E PECUÁRIA NO POSTO INDÍGENA NONOAI (RS)

A Revolução Agrícola do Neolítico marca a transição do nomadismo para as atividades de agricultura e criação, tendo estas acentuado a sedentarização da espécie humana e a modificação dos ecossistemas do planeta. A partir da domesticação de plantas e animais, há cerca 10.000 anos antes do presente, pelo *Homo sapiens sapiens*, se iniciaram as atividades agrícolas e pecuárias, as quais foram sendo modificadas e aprimoradas através do desenvolvimento dos sistemas de cultivo e reprodução, conforme condições técnicas, ecológicas e culturais particulares.

Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010), destacam que a agricultura e a criação se iniciaram quando o ser humano, “[...] começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em *ecossistemas cultivados*, artificializados e explorados por seus cuidados.” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 52).

Sobre a criação, em específico, a atividade se desenvolveu quando houve a necessidade de aumentar os recursos alimentícios para a subsistência. Desta forma, entre 10.000 e 5.000 anos antes do presente, algumas sociedades neolíticas começaram a manter animais em cativeiro, visando a sua multiplicação e a utilização de seus produtos. Pouco depois, neste mesmo período, eles foram domesticados. (*Ibidem*, p. 70)

Entretanto, se faz necessário ressaltar que a entrada no Neolítico não se deu da mesma forma ou ao mesmo tempo em todos os grupos humanos. Quanto aos povos ameríndios, se tornaram sociedades neolíticas posteriormente, e mesmo entre eles isto não ocorreu de maneira idêntica. Os indígenas do território no domínio da Mata Atlântica, por exemplo, puderam viver por muito mais tempo que seus vizinhos andinos e mesoamericanos apenas exercendo as atividades de caça, pesca e coleta, visto que, conforme Waren Dean (1996, p. 43), entre os povos da Mata Atlântica “ [...] a agricultura foi empreendida vários milênios após sua adoção nos Andes e na meso-América, sugerindo uma longa fase durante a qual os recursos coletados eram suficientes para uma população humana modesta e itinerante.”

Deste modo, a domesticação de plantas se desenvolveu entre estes grupos de forma gradativa, segundo a necessidade de cultivar. No entanto, a partir da adoção da agricultura, a paisagem florestal deste território foi modificada. Neste sentido, Dean (1996, p. 44) afirma que, quando os grupos caçadores, chegados há cerca de 13 mil anos na América do Sul, adotam as atividades de cultivo, sua relação com a floresta é transformada de maneira profunda. As queimadas acidentais ou causadas por descuido passavam a ser exercidas de forma intencional na preparação do solo, visto que a floresta se apresentava como o espaço de maior fertilidade.

Desde o começo, a agricultura na região da Mata Atlântica- de fato em todas as áreas de baixada do continente- exigiu o sacrifício da floresta. A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta- um hectare mais ou menos- era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel das cascas dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes das chegadas das chuvas, a área era queimada, fazendo que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas mas em pé. As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio, sem qualquer utensílio além de um bastão de cavoucar. A floresta, que nunca antes havia sido queimada, não só ficava maravilhosamente fértil mas também livre das sementes de plantas invasoras e, dessa forma, pouca capina era necessária”. (*Ibidem*, p. 44-45).

Desta forma, as atividades decorrentes da ação antrópica eram as responsáveis pelas mudanças empreendidas nos ecossistemas. Em todo o mundo, conforme a domesticação de plantas e animais foi se desenvolvendo, o solo e os recursos naturais ganharam novos usos e o meio ambiente foi transformado devido aos impactos decorrentes das práticas agrícolas e de criação que passaram a ser realizadas. Outra mudança causada pela introdução destas atividades no cotidiano das sociedades humanas, foi a viabilidade em manter o sustento de contingentes populacionais maiores que seriam possíveis por meio da caça, pesca e coleta, o que contribuiu para o crescimento populacional e a sedentarização das sociedades (CROSBY, 2011, p. 29-33).

No âmbito cultural, Crosby (2011) aponta que, desde o Neolítico, houve mudanças de percepções sobre as plantas e animais, alterações nos próprios sistemas agrários e de criação, também transformações nas formas de cultivo e manejo, nas técnicas empregadas e nos meios utilizados para a produção de víveres e na reprodução animal, de modo que a domesticação de plantas e animais, seus sistemas de cultivo, criação e reprodução, alteraram as relações entre o

ser humano e o meio ambiente, promovendo grandes mudanças culturais (*Ibidem*, p. 32-37). Desta forma, os contingentes humanos influenciaram e foram influenciados pela adoção destas novas práticas.

Diante disso, neste capítulo analisaremos o desenvolvimento das atividades de domesticação de plantas e animais por meio da agricultura e da pecuária ocorridas no meio Kaingang do Posto Indígena Nonoai (RS), em meados do século XX, quando da atuação direta do SPI neste espaço. De forma específica trataremos das plantas introduzidas, dos cultivos incentivados, das formas de adubação empregadas, das técnicas e ferramentas utilizadas, das pragas e intempéries que acometeram as plantações e foram relatadas; também abordaremos como se dava a criação e reprodução de animais, seus usos no PI, os patógenos apontados e os cuidados investidos com os plantéis. Deste modo, buscamos destacar as relações que os grupos humanos deste território estabeleceram com o ambiente e as formas como ele influenciou e foi influenciado pelas atividades ali desenvolvidas, visando refletir sobre seus resultados na transformação da paisagem cultural, no período de 1941 a 1967. Ressaltamos que a extensão da análise em cada tópico diz respeito aos dados presentes nos documentos e fotografias, de modo que alguns serão mais alongados que outros devido a sua evidência nas fontes.

4.1 Agricultura

Entre os Jê, dos quais descendem os atuais Kaingang, Beatriz Furlan Toledo (2020) destaca que a origem de sua agricultura está presente nas narrativas míticas, o que demonstra a antiguidade de suas práticas agrícolas. Dentre elas, ressalta que o milho era a cultura principal, pois aparece entre todos os grupos destes povos (TOLEDO, 2020, p. 118). Os Jê Meridionais, ramo do tronco linguístico Macro-Jê, chegados à região Sul do Brasil há cerca de 2,5 mil anos, são descritos por Francisco Noelli (1999, p. 285) como grupos agricultores e ceramistas.

Sobre os Jê do Rio Grande do Sul, associados à tradição cerâmica Taquara, os arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz e Ítala Irene Basile Becker (1976, p. 75) destacam que na fase mais recente desta tradição, a fase Guabiju, pode-se perceber, através do material coletado que era um grupo horticultor. Horticultores, conforme André Luiz Jacobus (2006),

Entende-se como grupos horticultores aquelas populações com padrão de alimentação predominantemente baseado no cultivo de vegetais domesticados, sem a utilização de arado e adubo, pois o uso desses itens caracteriza grupos agricultores. Os horticultores necessariamente caçam e coletam, pois somente os vegetais domesticados não forneceriam as proteínas essenciais à sobrevivência do organismo. (JACOBUS, 2006, p. 149-150)

Noelli (1996), entretanto, destaca que, estes povos não eram apenas “horticultores incipientes”, pois “[...] a descrição histórica não representava a subsistência pré-histórica de certos grupos”, afirma ainda que “as informações arqueológicas e históricas revelam que os Jê praticavam agricultura, mas, devido à falta de pesquisas aprofundadas, não sabemos quais os percentuais de cada item cultivado.” (NOELLI, 1996, p. 13-14)

Conforme destacado por Jacobus (2006), portanto, os povos indígenas são considerados horticultores pelo fato de não utilizarem arado e adubo. Kern (1998) explicita as diferenças entre os dois sistemas.

[...] o termo agricultura refere-se ao plantio (cultura) em campo aberto (agri). Esta técnica só foi conhecida após a invenção do arado nos momentos finais da Pré-História. Todos os grupos neolíticos apenas conheceram a horticultura, ou seja, o cultivo de plantas domesticadas em pequenas hortas, numa escala limitada, nas clareiras abertas nas florestas. [...] Este sistema indígena de plantio, denominado de horticultura, não pode ser confundido com a agricultura de campo aberto e arado, introduzido pelos europeus na América apenas na época colonial. (KERN, 1998, p. 20)

Entre as populações pré-coloniais do Rio Grande do Sul, Pedro Ignácio Schmitz (2006, p. 15) destaca que a domesticação de plantas teve início por volta de 2 mil anos antes do presente, quando as modificações na temperatura e na precipitação, representaram o marco da introdução dos cultivos no estado. Segundo Schmitz (2006),

A nova tecnologia e o novo modo de vida tinham surgido anteriormente em outras áreas do continente (como o México, o Peru e a Amazônia) e são introduzidos no estado de formas diferentes: nas áreas de mato se estabelece um grupo de cultivadores escapados da Amazônia (tradição cerâmica Tupiguarani); nos pinheirais do planalto surge uma população ainda fortemente caçadora e coletora, mas que também planta e inova do ponto de vista do assentamento, construindo casas subterrâneas (tradição cerâmica Taquara); nos campos, as populações tornam-se mais estáveis e no fim provavelmente usam algumas plantas cultivadas (tradição cerâmica Vieira). (SCHMITZ, 2006, p. 15-16)

O arqueólogo também ressalta que a adoção dos cultivos e o seu desenvolvimento entre estes povos contribuiu para os hábitos sedentários e para o aumento populacional. (*Ibidem*, 2006, p. 15)

Quanto aos grupos denominados de tradição Taquara, em específico, “uma vez estabelecidos no planalto, os grupos associados à cerâmica da Tradição Taquara/Itararé teriam lançado mão de uma economia mista, combinando a coleta das sementes de araucária com a agricultura de coivara em áreas mais baixas” (IRIARTE; BEHLING, 2007 *apud* REIS, 2015, p. 86). Os grupos desta tradição, segundo Schmitz e Becker (2006, p. 70), desde a fase mais antiga (Guatambu), teriam desenvolvido cultivos tropicais nos vales dos rios, que poderiam ser milho, mandioca, batata doce, amendoim e fumo.

Schmitz e Becker (2006) destacam também

Restos de milho e de cabaças foram encontrados num dos abrigos mortuários da fase Guatambu. Que outras plantas cultivariam ou receberiam em contato com populações vizinhas não sabemos ainda. A sua convivência, na borda do planalto com a população Tupiguarani certamente pôs ao seu alcance toda a série de plantas, que estes horticultores efetivos da floresta subtropical teriam trazido da borda da Amazônia. Uma vez conseguidas, estas plantas poderiam ser cultivadas por eles próprios, usando em grande parte as aldeias das encostas e das planícies e em menor escala a vizinhança das casas subterrâneas do planalto; ou poderiam ser conseguidas através de um sistema de trocas amplas que a própria convivência com o Tupiguarani sugere. (*Ibidem*, 2006, p. 81)

Sobre o período colonial, a arqueóloga Ítala Becker (1976) destaca que os Kaingang, descendentes dos grupos da tradição Taquara do Rio Grande do Sul, também são considerados povos horticultores, pois, até o contato interétnico, ocorrido no século XIX, possuíam agricultura incipiente e regime alimentar baseado na carne da caça e da pesca, na coleta de pinhão, de mel e de frutos silvestres, além do cultivo da abóbora, da mandioca e do milho. Já no século XX, a autora considera que

Com a ação planejada dos Postos e Toldos [...] o cultivo é mais diversificado (plantam milho, feijão batata doce e criam alguma galinha), de sorte que a reduzida economia privada do índio em pequenas chácaras ou rocinhas se torna às vezes um auxiliar valioso no problema do abastecimento enfrentado pela administração civil. (BECKER, 1976, p. 26)

No século XX, o SPI, responsável pela tutela dos indígenas em âmbito nacional, desenvolveu, a partir de 1941, sua administração sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul de forma mais incisiva, a qual vigorou até 1967, ano em que o órgão foi extinto. Sua atuação se deu fortemente pela influência do Ministério da Agricultura, deste modo, “[...] as populações indígenas foram agregadas ao projeto governamental de expansão das fronteiras agrícolas, de modernização do campo e incorporação das riquezas do seu interior” (BRINGMANN, 2015a,

p. 20). Tem início, portanto, a introdução de elementos alienígenas no meio Kaingang, ocorrida através do desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Neste sentido, já não vigoravam os cultivos de subsistência desenvolvidos pelas populações indígenas do período pré-colonial ou mesmo pelos Kaingang do período colonial. Com a atuação direta do órgão indigenista em terras Kaingang, a partir de 1941, as formas particulares dos indígenas de praticar a agricultura foram modificadas, as atividades agrícolas se acentuaram e a produção passou a ter novas finalidades, de modo que se intensificou o uso do solo e seus recursos e foram alteradas as relações entre o ser humano e o meio ambiente, resultando em novas configurações da paisagem cultural.

Nos próximos tópicos abordaremos como se deu o desenvolvimento das atividades agrícolas do Posto Indígena Nonoai (RS) durante o período de atuação do SPI. Para tal, analisamos as fontes produzidas pelos agentes do órgão indigenista e as relacionamos com as bibliografias sobre os Kaingang do PI Nonoai (RS). Os itens analisados tratam das plantas introduzidas, das técnicas empregadas, dos adubos e fertilizantes utilizados e das pragas e intempéries que afetaram os cultivos, de modo a ressaltar os usos do solo após a ação do SPI no meio Kaingang e sua influência na configuração da paisagem.

4.1.1 Plantas

Conforme supracitado, a domesticação de plantas propiciou o desenvolvimento da agricultura e, desde então, elas têm sido essenciais para a nutrição humana, mas também têm auxiliado e desempenhado muitas outras funções importantes.

Em toda a sua história a humanidade tem dependido crucialmente das plantas, para alimento, remédio, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da natureza. As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar. (WORSTER, 1991, p. 203)

Segundo Alfred W. Crosby (2011), as plantas desempenharam papel crucial na história das populações, especialmente em seus processos migratórios. Para o historiador, junto com os animais, elas foram agentes responsáveis pelos resultados, positivos ou não, do imperialismo europeu nas terras que eles até então desconheciam. Neste sentido, teria sido a implantação da biota europeia um dos fatores responsáveis pela permanência e conquista dos colonizadores sobre o espaço ultramarino.

Sobre o domínio da Mata Atlântica, Dean (1996) destaca que a primeira leva de invasores humanos, os grupos caçadores-coletores, quando chegaram à região, ainda eram desconhecidos da agricultura, mas a segunda leva de invasores, os europeus, já havia adotado a agricultura, sendo capazes de carregar consigo suas diversas espécies domesticadas e, ainda, “[...] de avaliar os recursos bióticos dos agricultores nativos que encontraram, fosse para comercializá-los ou cultivá-los em sua terra natal. (DEAN, 1996, p. 71)

Para Crosby (2011), a introdução das espécies domesticadas do Velho Mundo⁵⁹ nos territórios do Novo Mundo representava parte significativa do empreendimento colonizador. A migração da biota europeia para os territórios além-mar representou mudanças no ambiente e na paisagem destes espaços. Ressaltamos, portanto, do mesmo modo, porém já no século XX, que a introdução de novas espécies no meio Kaingang pela atuação indigenista federal, através do desenvolvimento das atividades agrícolas, representou novos usos do solo e dos recursos ambientais dos indígenas.

Antes do contato com os colonizadores, os Kaingang do Rio Grande do Sul viviam das atividades de caça, pesca e coleta, sendo a última mais significativa (BECKER, 1976, p. 175). Por ocupar a Mata Atlântica nos espaços com predomínio da araucária (*Araucaria angustifolia*)⁶⁰, esta era a planta de maior importância para a subsistência destes indígenas, e seu fruto, o pinhão, de capacidade nutritiva substancial, era responsável por grande parte de sua alimentação. Segundo Pierre Mabilde (1983, p. 125), “o seu principal – e quase exclusivo alimento – é o pinhão, fruto do pinheiro (*Araucaria brasiliana*) que assam no borralho e depois comem.” O mesmo autor aponta que, na falta do pinhão, os Kaingang utilizavam-se de outras plantas para sua subsistência.

Na falta do pinhão comem o palmito, ou miolo da cabeça donde nascem as palmas do gerivaseiro (*Arecastrum – cocos – Romanzoffianum*) e da içara ou jissara, ou jussara (*Euterpe linicaulea*) e a raiz de uma espécie pequena de gravatá ou caruatá (*Bromeliaceae*), que vegeta em lugares úmidos e paludosos.” (*Ibidem*, p. 125)

Os Kaingang, segundo Becker (1976, p. 201), utilizavam também a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), “o pó de erva-mate era empregado por feiticeiros como narcótico.

⁵⁹ O uso dos termos Velho Mundo e Novo Mundo acompanham as definições empregadas por Alfred W. Crosby em sua obra *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900* (2011)

⁶⁰ O nome científico será destacado apenas na primeira vez que for citado

Absorviam este pó pelo nariz e entravam assim em estado de transe” (SERRANO, 1936 *apud* BECKER, 1976, p. 201). Além disso, a arqueóloga destaca a coleta da jaboticaba (*Plinia cauliflora*), da pitanga (*Eugenia uniflora*), do araticum (*Annona montana*), do abacaxi (*Ananas comosus*) e do caraguatá (*Bromelia pinguin*). O milho (*Zea mays*), o pinhão e a mandioca (*Manihot esculenta*) eram utilizados como produtos e subprodutos, pois eram transformados em farinha ou pães, sopas e tortas. Como o sal era desconhecido, os Kaingang utilizavam grãos de pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*). (BECKER, 1976, p. 204)

Diana Nascimento (2017), destaca que nos relatos orais dos Kaingang de Nonoai (RS) são descritos os usos do

[...] milho caiano, branco e cunha (*Gār kughu*), a pipoca (*gêru*), o *Gênma*, e o *Karapé*- sobre as duas últimas espécies de milho citadas, os entrevistados disseram são saber o nome em português e que hoje já não é possível encontrar tais espécies; várias espécies de feijão (vermelho, amarelo, branco tupi, bagual, murinho/mourinho, carioca vermelho, preto, chileno branco, cavalo e *mó téj*); duas espécies de arroz (piriquita e agulhão), muchico, melancia amarela e vermelha, *Kynñ*, batata roxa e mandioca. Afirmaram ainda que a maioria dessas espécies já havia sido perdida. (NASCIMENTO, 2017, p. 35)

Após o contato interétnico e, principalmente, com a atuação da DTC, o espaço Kaingang teve muitas plantas estranhas introduzidas em seu meio, algumas permaneceram, outras não. No PI Nonoai (RS), após 1940, deu-se continuidade às culturas já desenvolvidas pela DTC e a inserção de muitas plantas de variadas espécies, as quais não faziam parte do cotidiano dos indígenas. Neste espaço, algumas espécies apresentaram resultados satisfatórios para os agentes do SPI, enquanto outras não vingaram. As espécies de maior interesse do órgão indigenista eram de milho, feijão (*Phaseolus vulgaris*) e trigo (*Triticum*), que poderiam promover a autossuficiência do Posto e gerar excedentes para venda. Em diversas cartas, os encarregados manifestavam a necessidade de envio de sementes para plantio.

O supracitado milho, que já era plantado pelos Kaingang e incentivado pela DTC, desde 1910, após a atuação do SPI, passou a ser cultivado em maior escala. Os relatórios apontam que ele era a planta de maior produção e consumo dentro do Posto. Em carta de novembro de 1941, o encarregado Francisco Vieira destaca que os índios tinham 250 quartas

de roça prontas, aguardavam apenas a chegada das sementes.⁶¹ Em relatório referente ao mês de novembro de 1942, Vieira relata que a colheita dos índios rendeu 5.000 sacos de milho.⁶² No relatório anual de 1943, afirma que as estimativas para a colheita da safra seguinte eram de 200 sacos de milho, enquanto o feijão estava estimado em 80 sacos e o trigo em 30 sacos⁶³.

Figura 7: Plantação de milho no PI Nonoai (RS)



Fonte: BRASIL, SPI. **Plantação do posto indígena**. PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 8,5 x 6 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Desta forma, em maiores ou menores colheitas, o milho era a produção mais significativa do Posto. Segundo Bringmann (2015a, p. 339), isto pode estar relacionado com a preferência de Francisco Vieira pela atividade pecuária, a qual demandava este cultivo para a alimentação dos animais. Neste mesmo sentido, o autor aponta que em detrimento de outras produções, além do milho, o plantio de capim quicuiu também representava quantidade

⁶¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta de Francisco Vieira encaminhada ao Inspetor Chefe da IR7, Paulino de Almeida**. PI Nonoai, 06 de novembro de 1941. p. 1. 1f. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁶² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 05 de dezembro de 1942. p. 4. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1943 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 22 de dezembro de 1943. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

significativa. No relatório anual de 1944⁶⁴, a colheita de milho era de 10.000 sacos e haviam sido plantados 5 hectares de quicuío, enquanto colheu-se 2.000 sacos de feijão e apenas 600 de trigo. Na figura 7, tem destaque o plantio de milho.

A produção de outras espécies, entretanto, também foi incentivada no Posto, pois são diversos os documentos nos quais constam a realização de cultivos variados. No relatório anual de 1941, Francisco Vieira destaca que os índios já haviam plantado regularmente milho, feijão, abóbora (*Cucurbita*), mandioca, batata doce (*Ipomoea batatas*), cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) e fumo (*Nicotiana tabacum*), o que totalizou 70 alqueires de roça.⁶⁵ Em relatório de 1942, o encarregado afirma: “está o Posto com 2 1/2 alqueires de campo arado para planta de milho, batata, mandioca, etc.”⁶⁶

Ademais, as árvores frutíferas e demais espécies também ganharam a atenção dos agentes do SPI, exemplo disso é o relatório de 1942, no qual são listadas plantações de 195 mudas frutíferas - 10 laranjeiras (*Citrus cinensis*), 8 bergamoteiras (*Citrus bergamia*), 4 limoeiros (*Citrus limon*), 3 limeiras (*Citrus aurantiifolia*), 6 ameixeiras (*Eriobotrya japonica*), 2 enxertos, 12 pessegueiros (*Prunus pérsica*), 30 marmeleiros (*Cydonia oblonga*), 10 marmeleiros japonês (*Chaenomeles sinensis*), 12 parreiras japonesa (*Hovenia dulcis*), 2 ameixeiras japonesa (*Prunus domestica*), 6 parreiras (*Vitis*), 12 uvaieira (*Eugenia pyriformis*) e 12 figueiras (*Ficus*). Consta também 6 mudas de erva-mate e 60 mudas de árvore para sombra: 15 de álamo (*Populus*), 20 de salgueiro (*Salix*), 6 de cipreste (*Cupressus sempervirens*), 2 de amoreira (*Morus*) e 11 de cinamomo (*Melia azedarach*). Por fim, foram plantadas 50 mudas de flores não detalhadas. Destas plantas, as frutíferas se destinavam a complementar a dieta dos habitantes do Posto, enquanto as demais eram apenas para fins ornamentais e de sombra.

⁶⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 04 de novembro de 1944. p. 2. Fotograma 0668 a 0672 SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1941 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 02 de janeiro de 1942. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁶⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 05/12/1942. Op. Cit. p. 3-4

Sobre as árvores frutíferas e as demais, foram introduzidas no Posto conforme a política de reflorestamento estabelecida pelo SPI, a qual foi assimilada também pelo *Clube Agrícola* do Posto, através da *Campanha do Reflorestamento*. Em ofício de 1956, Francisco Vieira descreve a transplantação de mudas de pinheiros, isso demonstra que a araucária também estava sendo utilizada como planta de reflorestamento, com um viveiro mantido dentro do próprio Posto. Segundo o encarregado, foram utilizadas 15.400 sementes que resultaram em 5.200 mudas, de tamanho entre 10 e 15 centímetros.⁶⁷

Havia também o plantio de hortaliças, as quais eram cultivadas pelos alunos da Escola do Posto, especialmente após a criação do *Clube Agrícola Escolar Benjamin Constant*, que foi de suma importância para o cultivo da horta do PI. Em relatório de julho de 1943, consta que havia sido “[...] feita mais uma horta próximo à Escola para planta de verdura aos alunos.”⁶⁸ Neste sentido, a criação do *Clube Agrícola* se inseria no âmbito do *Programa Educacional Indígena*, empreendido na década de 1950, com vias a “transformar as escolas indígenas em escolas rurais” (BRINGMANN, 2015a, p. 311).

No campo da educação, as orientações direcionadas a transformar os indígenas em sujeitos úteis para si e para o desenvolvimento da agricultura brasileira, tornaram os Postos Indígenas campos férteis para a proliferação de propostas educacionais em consonância com o contexto das políticas educacionais da época. (*Ibidem*, p. 311)

A produção de hortaliças era uma das justificativas utilizadas para a criação dos *Clubes Agrícolas Escolares*. “Sendo assim, a escola seria a porta de entrada para que os alunos indígenas esquecessem suas práticas agrícolas tradicionais, consideradas arcaicas e improdutivas, e aprendessem a plantar legumes e verduras, criando o hábito de tê-las em suas refeições diárias.” (*Ibidem*, p. 317)

No que tange às atividades de plantio, manutenção e colheita, eram todas realizadas pelos indígenas, especialmente as roças de milho, feijão, trigo e mandioca, responsáveis por grande parte da alimentação do Posto. Em 1941, o encarregado do PI, Francisco Vieira, destaca no relatório do mês de outubro enviado à Inspeção Regional (IR7), que os indígenas

⁶⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 6 de 1945, encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 01/06/1956. Op. Cit. p. 1.

⁶⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício relatório nº 19 de 1943 encaminhado à Direção do SPI.** PI Nonoai. 03 de julho de 1943. p. 5. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

eram obrigados “[...] cada um a preparar 2 quartas de roça e por isso o movimento de plantação está sendo bem regular.”⁶⁹ O relato sugere que os indígenas não praticavam a agricultura nos moldes do SPI, fazendo-a somente por obrigação. Em relatório de 1942, o encarregado já descreve que a colheita anual, além dos 5.000 sacos de milho já citados, rendeu 200 sacos de trigo e 250 sacos de feijão. Segundo ele, apenas 33% da safra foi vendida e o restante ficou para consumo do Posto.⁷⁰

Posteriormente, em relatório de novembro de 1943, Vieira descreve os bons resultados obtidos com os indígenas nos trabalhos agrícolas, destacando que os espaços de roças aumentaram de 96 alqueires ou 232 hectares para 200 alqueires ou 484 hectares, também afirma que os plantios iniciados em 1941 se deram sob a denominação de “Campanha das 2 quartas”, a qual estaria tendo resultados positivos.⁷¹

Os trabalhos dos indígenas nas atividades agrícolas continuaram após a saída de Francisco Vieira. Em outubro de 1957, o então encarregado do Posto, Salatiel Marcondes Diniz, destaca que havia iniciado o puxirão dos índios para fazer roçada e plantio de milho e feijão do Posto.⁷² Neste caso, como o encarregado solicitou verba para a compra de alimentos e por se tratar de roças do Posto, possivelmente o regime de trabalho era o *Panelão* e não o *Puxirão*, pois este último, conforme Bringmann (2015a, p. 247), era uma prática de sociabilidade que envolvia o preparo das roças dos indígenas, no qual eles próprios ditavam o espaço e o ritmo de trabalho. O *Panelão*, por sua vez, consistia na prática em que os indígenas eram coagidos por agentes do SPI a trabalhar coletivamente numa roça determinada. Segundo Bringmann (2015a, p. 239), esta atividade “[...] além de corresponder a uma modalidade produtiva, correspondia também a um aparelho disciplinar”.

⁶⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 11 de 1941 encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 25 de outubro de 1941. p. 1. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁷⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 05/12/1942. Op. Cit. p. 4

⁷¹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 24, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 1º de dezembro de 1943. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama encaminhado a Agríndios em Curitiba.** PI Nonoai. 05 de outubro de 1957. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Ao destacar o trabalho indígena, Juracilda Veiga e Wilmar D'Angelis (2001, p. 12), afirmam que as comunidades costumavam realizar os trabalhos em conjunto para que ele se tornasse agradável. Desse modo, era comum realizar o trabalho em “mutirão” ou “puxirão”, palavra que deriva do Tupi “*pysyrõ*” ou “*putyrũ*”, que significa “socorrer, ajudar”. Os agentes do SPI se apropriaram das práticas indígenas para que eles realizassem os trabalhos no Posto, com isso, a prática do *Panelão* foi tratada pelos funcionários do indigenismo como uma atividade sinônima do *Puxirão*.

Sobre o *Panelão*,

Na década de 1940, o Serviço de Proteção aos Índios introduziu, nas áreas do Sul do Brasil, um serviço obrigatório em “roças coletivas” (as roças do Posto). No regime de trabalho então implantado, os índios deixavam de ter direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas roças do posto “*a troca de comida*”: os homens para um lado, e as mulheres para outro. A comida era feita em uma cantina, em grandes panelas, o que levou esse sistema a ficar conhecido como “panelão”. (VEIGA, 2006, p. 5)

Figura 8: Indígenas trabalhando na lavoura no PI Nonoai (RS)



Fonte: BRASIL. SPI. **Índios trabalhando em plantação**. PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Destarte, através do trabalho indígena foram realizadas variadas plantações no posto, as mais expressivas eram de milho, feijão e trigo, as quais foram incentivadas e aumentadas com o passar dos anos. No boletim de dezembro de 1958, é descrito que haviam sido

plantados 2.000 kg de milho e 100 kg de feijão.⁷³ O desenvolvimento destes cultivos abrangiam a inserção dos indígenas nos trabalhos, o atendimento das diretrizes econômicas do SPI, mas também eram importantes para a própria subsistência do Posto, visto que, conforme cartas e relatórios, a queda na produção acarretava na diminuição dos alimentos para seus habitantes, que recorriam ao comércio local. Na figura 8, é possível ver os indígenas trabalhando nas roças do Posto.

Ao contrário dos indígenas Kaingang, que utilizavam as plantas e colhiam seus frutos sobretudo para a subsistência do grupo, a introdução de novas espécies vegetais pelo SPI resultava também na busca por obter lucros com a venda de excedentes, o que promoveria o desenvolvimento econômico do Posto e evidenciaria os esforços dos indígenas diante da sociedade não-indígena. Em relatório referente ao mês de dezembro de 1943⁷⁴, por exemplo, o encarregado reclama da baixa nos preços dos produtos cultivados no PI, demonstrando que sua preocupação não consistia apenas na subsistência do Posto, mas também no lucro obtido por meio das atividades agrícolas.

No PI Nonoai foram introduzidas muitas plantas, algumas com cultivos mais regulares, outras como as frutas e as hortaliças complementavam a dieta dos habitantes do Posto ao mesmo tempo em que aproveitavam a mão de obra dos alunos do *Clube Agrícola*. As árvores utilizadas para fins ornamentais e de sombra faziam parte especialmente da *Campanha do Reflorestamento* empreendida pelo SPI. A ênfase, entretanto, se dava com o cultivo de espécies que poderiam ser produzidas em larga escala como milho, feijão, trigo, abóbora, mandioca, batata doce, cana de açúcar e fumo, as quais serviam para a subsistência dos moradores, para a alimentação dos animais e ainda poderiam proporcionar lucros através da venda de excedentes.

⁷³ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno do PI Nonoai**. PI Nonoai, dezembro de 1958. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁷⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de janeiro de 1944. p. 4. Microfilme 058. Fotograma 0524 a 0530. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

4.1.2 O interesse do SPI no cultivo do trigo

Segundo os documentos consultados, o trigo foi, juntamente com outras plantas, uma das produções mais incentivadas no PI Nonoai. O cereal, que já estava sendo cultivado no Posto desde a chegada do SPI, ganhou destaque a partir da adesão do órgão indigenista à *Campanha do Trigo*. A seguir trataremos da produção tritícola no espaço Kaingang de Nonoai (RS) durante a administração da área pelo indigenismo federal.

No Brasil, país que, desde o processo de colonização por europeus, se configura em bases agrárias, as exportações sobre produtos de cultivo especializado são de grande importância para as operações econômicas. Dentre eles, atualmente tem destaque a soja (*Glycine max*), o milho e o café (*Coffea*). Neste tópico, entretanto propomos a análise sobre o incentivo à produção de trigo, pois foi o cultivo especializado que o SPI implantou em diversas áreas indígenas com vias a atender a campanha nacional de promoção do plantio de trigo.

O trigo, apesar de ter chegado no Brasil ainda no século XVI, passou a ser incentivado por ações governamentais e ganhou mais relevância no âmbito brasileiro a partir de 1939, início da Segunda Grande Guerra Mundial, quando “[...] a demanda global pelo produto aumentou, pois muitos países envolvidos no conflito acabaram paralisando a produção ou diminuindo-a consideravelmente” (BRINGMANN, 2015a, p. 330). Desta forma, dentre as políticas do nacional desenvolvimentismo empreendidas durante o governo Vargas foi notório o incentivo à produção tritícola para exportação.

Entre as ações mais significativas neste sentido, destaca-se a criação do Serviço de Expansão do Trigo (SET), instituído pelo Decreto nº 6.170 de 05 de Janeiro de 1944. Este serviço ficou responsável por elaborar e realizar um programa de expansão da área tritícola nacional, bem como por aperfeiçoar os métodos agrícolas nas regiões onde se cultivava o produto. (*Ibidem*, p. 330)

Destarte, além de fomentar a produção do cereal no país, as atribuições do SET correspondiam também à transformação da mentalidade dos produtores rurais por meio da orientação científica e tecnológica aos mesmos (*Ibidem*, p. 331). Com isso, notadamente buscavam mitigar os efeitos que as desigualdades técnica e tecnológica causavam à produtividade do cereal.

O Rio Grande do Sul se destacou como um dos maiores produtores de trigo do país, e no Posto Indígena Nonoai, após o início das atividades do SET, o cultivo do cereal aumentou de maneira expressiva. O órgão indigenista buscou estimular o desenvolvimento da atividade tritícola no Posto e tornar significativa sua representação frente ao mercado produtor. Vale ressaltar que o SPI estava sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, responsável direto pelas ações concernentes ao fomento das atividades agrícolas no país. Com a adesão à *Campanha do Trigo* no PI Nonoai, os indígenas foram utilizados como mão de obra na realização das atividades de preparação do solo, plantio e colheita das safras. (*Ibidem*, p. 329)

No relatório anual de 1941, o encarregado do Posto, Francisco Vieira dos Santos, destaca que “foram distribuídos 20 sacos de trigo aos índios [...]”.⁷⁵ No relatório de 1942, consta que a colheita do ano correspondia a 200 sacos de trigo com 60 kg cada, isso corresponde a 12.000 kg.⁷⁶ Em 1944⁷⁷ e 1945⁷⁸ as colheitas correspondem a 600 e 500 sacos, respectivamente, resultando em 36.000 kg e 30.000 kg.

Segundo Bringmann (2015a, p. 340) “se comparada a outros Postos Indígenas da região, a produtividade de trigo de Nonoai é apenas razoável. Cacique Doble e Ligeiro, por exemplo, apesar de possuírem uma área de cultivo bem menor, produziram no mesmo ano cerca de 30 toneladas do produto.” A justificativa apresentada por Francisco Vieira foi a falta de comércio, pois esta produção não era bem aceita no mercado regional. Em 1944, Francisco Vieira, destaca no relatório enviado ao inspetor regional que os comerciantes da região desvalorizavam os cereais produzidos pelos indígenas, estabelecendo-lhes preços muito abaixo dos oficiais. O trigo, em especial nem preço estabelecido tinha. Ele afirma ainda que,

⁷⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1941 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 02/01/1942. Op. Cit. p. 1

⁷⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 02/01/1942. Op. Cit. p. 4

⁷⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 04/11/1944 04 Op. Cit. p. 1

⁷⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1945 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 20 de novembro de 1945. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

por ser caro o transporte dos produtos para outras regiões, quem vivia da produção precisava se sujeitar aos valores estipulados pelo comércio local.⁷⁹

Entretanto, o historiador afirma que a Inspetoria Regional (IR7) não se preocupava muito com os resultados das vendas dos produtos, pois a adoção das atividades agrícolas, especialmente o trigo, pelo SPI era feita com o objetivo de “[...] comprovar a capacidade produtiva e a vontade de colaboração dos indígenas tutelados, o que era, de certa maneira, uma forma de justificar os repasses financeiros do governo federal ao órgão indigenista” (BRINGMANN, 2015a, p. 335). Neste sentido, além de atender aos preceitos de crescimento econômico, a adoção das atividades agrícolas representava também a inserção dos indígenas no trabalho, demonstrando sua utilidade perante à sociedade nacional.

Em 1943, Francisco Vieira destaca, “continua o Posto arando as terras para a planta de trigo e linho”.⁸⁰ Na maioria dos relatórios o trigo consta como um dos principais cultivos do Posto. No relatório de julho de 1951⁸¹, é descrita uma colheita com 15.000 kg nas plantações do PI e 90.000 kg nas plantações dos indígenas, que resultou uma soma de 105.000 kg ou 1.750 sacos de trigo. Destarte, foi considerável o aumento na produção tritícola do Posto Indígena Nonoai (RS).

O cultivo especializado de trigo no PI Nonoai (RS), portanto, representou a busca por atender aos preceitos de desenvolvimento econômico, engendrando os indígenas no trabalho agrícola. Mesmo o trigo não sendo o cereal de maior produção dentro do PI, sendo até mesmo menor que a de outros Postos com menos espaço de plantio, a partir do início das atividades do SET, o aumento dos recursos e o conseqüente aumento da produção tritícola foram significativos dentro do PI Nonoai (RS). Isso representou maior utilização dos solos e exploração dos recursos ambientais.

⁷⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. 01/01/1944. Op. Cit. p. 4

⁸⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1943 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 22/12/1943. Op. Cit. p. 2

⁸¹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno**. 1º de julho de 1951. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

4.1.3 Técnicas agrícolas

A adoção dos cultivos representou evoluções técnicas e tecnológicas mais significativas, que impactaram nas questões sociais, culturais e econômicas e causaram as alterações mais profundas na relação do homem com o meio ambiente. Segundo Donald Worster (1991), conforme os avanços técnicos se desenvolvem e as tecnologias são aperfeiçoadas, maiores são as transformações, visto que “a tecnologia é a aplicação de habilidades e conhecimentos na exploração do ambiente” (WORSTER, 1991, p. 206).

Na Figura 8 é possível perceber os galhos secos e caídos, resquícios de queimadas realizadas durante a preparação do solo no PI Nonoai. Esta prática, denominada agricultura de coivara, apesar de ser realizada pelos indígenas há muito tempo, ocorria como forma de subsistência, sendo menos danosa ao meio ambiente e causando menores alterações na paisagem, por ser itinerante e ocorrer em menor escala (DEAN, 1996, p. 45). Ainda assim, o emprego dessa técnica, realizada devido à sua facilidade, foi responsável pela diminuição das florestas, visto que o aproveitamento da biomassa vegetal para adubação através de queimadas, em alguns anos enfraquecia o solo e comprometia a recomposição da flora.

Sobre os Kaingang de Nonoai (RS), Nascimento (2017, p. 36) afirma que as práticas agrícolas permanecem na memória dos antigos, deste modo, no que diz respeito às técnicas utilizadas por estes indígenas para seus cultivos, os relatos tratam do supracitado método de coivara, no qual eles roçavam e depois queimavam o mato, plantando em seguida. Para o plantio, utilizavam o *xacho*, ferramenta de madeira, semelhante à cavadeira manual, com a qual se abria o solo para depositar as sementes. A capina também era utilizada na manutenção dos cultivos. (NASCIMENTO, 2017, p. 37)

A atuação do SPI representou alterações significativas nessas formas de preparação do solo, plantio e colheita.

Em termos de políticas indigenistas, após a reestruturação do SPI aos quadros do Ministério da Agricultura no início de 1940, as teorias e práticas desenvolvimentistas advindas com os acordos bilaterais entre Brasil e EUA, ainda que indiretamente, encontraram lugar bastante favorável para a difusão e aplicação de um conjunto de técnicas, estratégias e disciplinas voltadas para orientar e modernizar a ação indigenista, principalmente no quesito relacionado à produção agrícola. (BRINGMANN, 2015a, p. 303)

Sobre o empreendimento de novas técnicas nos Postos Indígenas, Bringmann (2015a) destaca que o órgão indigenista considerava as práticas dos indígenas atrasadas e rudimentares, por isso incentivou a substituição delas por novas, consideradas mais modernas e produtivas. O SPI também investiu no uso de máquinas e ferramentas, na distribuição de folhetos que continham instruções para o aprimoramento das formas de plantio, manutenção e colheita e no ensino dos alunos indígenas dos *Clubes Agrícolas*, para que contribuíssem na disseminação dos conhecimentos e práticas referentes à agricultura.

No que tange ao PI Nonoai, dentre as técnicas que o SPI considerou necessárias serem repassadas aos indígenas, têm ênfase o uso do arado, das máquinas plantadeiras e do trator para a preparação do solo, plantio e colheita, respectivamente, os quais diminuía o tempo e o esforço humano empregados nas atividades agrícolas. Por meio do arado era realizada a lavra da terra, com o uso de tração animal; a plantadeira manual, permitia cavar o solo de maneira mais rápida que o *xacho*, fazendo também a junção de duas atividades, pois abria a cova e já derrubava a semente que ficava ali depositada; e o trator foi uma inovação ainda mais significativa, pois motorizou as atividades agrícolas, diminuindo o tempo e o esforço na colheita das safras.

Além do emprego das ferramentas, máquinas, utensílios e folhetos, a criação do *Clube Agrícola Escolar Benjamin Constant* permitiu o ensino de novas técnicas aos alunos indígenas, que poderiam transmitir seus conhecimentos aos demais familiares – e esse era o objetivo do órgão indigenista –, contribuindo para a implementação de novas formas de realizar seus cultivos.

Apesar da continuidade na prática da coivara, a substituição das técnicas indígenas, consideradas rudimentares, por novas técnicas de preparação do solo, de plantio e de colheita era um dos objetivos do SPI, que, através da distribuição de ferramentas, utensílios, máquinas e folhetos e do ensino dos alunos dos *Clubes Agrícolas*, buscava implementar novas formas de produção nos Postos Indígenas. No PI Nonoai, os relatórios, cartas e inventários indicam a introdução do trator, do arado, das máquinas de combate à gafanhotos e formigas, das foices de trigo e das plantadeiras manuais. Algumas destas ferramentas, o encarregado efetuava a troca mediante a prestação de serviços dos Kaingang, deste modo, introduzia novos hábitos

agrícolas e utilizava-se da mão de obra indígena, empregando técnicas condizentes às atribuições do SPI para a realização das atividades agrícolas.

O empreendimento de novas técnicas e tecnologias no território Kaingang, alinhadas às diretrizes do SPI, representou o aumento da produtividade e diminuição no tempo de trabalho gasto pelos indígenas para realizar as mesmas atividades exercidas anteriormente com seus recursos. Mas isso não significou que eles trabalhariam menos, ao contrário, além de produzir em suas roças, os indígenas passaram a prestar serviços nas produções do Posto, sob o regime de trabalho, as técnicas e a disciplina determinados pelo encarregado. Diante disso, os Kaingang se viram diante de novas formas de trabalho, assim como vivenciaram transformação de seu meio ambiente, pois as novas técnicas representaram o aumento na utilização do solo, assim como da exploração de outros recursos necessários às atividades agrícolas.

4.1.4 Adubos

A adubação é um dos fatores pelos quais a técnica de coivara era empregada pelos indígenas na preparação do solo, entretanto, com a implantação do Posto Indígena em Nonoai (RS), os Kaingang presenciaram a introdução de novos elementos em seus solos. Os adubos citados em relatórios são a maravalha e o estrume. O estrume, produto das fezes de animais, especialmente de bovinos, foi utilizado como forma de adubação do solo após a chegada do SPI, pois os Kaingang não criavam gado, portanto, não tinham conhecimento do uso de seus derivados.

Em relatório do mês de agosto de 1943, Francisco Vieira destaca que a adubação do pomar era feita com o uso de maravalha que saíam das oficinas.⁸² No mesmo relatório, o encarregado destaca que as plantações haviam todas sido adubadas com estrume.⁸³ Em relatório de 1944, o encarregado afirma que haviam sido adubados a horta e o arvoredado com bagaço de cana, vindos de um engenho fora do Posto.⁸⁴ Em telegrama de dezembro de 1967, o

⁸² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 21, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de setembro de 1943. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸³ *Ibidem*, p. 4

⁸⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 28, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de abril de 1944. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ

encarregado do Posto, Nilson Assis de Castro, relata que os arrendatários pediam ressarcimento por terem gasto com adubação dos solos que estariam empobrecidos⁸⁵, isto, no entanto, poderia ser uma estratégia utilizada pelos arrendatários para diminuir seus pagamentos ao SPI.

4.1.5 Pragas, ervas daninhas e intempéries

Para o SPI, o desenvolvimento das atividades agrícolas era muito importante na integração dos indígenas à sociedade nacional e também no seu envolvimento com o trabalho, por isso, desde a chegada dos funcionários do órgão ao PI Nonoai (RS), foram relatadas e buscou-se combater os efeitos das pragas e das intempéries que afetavam o progresso da agricultura. Desde os primeiros relatórios enviados à Inspeção Regional, os agentes do PI Nonoai (RS), já tratavam dos danos à plantação causados pelas geadas e secas, por ataques de saúvas (*Atta*) e quenquém (*Acromyrmex*), pela praga do “burrinho” (*Epicauta atomaria*) e pela erva daninha “barba de bode” (*Aristida longiseta*).

No primeiro inventário enviado por Francisco Vieira dos Santos, em 1940, no item “adubos, fungicidas e inseticidas” consta “1 pacote com 2 k^os [*sic*] de enxofre em pó; 1 pacote com 1 K^o [*sic*] de arcenico [*sic*] ‘Martell’.”⁸⁶ Mesmo não sendo em grande quantidade, é possível perceber que já havia preocupação com o combate às formigas, pois ambos os produtos eram utilizados para este fim.

Quanto à “barba de bode”, em carta enviada no mês de fevereiro de 1941, o encarregado do Posto informa: “há tres envernadas [*sic*] arrendadas, agora tomei conta para regularizar e continuar - Snr. Jair Winkler a 175\$000 a quadra; Snr. Gabriel Menezes a 150\$000 e Snr. Bernardino Gonçalves também [*sic*] a 150\$000 a quadra porque os campos destas duas são ruins, de pura ‘barba de bode’.”⁸⁷ No relatório anual de 1942, Vieira diz que “a área de campo de pastagem regula 20 quadras, mas apenas cerca de 9 quadras tem [*sic*]

⁸⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama enviado a Agríndios em Curitiba**. PI Nonoai, 26 de dezembro de 1967. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁸⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Inventário de bens de 1940**. PI Nonoai, 31 de dezembro de 1940. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁸⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, sobre relação de moradores dentro do Posto**. PI Nonoai, 20 de fevereiro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0042. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

forragem regular, ou é a melhor zona; o restante é tudo palha inferior - pura ‘barba de bode’.”⁸⁸ A presença desta erva, portanto, acarretava na redução dos preços de arrendamento dos campos para criação.

A formiga saúva também era alvo de preocupação para as atividades agrícolas do Posto. No relatório de junho de 1941, Francisco Vieira destaca o combate à saúva, “o ataque à formiga foi iniciado com o extintor que veio - porém há necessidade de mais um, pelo menos, pois uma só maquina [*sic*] não dará vencimento. - Essa máquina é especial.” Ao final do relatório, reforça, “necessitará o Posto de mais extintores para matar formigas, estou dando combate à saúva ininterruptamente para que possamos contar com o resultado dos trabalhos de nossas lavouras. Se V.S. poder mandar-me pelo menos mais uma máquina ajudar-me-á bastante.”⁸⁹

Em carta de 1943, o encarregado afirma que “foram atacadas e extintas 7 ‘cidades’ de formigas saúva, [*sic*] no Posto.”⁹⁰ No mesmo ano, relata “continua o ataque às formigas”.⁹¹ Desta forma, é possível perceber que já nos primeiros anos da atuação do SPI, a preocupação com as colheitas envolvia o combate às formigas-cortadeiras. Em relatório referente ao mês de julho de 1943, Vieira destaca “foram atacadas 5 ‘cidades’ de saúva e 25 de formiga QUENQUEM [*sic*]”.⁹² Em outubro do mesmo ano aponta que ainda estavam sendo atacadas as formigas saúvas e quenquém.⁹³

Além das colheitas, o encarregado aponta o ataque de formigas do mato às mudas de pinheiros:

⁸⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 05/12/1942. Op. Cit.

⁸⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades nº 7, encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 25 de junho de 1941. Microfilme 058. Fotogramas 0066 e 0067. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁹⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Carta nº 1 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida**. PI Nonoai, 26 de fevereiro de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁹¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1943 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 22/12/1943. Op. Cit. p. 3

⁹² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 20, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 02 de agosto de 1943. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁹³ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 23, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de novembro de 1943. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

“A sementeira fora feita, no ano passado, com 15.400 sementes; nasceram mais ou menos 10.000 que foram cuidadas e irrigadas durante o verão, mas ao ser dado início à transplantação, nestes dias quentes de estio, a formiga de mato percebendo a planta, pelo motivo da limpa feita para a lida, atacou durante a noite, tendo por isso diminuído o viveiro.”⁹⁴

Outros fatores de danos às plantações eram as geadas e as secas. Em relatório de 1941 Francisco Vieira relata “o prejuízo, [*sic*] nas roças dos índios, causado pelas geadas deste mês foi total, por isso se torna necessário plantar tudo de novo.”⁹⁵ Acrescenta ainda, “foram-lhes distribuídos [*sic*] 59 quartas de feijão preto para o replantio das roças.”⁹⁶ Em relatório do mesmo ano, Vieira destaca “as geadas intensas que houve até há poucos dias prejudicou muito a planta e deu muito prejuízo”⁹⁷.

Quanto às secas, no relatório anual de 1941, o encarregado afirma que “têm [*sic*] sido recomendados seguidamente os índios para não queimarem os campos fora de época e principalmente agora com a seca da taquara.”⁹⁸ No relatório do mês de julho do mesmo ano, no item “trabalhos do Posto”, destaca “continua a colheita de milho, que não é bôa [*sic*] em consequência da falta de chuvas no verão”, mas, ao final, acrescenta que houve um temporal, “foi consideravelmente forte o temporal aqui, havendo causado uma derrubada de cerca de 200 pinheiros além do mato.”⁹⁹ Não são relatados os impactos sobre as roças, o que pode representar o interesse do encarregado em vender madeiras, consideradas inutilizadas pelo temporal.

Em 1943, Vieira envia uma carta ao inspetor chefe da Inspetoria Regional (IR7), na qual relata “Foi realizada a colheita [*sic*] de feijão, que em consequência da falta de chuvas,

⁹⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 6 de 1945, encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 01/06/1956. Op. Cit. p. 1.

⁹⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 10 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 25 de setembro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 11 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida.** PI Nonoai, 25 de outubro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁹⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1941 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 02/01/1942. Op. Cit. p. 2

⁹⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 7, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de julho de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0178 a 0180. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

na época da inflorescência, foi reduzida a 12 sacos, de 6 quartas de semente”¹⁰⁰. Em relatório de 1944, destaca que “[...] teve também o Posto de dar fornecimentos aos índios que estiveram doentes e aos que, em consequência da seca, ficaram sem recursos, mas este ano, os índios favorecidos, estão dando trabalho ajutório [sic] ao Posto.”¹⁰¹

Após dois anos de sua atuação no PI, Francisco Vieira, em relatório de 1943, relata a situação das plantações e o resultado das colheitas dentro do PI.

Plantou o Posto mais 1 Ha. de terra com milho; foi feita a colheita de trigo que rendeu 25 scs. de 60K [sic]; o linho plantado falhou completamente, nem sequer aflireceu [sic]; a batatinha, de que havia uma planta boa também foi atacada pela praga do ‘burrinho’ e nada deu; a planta de favas e couve pelo mesmo motivo foi nula;¹⁰²

Neste sentido, conforme os relatos do encarregado do PI Nonoai, as pragas, ervas daninhas e intempéries foram responsáveis diretas pelos prejuízos nas plantações do Posto. A promoção das atividades agrícolas no espaço Kaingang era um dos principais objetivos da atuação do SPI, desta forma, as secas, as geadas, a erva daninha “barba de bode” e as pragas como as formigas saúvas e o “burrinho” impediam o desenvolvimento econômico e a própria subsistência do Posto, especialmente nos primeiros anos da ação tutelar.

4.2 Criação

Sobre a domesticação de animais, Alfred W. Crosby afirma que, enquanto os povos do Velho Mundo possuíam rebanhos de gado, carneiros, cabras, porcos, entre outros, os criadores do Novo Mundo, antes do contato, não haviam domesticado mais que três ou quatro espécies (CROSBY, 2011, p. 43). Entre os ameríndios, os animais domesticados se restringiam aos cachorros, às lhamas, às alpacas, às cobaias e às várias espécies de aves. Segundo ele, a domesticação de maior quantidade e variedade de animais teria fornecido a principal vantagem aos europeus sobre os indígenas no processo de colonização. (*Ibidem*, p. 182)

¹⁰⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Carta nº 1 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida**. 26/02/1943. Op. Cit.

¹⁰¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 04/11/1944. Op. Cit. p. 2

¹⁰² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1943 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 22/12/1943. Op. Cit. p. 4

No atual sul brasileiro, Schmitz (2006 p. 86) destaca que há apenas cerca de 2000 anos antes do presente, no planalto brasileiro e regiões vizinhas, difundiram-se “[...] elementos culturais referentes à domesticação de plantas e animais.” Entre os Jê, prevalecia a coleta de pinhão, com apoio da caça e da pesca (SCHMITZ; BECKER, 2006, p. 81). Eram, portanto, povos com poucas referências quanto à domesticação de animais.

Sobre o período colonial, Crosby (2011) destaca que as plantas e animais domesticados representaram grande importância para o sucesso ou insucesso do imperialismo europeu nas terras além-mar, pois considera que a adaptabilidade da biota europeia foi a responsável direta para a conquista de territórios na América e na Australásia (CROSBY, 2011, p. 32-37). Destarte, a domesticação de plantas e animais contribuiu inicialmente para a sedentarização e aumento populacional das sociedades, e, posteriormente, até mesmo para as práticas imperialistas.

No Rio Grande do Sul, o contato dos indígenas com o colonizador e com as frentes de expansão representou mudanças em sua cultura e em seus hábitos sociais, desde a formação dos primeiros aldeamentos, os indígenas Kaingang são incentivados a praticar a agricultura e a pecuária, segundo os moldes empregados pelos grupos não-indígenas. A atuação governamental se deu visando a incorporação dos indígenas na economia regional, por meio das atividades agropecuárias (BRINGMANN, 2015a). Neste sentido, nos próximos tópicos abordamos os animais criados no Posto Indígena Nonoai (RS), os patógenos que os acometeram e de que modo afetaram o desenvolvimento da atividade pecuária.

4.2.1 Animais

Historicamente a migração humana tem representado também a migração e imposição de novas biotas aos novos espaços de ocupação. Neste processo, geralmente são desconsideradas tanto as populações quanto as biotas locais. Crosby (2011) aponta que a implantação da biota europeia no Novo Mundo foi responsável direta pelo sucesso do povoamento dos novos territórios, que o autor denomina de Neoeuropas, regiões distribuídas pelo globo que compartilham de características similares quanto à altitude e ao clima. Desta forma, a adaptabilidade dos seres humanos não teria sido o único fator preponderante na

colonização das terras além-mar. Fatores biológicos e a expansão ecológica teriam contribuído de maneira crucial para o êxito ou o malogro das expedições.

Conforme já citado, desta bioinvasão, Crosby (2011) aponta que na América a introdução de animais representou o fator de maior importância para o sucesso do empreendimento europeu neste local. Como as populações deste território já estavam habituadas à domesticação de algumas plantas produtivas e nutritivas, foram os animais que forneceram a maior vantagem aos europeus sobre os ameríndios.

O autor afirma que “se os europeus tivessem chegado ao novo mundo e à Austrália dispondo da tecnologia do século XX, mas sem animais, não teriam provocado uma mudança tão grande quanto a que causaram [...]” (CROSBY, 2011, p. 182). Foram desembarcados nos territórios recém-chegados cavalos, vacas, porcos, cabras, carneiros, asnos, galinhas, gatos e outros bichos, os quais se reproduzem com tamanha eficiência e velocidade que podem alterar o meio ambiente da forma mais drástica que conhecemos (*Ibidem*, p. 182).

Já no século XX, a introdução de animais nos espaços de ocupação tradicional indígena também causou mudanças no meio ambiente e nas atividades destes territórios, visto que muitas destas populações não estavam acostumadas à atividade pecuária, tendo poucos animais domesticados e geralmente sem dedicar cuidados à criação de rebanhos. Diana Nascimento (2017, p. 55) aponta, por exemplo, que antes da atuação do SPI os indígenas não tinham conhecimento sobre a criação de gado. As cartas que os encarregados do PI Nonoai (RS), especialmente Francisco Vieira, enviam ao diretor da IR7 destacam a inaptidão dos indígenas na lida com a criação e enfatizam a necessidade em contratar funcionários não-indígenas para a realização das atividades pecuárias. Contudo, os indígenas eram empregados nos trabalhos relacionados à criação, especialmente os que exigiam maior esforço físico.

Com a implantação do Posto Indígena Nonoai (RS), os Kaingang percebem a introdução de animais de diversas espécies em seu território. Francisco Vieira, primeiro encarregado do PI tinha muito apreço pela atividade pecuária, desta forma nos anos que esteve a serviço do SPI, procurou de diversas formas introduzi-los naquele espaço, especialmente o gado vacum. As cartas com pedido de compra de animais, os relatórios de criação, os inventários de bens semoventes e as fotografias demonstram a predileção do

encarregado pela atividade, mas ressaltam sua importância no Posto e nos permitem analisar o impacto que ela causou no meio ambiente e na paisagem Kaingang.

A pecuária, considerada pelo SPI uma atividade que poderia integrar os indígenas à sociedade nacional, foi incentivada pelo órgão indigenista através do *Programa Pecuário*, no qual a criação de animais deveria contribuir para a autossuficiência dos indígenas e para o crescimento econômico dos Postos. O SPI avaliava as condições de cada Posto, definindo quais possuíam condições para o empreendimento desta atividade. Desta forma, “muitas ‘terras de índios’ foram notabilizadas por serem possuidoras de excelentes campos nativos, propícios para a atividade pecuária.” (BRINGMANN, 2015a, p. 355)

[...] a atividade pecuária possuía, segundo as concepções do SPI, dupla vantagem. Em primeiro lugar, encaminhava o indígena para uma atividade “civilizada”, para a qual o mesmo demonstrava maior capacidade de desenvolvê-la do que muitas atividades agrícolas. Segundo, essa atividade era considerada a de maior eficácia para se alcançar a autossuficiência econômica, tanto coletiva quanto individual dos indígenas.” (*Ibidem*, p. 356)

No PI Nonoai, o *Programa Pecuário* ganhou ênfase, sendo possível encontrar diversos documentos e algumas fotografias sobre essa atividade no Posto. Dada a predileção de Vieira pela criação, apenas em 1943, o encarregado demonstrou diversas vezes o seu interesse na compra de gado e outros animais. Em telegrama de maio daquele ano escreve: “este posto possuie [*sic*] invernada para mais 200 cabeças, no momento e tem possibilidades conservar. Contando invernadas arrendado [*sic*] terá muito mais.”¹⁰³ Em telegrama de novembro, Francisco Vieira solicita autorização para negociar gado de cria da raça zebuína, seu pedido é para comprar entre 500 e 800 cabeças oferecidas por vendedores do município de Cruz Alta. O encarregado demonstra grande interesse e pede urgência, justificando que o preço do gado de cria estava com o preço em alta “dia a dia”.¹⁰⁴

Em relatório referente ao mês de dezembro de 1943, Vieira demonstra ter conhecimento sobre diferenças entre bovinos

Foi adquirido um reprodutor GIR especial, com 3 anos de idade. Este touro fôra adquirido pelo proprietário da fazenda do "Lobo" neste Munc. [*sic*], Snr. Alberto

¹⁰³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado a Agríndios em Curitiba**. PI Nonoai, 29 de maio de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹⁰⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado a Agríndios em Curitiba**. PI Nonoai, 28 de novembro de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ

Berthier, em um lote de touros que lhe veio de Uberaba o ano passado. Como este Pi estava sem reprodutor no gado o Snr. Berthier escolheu, ele mesmo, um dos melhores touros que possuía e franqueou ao Posto e acrescentou que se quiséssemos poderíamos ficar pelo mesmo preço que lhe custara - Cr\$. 1.900,00

O touro é de pêlo baio claro, com o ventre branquicento; tem a barbela bem desenvolvida, couro frouxo, orelhas grandes e caídas e o frontal muito saliente tornando a fronte curva; a cabeça é no todão [sic] grande, a base do crânio larga bastante e os chifres apreciavelmente para trás e grossos com a ponta em ogiva e para cima ligeiramente, porém curtos. A maçã bem desenvolvida e saliente, membros afastados, grossos e curtos relativamente, com casco preto; tem a corcova bastante grande e muita caixa.

Pelos traços parece que não se trata de GIR puro, como era tido por seu proprietário, mas uma crusa [sic] de NELORE (se não me engano); pelo menos não apresenta um dos característicos do gir - ponta da orelha voltada para trás em gomo...

Adquiriu também, o Posto, um terneiro de 2 anos, na mesma Fazenda, muito bom, de meio sangue "Herefor", po Cr\$. 900,00, gado que com a crusa [sic] zebuina dá produção recomendável.¹⁰⁵

Portanto, a maior importância e preferência dados à pecuária, ocorreu durante a atuação de Francisco Vieira no Posto. Em ofício de 1947, o rebanho é descrito em 250 cabeças.¹⁰⁶ Em 1952, o encarregado afirma que já haviam cerca de 1.000 cabeças.¹⁰⁷

Além dos bovinos, os agentes do SPI também buscaram introduzir outros animais no PI Nonoai. No que tange à variedade de animais, o SPI, conforme o *Programa Pecuário*, incentivava a criação de animais de pequeno e grande porte. "Nos pressupostos desse programa, ainda que se priorizasse a criação de grande porte, como a bovina e equina, não havia nenhum tipo de preconceito em relação a outras espécies, desde que apresentassem resultados vantajosos para o Serviço e para os índios assistidos." (BRINGMANN, 2015a, p. 355)

No relatório de 1940 consta a lista de semoventes, dos quais os bovinos eram: 1 boi carreiro, pelo baio malhado, com 7 anos; 1 boi carreiro, pelo preto, estrela, com 4 anos, marca "P" no lado esquerdo; 1 boi baio claro, touro, com 1 ano, sem marca; dentre os equinos eram: 1 cavalo vermelho, com 6 anos, marca "P" no lado esquerdo; 1 cavalo gateado, com 6 anos, marca "P" no lado esquerdo; 1 cavalo tordilho, com 5 anos, marca "P" no lado esquerdo; os asininos eram: 1 mula cebruna, com 13 anos, marca "P" no lado esquerdo; 1 mula gateada,

¹⁰⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** 01/01/1944. Op. Cit. p. 6

¹⁰⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 21.** PI Nonoai. 11 de junho de 1947. p. Microfilme 058. Fotograma 1165. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹⁰⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 16. Questionário n. 2.** PI Nonoai. 29 de setembro de 1952. p. 2. Microfilme 058. Fotogramas 1537-1541. SEDOC/Museu do Índio-RJ

com 4 anos, marca “P” no lado esquerdo; 1 burro zaino, com 4 anos, marca “P” no lado esquerdo. Todos os semoventes totalizavam o valor de 3:150\$000.¹⁰⁸

Em relatório de 1943, o encarregado relata que “a galinha não foi possível desenvolver neste PI, por qualquer motivo estranho; 25 ninhadas foram postas em chôco [sic] e somente 20 pintos estão se criando”. Da relação de animais do Posto neste relatório destaca: 56 bovinos; 13 equinos; 4 muares e 18 suínos.¹⁰⁹ Em relatório referente ao mês de dezembro de 1942 Vieira destaca também a criação de abelha pelos indígenas “o posto forneceu-lhes 100 caixas vasias [sic] para pegarem enxames de abelha. Assim está o Posto insentivando [sic] o gosto dos índios pela apicultura.”¹¹⁰ A preferência pela abelha entre os indígenas pode ter se dado em função de estes serem já animais com os quais estavam familiarizados, pois a coleta de mel ocorre entre os Kaingang desde muito tempo.

Figura 9: Animais do PI



Fonte: FORTHMANN, Heinz. Curral do posto indígena Nonoai. Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a 7ª Inspeção Regional,

¹⁰⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Inventário de bens de 1940**. 31/12/1940. Op. Cit.

¹⁰⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. 01/01/1944. Op. Cit. p. 6

¹¹⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício Relatório nº 13, do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. 1º de janeiro de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

No relatório de abril de 1943, consta que a criação do Posto era de 55 bovinos, 14 equinos, 4 muares, 19 suínos, 60 galinhas, 3 gansos, 20 patos e 5 marrecos.¹¹¹ No mesmo relatório, são listadas diversas eram as construções para abrigar estes animais: 1 estábulo para 14 cocheiras, com depósito de feno e sala de ordenha; 1 galinheiro; 1 encerra para galinhas; 2 pocilgas; 1 encerra para porcos de 1 alqueire de terra; 1 mangueira, chiqueiro e encerra para cavalos.¹¹² Naquele mês Francisco Vieira destaca “foi construído um galinheiro e encerra fechada de ripas, com 78 mts. [sic] para galinhas”.¹¹³ Os animais mais destacados nos relatos, entretanto, eram os bovinos, utilizados como força de tração, na produção de leite e para o corte, os cavalos, tidos como meios de transporte para pessoas, e os muares e asininos, que realizavam o transporte de cargas.

No boletim de março de 1953, a lista de criação do PI Nonoai (RS) possuía 185 bovinos, 41 equinos, 2 muares, 71 suínos, 60 galinhas e 14 angolistas.¹¹⁴ Na relação de semoventes de 1957, o encarregado Alisio de Carvalho destaca que pertenciam ao Posto 101 bovinos, 13 equinos e 2 muares.¹¹⁵ No boletim de dezembro de 1958, a criação do Posto era de 79 bovinos, e 7 equinos.¹¹⁶ Na figura 9 é possível ver alguns dos animais do Posto.

Dos relatos sobre morte de animais, especialmente a partir de 1958, são frequentes os documentos com termo de morte de animal. Em 1958, o então encarregado do Posto, Salatiel Marcondes Diniz, envia 8 termos de morte de animais, destes 7 eram bovinos e 1 era equino, nenhum destes casos é relatado como abate. Em 1959, o mesmo encarregado envia 14 termos de morte animal, dentre estes, 10 relatavam a morte de bovinos e 1 de equino causada por doenças; 2 destes termos relatavam abatimento de animal bovino, 4 bois no total, tais abates,

¹¹¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício Relatório nº 17 encaminhado ao Diretor do SPI.** PI Nonoai, 1º de maio de 1943. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹¹² *Ibidem.*

¹¹³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício Relatório nº 17 encaminhado ao Diretor do SPI.** 01/05/1943. Op. Cit. p. 3

¹¹⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno do PI Nonoai.** PI Nonoai, março de 1953. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹¹⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de bens semoventes do PI Nonoai encaminhada ao Diretor do SPI.** PI Nonoai, 03 de junho de 1957. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹¹⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno do PI Nonoai.** 1958. Op. Cit. p. 2

segundo o encarregado seriam para as festividades de ano novo e Dia do Índio. No último ano de atuação do SPI, o encarregado do Posto, Acyr de Barros, relata a morte de 9 bovinos, 2 muaras e 1 equino causada por doenças; 7 bovinos foram abatidos.

Em inventário de julho de 1963, os bovinos somavam 23 animais e os equinos 10.¹¹⁷ Em outubro de 1965, o encarregado do Posto, Heroídes Teixeira, destaca a relação de animais: 28 bovinos, 16 equinos, 1 muar, 10 asininos e 2 suínos.¹¹⁸ No último ano de atuação do SPI entre os Kaingang de Nonoai (RS), o encarregado Nilson de Assis Castro destaca que haviam no Posto 32 bovinos, 19 equinos, 1 muar e 7 suínos.¹¹⁹

Destarte, o desenvolvimento da atividade pecuária no Posto Indígena Nonoai (RS) ocorreu principalmente durante a atuação do encarregado Francisco Vieira dos Santos, o qual possuía preferência pela criação. Com isso, foi este encarregado que escreveu os relatórios mais descritivos e detalhados sobre a atividade. Bovinos, equinos, asininos e suínos são os animais que mais apareceram nos relatórios, inventários e boletins de criação, entretanto, também foram criados outros animais. Com a saída de Francisco Vieira, a quantidade de animais diminuiu significativamente, ao final, em 1967, restavam poucos animais, se comparado especialmente à década de 1950.

Independentemente da quantidade de animais ou do encarregado que administrava o Posto, os trabalhos eram desempenhados pelos indígenas, mesmo que eles não fossem considerados os mais aptos para as lides com a criação. O controle sobre os rebanhos, assim como sua aquisição, entretanto, não estava sob os auspícios dos indígenas, ou seja, eles não tinham autonomia para dispor das criações que ajudavam a manter. Apenas em festividades ou em datas comemorativas, especialmente no Dia do Índio, poderiam se alimentar de alguns bovinos que eram abatidos.

¹¹⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Inventário de bens do PI Nonoai encaminhada ao Inspetor da IR7.** PI Nonoai, 31 de julho de 1963. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹¹⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de semoventes do PI Nonoai encaminhada ao Inspetor da IR7.** PI Nonoai, 29 de outubro de 1965. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹¹⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de semoventes do PI Nonoai encaminhada ao Inspetor da IR7.** PI Nonoai, 16 de outubro de 1967. SEDOC/Museu do Índio-RJ

A inserção de novas espécies de animais no meio Kaingang representou alterações na relação entre os seres humanos e o ambiente, o que resultou em novos contornos na paisagem cultural, visto que o espaço ocupado, as construções realizadas para abrigo e as plantas consumidas por estes animais, os quais foram descritos nas fontes, alteraram os usos dos recursos naturais no espaço Kaingang, especialmente se considerarmos que os indígenas domesticavam animais em menor escala e com outras finalidades antes da atuação do SPI.

4.2.2 Patógenos e seus impactos na pecuária do Posto

Para o desenvolvimento da atividade pecuária no Posto Indígena Nonoai (RS), os agentes do SPI precisaram combater os patógenos que acometiam os animais, especialmente os bovinos. Neste sentido, destacamos principalmente os relatórios produzidos durante a atuação do encarregado Francisco Vieira, de 1941 até meados de 1956, pois este agente do SPI possuía interesse especial na criação de animais, especialmente os bovinos, de modo que, dentre os encarregados, era quem mais conhecia sobre a atividade pecuária e relatava com detalhes os agentes patógenos que acometiam o rebanho do Posto e quais os cuidados e remédios que considerava necessários.

Em relatório referente ao mês de dezembro de 1943, Francisco Vieira descreve os cuidados empregados com a criação:

Foi ensalada [*sic*] 3 vezes este mês a criação; está sendo dado sal com casca de CATAIA e casca de AROEIRA PRETA, aqui conhecida por “páu de bugre” [*sic*], a 5%. Seca-se bem as cascas, transforma-se em pó para adicionar ao sal e dar ao animal, em uma ou duas vezes ao mês; - fortalece o animal contra peste, desenvolve o engorde, afina e deixa brilhante o pêlo - com a vantagem de só custar o trabalho de procurar no mato e preparal-o [*sic*] e segundo observo supera o sal INGLÊS que já foi usado por muito tempo neste PI.¹²⁰

Em outubro de 1945, Francisco Vieira destaca a morte de um cavalo pela peste do garrotilho, a mesma é causada por meio de uma bactéria (*Streptococcus equi*).¹²¹ Em 1946, morrem outros equinos¹²² e muares¹²³ pelo mesmo patógeno. Neste mesmo ano, dentre os

¹²⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício Relatório nº 17 encaminhado ao Diretor do SPI**. 01/05/1943. Op. Cit. p. 5

¹²¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 6**. PI Nonoai, 31 de outubro de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²² BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 7**. PI Nonoai, 31 de março de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

bovinos, foram relatadas mortes por pasteurelose bovina (*Pasteurella multocida*)¹²⁴ e peste da manqueira (*Clostridium chauvoei*)¹²⁵, também conhecida como peste da mancha, Carbúnculo Sintomático ou Botulismo.

Nos anos seguintes os relatos apresentam também mortes de animais por peste (*Rinderpest morbillivirus*),¹²⁶ por raiva (*Ephemerovirus*)¹²⁷, e por peste das cadeiras, tripanossomose ou peste do chifre, resultante da ação de um protozoário (*Trypanossoma vivax*),¹²⁸ Algumas mortes eram causadas por infecções como a uterina,¹²⁹ há relatórios nos quais não são especificadas as causas da morte.

Já nos anos finais da atuação do SPI sobre os indígenas do Posto, especialmente enquanto Acyr de Barros foi encarregado, os termos não destacavam as causas da morte dos animais. A partir de 1963, o modelo do documento mudou e um dos tópicos obrigatórios era a causa morte. Há que destacar, conforme já citado, que os animais considerados de maior importância para o Posto eram os bovinos, equinos e asininos, de modo que os termos relatam apenas a morte e os patógenos que acometiam bovinos, equinos, muares e asininos.

4.3 Instrumentos utilizados nas atividades agrícolas e pecuárias

O longo processo de hominização iniciado com o *Homo habilis*, há cerca de 3 milhões de anos antes do presente, até a nossa espécie, *Homo sapiens sapiens*, é marcado pelo desenvolvimento da técnica, pois, seja na caça, pesca e coleta, seja na agricultura e criação, o uso de utensílios foi de suma importância na obtenção dos recursos necessários à sobrevivência e na realização de atividades cotidianas. Desde os primeiros instrumentos

¹²³ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 9**. PI Nonoai, 12 de abril de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 8**. PI Nonoai, 05 de março de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 13**. PI Nonoai, 23 de maio de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 27**. PI Nonoai, 07 de março de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 11**. PI Nonoai, 24 de novembro de 1957. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 24**. PI Nonoai, 15 de janeiro de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹²⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal n° 36**. PI Nonoai, 28 de julho de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

fabricados intencionalmente, como as pedras lascadas, que aperfeiçoaram a manipulação dos alimentos, até os instrumentos atuais, o desenvolvimento da técnica esteve imbricado à evolução biológica e das atividades humanas.

Exemplo disso são as denominações atribuídas aos períodos da Pré-história, o paleolítico, chamado idade da pedra lascada, e o neolítico, intitulado idade da pedra polida, no qual ocorreu o desenvolvimento de um novo processo na fabricação de instrumentos, o polimento dos líticos. Neste sentido, a evolução da técnica marca o aprimoramento das atividades, seja com a caça, a pesca e a coleta, seja com a agricultura e a criação de animais, desenvolvidas posteriormente.

Sobre o domínio Mata Atlântica, Warren Dean (1996, p. 44-45), conforme citação anterior, destaca que os primeiros ocupantes humanos da floresta desenvolviam sua agricultura com a utilização de machados de pedra para retirar um anel da casca dos troncos das árvores, que depois seriam queimadas. Já para o plantio, o único utensílio utilizado era um bastão de cavoucar. O autor ressalta também a atividade de capina, mas não cita o instrumento utilizado neste caso. A agricultura do período, portanto, era praticada com o uso de pouquíssimos instrumentos.

Abordando a chegada da segunda leva de humanos à Mata Atlântica, os navegadores europeus e suas hordas, Dean (1996) destaca que os indígenas perceberam um salto tecnológico, no qual o emprego de novas ferramentas compostas por novos materiais, especialmente o metal, possibilitavam a realização das mesmas atividades em tempo muito menor se comparados às ferramentas feitas por eles até então. O autor destaca que “um grupo caingangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas na metade do século XX, lembrava-se de que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito frequente, para apanhar larvas e mel”. (*Ibidem*, p. 65)

Entre os Jê do Rio Grande do Sul, Schmitz e Becker (2006) destacam que possuíam material lítico composto por objetos de pedra polida e lascada.

Os artefatos de pedra eram polidos, como grandes mãos-de-pilão, que chegavam a medir 80 cm, e deveriam ser usadas para esmagar, por exemplo, pinhão; ou lâminas de machado, para cortar madeira. Para serem produzidos, eram escolhidas rochas adequadas, especialmente diorito e basalto. Mas freqüentemente são lascados, podendo ser classificados como talhadores (isto é seixos com gume lascado),

raspadores ou simples lascas usadas com ou sem retoque. (SCHMITZ; BECKER, 2006, p. 83)

Quanto ao período colonial, os Kaingang do Rio Grande do Sul tinham alguns utensílios e ferramentas, que foram divididos por Becker (1976, p. 222) entre os de uso doméstico, os de seu artesanato ou indústria caseira, os da cultura espiritual e as armas. Os utensílios domésticos eram machado de pedra, pilões e almofarizes de madeira, mão de pilão de pedra, canudos de taquara para guardar água, taquara revestida de argila para transportar o fogo, cestos diversos de fabricação própria. No preparo de alimentos, são destacados panelas, tachos, potes, copos, etc. (*Ibidem*, p. 223). Da cultura espiritual se destacavam os musicais, como os chocalhos, os maracás, as flautas, os cilindros, as trombetas, os clarinetes, a flauta de nariz

Além disso, as armas também eram importantes instrumentos na cultura Kaingang, especialmente o arco, a flecha e o varapau (BECKER, 1976; MABILDE, 1983). Segundo Mabilde (1983, p. 138), a fabricação destas armas se dava por meio do desbastes de ipê (*Handroanthus*), no caso do arco e da flecha, e da laranjeira-do-mato (*Sloanea guianensis*) para o varapau, ocorrendo sob o uso de ferramentas líticas ou, quando possível, de ferramentas de aço, adquiridas dos não-indígenas por meio de troca ou de pilhagem. Das armas citadas, seria o varapau o instrumento preferido dos Kaingang das matas do Rio Grande do Sul.

Ao tratar dos cultivos na Terra Indígena Nonoai (RS), Diana Nascimento (2017) aponta que a memória Kaingang destaca a realização de roçado com foices e também o plantio com

[...] uma ferramenta feita de madeira conhecida como xacho. Essa ferramenta era aparentemente semelhante a uma cavadeira- ferramenta utilizada para abrir buracos no solo. Porém, toda de madeira. Para confecção do xacho, o tronco de uma árvore de aproximadamente 20 cm de diâmetro era cortado e entalhado afim de deixar uma ponta fina e retangular. (NASCIMENTO, 2017, p. 36)

Dessa forma, os instrumentos e ferramentas foram de suma importância para o desempenho das atividades humanas, e seu aprimoramento incorria em melhorias nas condições de vida dos grupos que os utilizavam. A utilização de ferramentas e seu nível tecnológico interferem nos sistemas de produção e no desenvolvimento destas atividades,

tratamos neste tópico das ferramentas utilizadas pelo SPI no PI Nonoai para o cultivo do solo e analisamos suas implicações sobre o ambiente Kaingang.

No contexto do século XX, nossa pesquisa diz respeito à ação antrópica na paisagem do território Kaingang de Nonoai, que esteve inserido na lógica desenvolvimentista ligada à expansão agrícola, com produção especializada visando a autossuficiência do Posto, a venda de excedentes, buscando engendrar os indígenas no trabalho. Desta forma, o incentivo do SPI para a realização das atividades pecuárias e agrícolas no PI Nonoai se deu por meio da introdução de máquinas, utensílios e ferramentas necessárias em seu desenvolvimento.

Dentre as fontes pesquisadas, um dos primeiros documentos elaborados pelo SPI, foram dois inventários de bens pertencentes ao Posto Indígena, quando da chegada do encarregado Francisco Viera dos Santos, no início da década de 1940. No primeiro inventário são listados, entre “ferramentas e utensílios agrícolas” “1 picaretra destocadeira [...] 20 foices para cortar trigo [...] 1 cortadeira 2 lâminas e dois cabos para abrir buraco [...] 1 Apá Americano [*sic*], para jogar terra, c/ cabo [...] 78 enxadas “bugre” [...] 2 enxadões c/ cabo [...] 6 facões cabo de chifre c/ bainha de sóla [*sic*] [...] 1 pica reta de ponta [*sic*] [...] 1 ancinho de ferro com 14 dentes”¹³⁰ todas as ferramentas somavam o valor de 808\$000 (oitocentos e oito mil réis)

Dentre as “máquinas e instrumentos agrícolas”, constam “três arados ‘americanos’ nº 00”, “uma grade de dentes, com travessas de madeira em forma triangular”, “cento e vinte e oito machados de atorar” e “cento e setenta e oito foices de roçar”. No segundo inventário, na mesma categoria “máquinas e instrumentos agrícolas”, constam “uma plainadeira [*sic*] manual para milho e feijão”, “um extintor de formigas, marca ‘Ogrosan’”, “um debulhador de milho manual, ‘Marumby’” e “um rigador [*sic*] de folha, para horta e jardim”¹³¹. A pouca diversidade dos instrumentos demonstra que os indígenas realizavam seus cultivos com pouco ou nenhum auxílio de máquinas e ferramentas. Há que destacar a grande quantidade de machados e foices, provavelmente destinados mais à derrubada de árvores que à produção

¹³⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Inventário de bens de 1940**. 31/12/1940. Op. Cit.

¹³¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. **Inventário de bens de 1941**. PI Nonoai, 31 de dezembro de 1940. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

agrícola. Especialmente com o interesse do recém-chegado chefe na extração de madeiras para comercialização.

No segundo inventário constam também “uma carroça de quatro rodas”, “um carrinho de mão de madeira de pinho” e “uma zorra grosseira de madeira de cerne”, que, mesmo podendo ser utilizados nas atividades agrícolas, são descritos como “veículos e acessórios”. Diante do registro fotográfico abaixo, pode-se perceber que elas eram utilizadas no transporte de pessoas e, pelo estado de conservação, provavelmente apenas para isso.

Figura 10: Carroças do PI Nonoai (RS)



Fonte: BRASIL, SPI. **Índios com carroças**. PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 12 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A falta de instrumentos necessários à prática agrícola é destacada pelo chefe do Posto no ano de 1941, quando envia cartas a Paulino de Almeida, Inspetor do SPI em Curitiba, pedindo o envio de recursos para comprar ferramentas de uso agrícola. Em carta de 29 de janeiro deste ano, o encarregado envia a relação de material necessário ao posto, dentre as ferramentas constam: 4 arados, 2 carpideiras, 60 foices, 60 machados, 60 enxadas, 2 grades de dentes, 4 picaretas e 4 pás de abrir buraco. O pedido é reforçado, em carta de 7 de fevereiro de 1941, quando o chefe afirma “[...] porque esses pobres coitados estão cheios de necessidades, falta-lhes do comer à ferramenta para o trabalho da roça – foice, enxada e machado”. Na mesma carta, o chefe do PI Nonoai (RS) ressalta sua intenção em receber as ferramentas para empregar os indígenas nos trabalhos do posto, neste sentido afirma: “eu mesmo tenho muita esperança de libertar esta gleba com o próprio braço tosco do bronco - CAINGANGUE.” No ano de 1942, Vieira relata ao mesmo inspetor que trocava ferramentas com os indígenas por

seu trabalho, evidenciando que elas pertenciam ao SPI e eram utilizadas nas atividades do Posto e não nas roças dos Kaingang.

Neste sentido, Diana Nascimento (2017, p. 55), afirma, por meio de relatos orais dos indígenas do posto, que “[...] o SPI distribuía sementes, máquinas de plantio, insumos agrícolas para as famílias indígenas, além de oferecer ‘auxílio técnico’”. Dentre as ferramentas, Nascimento também destaca que algumas das tecnologias trazidas pelo SPI os Kaingang adaptaram aos seus costumes, a exemplo da substituição do *xacho*, ferramenta semelhante a uma cavadeira, pela plantadeira manual.

Especialmente nos primeiros anos da atuação do SPI no PI Nonoai (RS), muitas cartas e relatórios destacam a necessidade de ferramentas para os trabalhos do Posto. Em relatório referente às atividades do mês de junho de 1942, Francisco Vieira faz pedido ao diretor do SPI, “ENCARECE [*sic*] o Posto o fornecimento de uma semeadeira manual para trigo, visto que essa produção depende consideravelmente do esparramo da semente na terra e á [*sic*] mão o serviço não só é malfeito como demorado.” O trigo, conforme veremos no próximo item, foi um dos cultivos especializados que o SPI tinha grande interesse em desenvolver nas áreas indígenas.

O próximo inventário com mudanças significativas na quantidade e variedade de instrumentos data de 1948, quando são descritos 6 enxadões, 5 pás de corte, 60 foices de mão, 1 pá de concha, 4 picaretas de ponta, 1 picareta destocadeira, 2 extintores de formigas, 1 debulhador manual de milho, 4 arados reversíveis, 1 grade de discos (12 discos), 2 grades de ferro de duas partes com 40 dentes, 2 semeadoras manuais e 2 cultivadores “John Deere”.

No inventário de 1951, constam entre máquinas e ferramentas agrícolas: “1 extintor de formigas ‘Agrosan’”; “1 extintor de formigas ‘Ceanogaz’”; “1 debulhador de milho manual, ‘Marumbí’”; “4 arados reversíveis ‘Internacionais’ nº 57, 10””; “1 grade de disco de 12 discos de 18””; “2 grades de ferro em 2 partes, com 40 dentes”; “2 cultivadores ‘John Deer’”; “2 semeadoras manuais ‘Caon’”; “1 picareta destocadeira”; “60 foices para trigo”; “6 enxadões com cabo”. Para os animais os utensílios eram: “1 cincha de sola com barrigueira”; “2 freios de ferro com cabeça de couro”; “1 boçal com cabresto de couro”; todos utilizados em cavalos. Serviam tanto para atividades agrícolas como pecuárias “1 pá de concha com cabo”; “5 pás de

corte com cabo”; “4 picaretas com cabo”; “1 garfo com 4 dentes, de ferro”. Não são destacadas as ferramentas utilizadas pelos Kaingang em suas próprias roças.

A quantidade significativa de foices de mão representava a maior produção tritícola, visto que esta ferramenta é utilizada em seu processo de colheita. Demonstra também a quantidade de indígenas empregados nesta atividade, especialmente na supracitada prática de *Panelão*.

No último inventário enviado pelos agentes do SPI, é feita a relação de bens, na qual as ferramentas e instrumentos utilizados nas atividades agrícolas e pecuárias são listados como bens móveis e classificados segundo seu estado de conservação, de modo que constam como objetos perfeitos: “2 arados americano CP”; “1 grade com 5 discos, para trator”; “1 arado com 2 discos, para trator”; “2 serrotes à dois” (com dois cabos), este poderia ser utilizado nas construções. Foram considerados objetos em estado regular de conservação “2 grades de ferro para lavoura”; “1 ferro para marcar animais SPI; 1 carpideira para trator. O trator OLIVER, com esteira, comando de alavancas, à gasolina foi descrito como imprestável, pois estava parado há 11 anos.¹³²

Neste sentido, desde a chegada dos primeiros agentes do SPI ao território Kaingang, as ferramentas e instrumentos foram de grande importância para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias no Posto. Nos primeiros anos especialmente, muitas foram as cartas e relatórios em que estes utensílios eram solicitados com a justificativa de que, sem os mesmos, os indígenas não poderiam preparar suas roças. Dos relatórios e inventários de bens, Francisco Vieira era o encarregado que melhor detalhava e especificava os usos e a descrição destes objetos.

Outro aspecto importante a ser enfatizado é que esses bens, pertencentes ao patrimônio material do Posto e utilizados nas atividades agrícolas e pecuárias eram pouco diversificados, chegando a serem escassos, especialmente nos primeiros anos da atuação indigenista. Por meio dos documentos é possível perceber que, mesmo sendo descritos como parte do

¹³² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes ao patrimônio indígena**. PI Nonoai. 08 de maio de 1967. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ

patrimônio indígena, era o encarregado do Posto quem os gerenciava, realizando trocas e distribuindo conforme seus interesses. Os indígenas usufruíam destes recursos mediante a prestação de serviços para o Posto.

4.4 Os usos do solo e dos recursos naturais por arrendatários e posseiros

As atividades de exploração madeireira, agricultura e pecuária desenvolvidas pelo SPI no Posto Indígena Nonoai, por meio do trabalho de indígenas, causaram mudanças significativas nos modos de vida e nas práticas dos Kaingang, acarretando também na transformação de seu território. Além dessas ações, o SPI também lançou mão da prática de arrendamento, a qual, apesar de ser desenvolvida desde o início do século XX, passa a ser exercida com premissas diferentes, por meio de contratos, inicialmente estabelecidos entre não-indígenas e o encarregado do Posto e, posteriormente, lavrados em cartório com a gerência do próprio SPI, sob a presença de testemunhas e fiscalização da IR7. (BRINGMANN, 2015a, p. 378)

Ainda que não possuíssem o caráter oficial de um programa ou projeto desenvolvimentista, como foi o caso da *Campanha do Trigo* ou do *Programa Pecuário*, os arrendamentos tinham como finalidade principal proporcionar rendimentos extras, visando incrementar a renda adquirida com os trabalhos dos indígenas nas atividades agropecuárias. A meta destes contratos era alavancar o objetivo tão perseguido por inspetores e encarregados: a emancipação econômica dos Postos indígenas. (*Ibidem*, p. 376)

Conforme relatórios, cartas e recibos, os arrendamentos foram realizados pelo SPI desde sua chegada ao PI Nonoai. Em 1941, Francisco Vieira já relata que haviam três invernadas arrendadas, as quais seriam tomadas por ele para regularizar e continuar.¹³³ Neste mesmo ano, o encarregado aponta o arrendamento de invernadas por Ademar Wincler.¹³⁴ Sobre os arrendamentos feitos pelos indígenas, Vieira afirma

Não dispõe ainda o Posto de rendas porque, como já informei à V.S. eram feitos os arrendamentos pelos índios e os encontrei feitos ao chegar aqui; causaria, pois, descontentamento não mante-los, por isso deixei a arrecadação para fazê-la no próximo ano ao repetir.¹³⁵

¹³³ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação dos moradores dentro do Posto e das invernadas encaminhada ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 20 de fevereiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹³⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 12 encaminhada ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 25 de novembro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ

¹³⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 7 encaminhada ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 25 de junho de 1941. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ

Conforme analisamos, as áreas mais arrendadas eram de campos, chamadas de *invernadas*, as quais eram propícias para a atividade pecuária. Mas áreas destinadas à produção agrícola também eram visadas pelos não-indígenas. Exemplo disso, é a solicitação de Augusto João Schvantz, em março de 1956, enviada à Direção do SPI para arrendar 60 alqueires (145 hectares) de terra nas campinas de macega, na área do PI Nonoai. O requerente dizia estar interessado em plantar trigo, feijão, milho, além de pedir autorização para construir casas para os trabalhadores, fazer poteiros e desenvolver criação de suínos em grande escala. O valor oferecido por Schvantz era de Cr.\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por alqueire de terra ao ano.¹³⁶ Comparando os 145 hectares solicitados para arrendamento com a área de roças cultivadas no Posto naquele mesmo mês¹³⁷, o total de terras plantadas no Posto era 3 vezes menor que a solicitada por Augusto Schvantz. Isto considerando apenas a requisição supracitada. Ao analisar o ofício de 1952, constam 100 habitantes não indígenas, de forma que a quantidade de arrendatários do Posto era grande.¹³⁸

Sobre os arrendamentos, em março de 1962, as receitas com arrendamentos de duas áreas somaram Cr.\$ 92.300,00 (noventa e dois mil e trezentos cruzeiros).¹³⁹ Parte dos arrendatários, entretanto, efetuava o pagamento das rendas através de porcentagem sobre os resultados de suas colheitas. Neste sentido, em 1965, dos 137 hectares arrendados, o Posto recebeu 56.105 Kg (935 sacos) de milho, 8.350 Kg (139 sacos) de feijão, 180 kg (3 sacos) de soja e 900 kg (15 sacos) de arroz.¹⁴⁰

Além dos arrendatários, a área indígena de Nonoai passa a ser ocupada por posseiros, grupos que haviam sido excluídos das políticas de colonização e buscaram refúgio nas terras indígenas. Por isso,

[...] durante as décadas de 1950 e 1960, centenas de famílias camponesas invadem as reservas indígenas, arriscando-se como posseiros de pequenos lotes destinados à

¹³⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Proposta de arrendamento de Augusto João Schvantz encaminhada à Direção do SPI**. PI Nonoai. 22 de março de 1956. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹³⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do Posto Indígena Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai. 01 de março de 1956. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹³⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 16. Questionário n. 2**. 29/09/1952. Op. Cit. p. 2

¹³⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de arrendamentos encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai. 31 de março de 1962. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de arrendatários encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai. 21 de maio de 1965. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

subsistência da família. Muitas delas, por outro lado, foram atraídas pela possibilidade de firmar contratos de arrendamento com o SPI e lucrar com os mesmos. Muitos dos camponeses que já ocupavam parcelas das áreas indígenas, viam nos contratos de arrendamento uma possibilidade de se tornarem proprietários das terras em que se localizavam, pois esperavam que, com o tempo, o governo legitimasse suas posses, tendo em vista sua produtividade e as benfeitorias construídas nas áreas indígenas. (BRINGMANN, 2015a, p. 378)

Na década de 1960 aumentaram os litígios envolvendo a posse da terra no PI Nonoai, desse modo, também cresceu a procura por contratos de arrendamentos, pois, conforme supracitado, os arrendatários acreditavam que por meio deles seria possível obter a posse da terra.¹⁴¹ Além dos contratos, principalmente os grupos sem terra¹⁴² passaram a ocupar os espaços da Reserva e entrar em conflito ou a se relacionar com os indígenas, principalmente através de casamentos e compadrios.

Quanto aos conflitos, diversos setores da sociedade estiveram envolvidos, o governo estadual, o próprio SPI, o CIMI e os periódicos locais. Há grande número de documentos relatando os conflitos dos indígenas com intrusos e arrendatários devido à ocupação da área de Nonoai. Destacamos aqui as correspondências trocadas entre o assessor da Direção do SPI e alguns dirigentes de noticiários locais.

No início de 1964, houve uma divergência entre o representante do órgão federal e periódico *Última Hora*, o qual publicou em seu vespertino que o assessor, Carlos de Araujo Moreira Neto, havia afirmado estar certa a divisão do PI Nonoai em benefício da demarcação de terras para os invasores. Segundo o jornal, o funcionário do SPI reconheceu a legitimidade da posse pelos camponeses que ocupavam o espaço do Posto e passava a realizar o estudo que efetivaria essa posse. Mediante a publicação, o assessor buscou se justificar visando demonstrar que não havia chegado com a decisão tomada em favor dos intrusos. Como resposta, ele enviou um ofício aos principais periódicos do estado, no qual afirmava estar realizando um estudo aprofundado e imparcial sobre a questão. Abaixo, destacamos partes desse ofício, que foi publicado no jornal *Correio do Povo*, em 08 de janeiro de 1964.

¹⁴¹ Para mais informações sobre os conflitos agrários na região ver Tedesco (2014)

¹⁴² Utilizamos o termo sem terra e não sem-terra em função de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ter ocorrido posteriormente, a partir dos conflitos de 1978. Para conhecer mais sobre o MST, ver Silva (2020).

No curso dessas averiguações não nos cabe, legitimamente, expender quaisquer comentários ou julgamentos de valor que possam comprometer a solução do problema que deverá ser buscada, conjuntamente, pelos dirigentes da SUPRA e do SPI. Vejo-me, entretanto, na obrigação indeclinável de esclarecer minha posição pessoal face a questão, de vez que me foram atribuídas declarações que indicariam estar o Serviço de Proteção aos Índios disposto a permitir a divisão da Reserva tribal de Nonoai.

[...]

Nêste contexto, tanto os índios quanto os agricultores sem terra constituem categorias sociais diretamente ameaçadas em seus direitos e interesses pela constituição e a expansão da grande propriedade agrária privada.

Os índios brasileiros têm, no curso da história, pago um preço dramático ao processo de formação da nacionalidade e não podem continuar suportando o ônus da solução das tensões agrárias pela alienação de suas terras. Qualquer política agrária que desconheça os direitos imprescritíveis dos índios dêste país à vida, à terra e à liberdade incidirá necessariamente em uma solução que se desvia de sua orientação mais própria e justa e que busca remediar privações da população rural brasileira à custa da exploração de outros grupos sociais ainda mais necessitados de amparo e defesa; [*sic*]¹⁴³

Desde o episódio entre assessor do SPI e o jornal, novos conflitos se desenrolaram envolvendo a situação dos intrusão no PI. O fim dos arrendamentos, entretanto, ocorreu após o fim das atividades do SPI,

[...] a política de arrendamentos manteve-se pelo menos até 1973, quando da promulgação do Estatuto do Índio, o qual suprimia a possibilidade de arrendamento de terra indígena e proibia qualquer atividade agrícola ou extrativa por pessoas estranhas à comunidade indígena. (BRINGMANN, 2015a, p. 392-393)

Os arrendatários desenvolviam atividades diversas dentro do espaço Kaingang, utilizando o solo e os recursos presentes nas terras destes. Neste sentido, a pecuária e a agricultura eram as atividades mais desempenhadas, o que resultou na exploração do solo e na utilização dos recursos naturais do PI Nonoai. A realização de contratos pelos agentes do indigenismo oficializava tal prática, de modo que contribuiu para a transformação da paisagem Kaingang neste território.

Por fim, conforme as análises realizadas neste capítulo, as interferências no ambiente e as transformações na paisagem são premissas da condição humana, pois “os seres humanos

¹⁴³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta com resposta de Francisco M. Salzano, Chefe da Secção de Genética no Instituto de Ciências Naturais da URGs, para Carlos A. Moreira Neto.** PI Nonoai. 25 de janeiro de 1964. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

participam dos ecossistemas tanto como organismos biológicos aparentados com outros organismos quanto como portadores de cultura, embora raramente a distinção entre os dois papéis seja precisa” (WORSTER, 1991, p. 206). Os grupos indígenas se relacionavam com seu meio de forma particular, segundo seus traços culturais, enquanto os agentes do indigenismo brasileiro possuíam outras concepções e mantinham relações diferentes com ele, fazendo usos de seus recursos conforme premissas definidas de progresso e desenvolvimento.

Desse modo, a cultura, característica do ser humano, representa o impulso definidor das relações que os indivíduos e as sociedades estabelecem com o meio e a utilização que fazem de seus recursos. Tais relações, assim como a própria concepção sobre o meio são resultados da cultura humana que interfere e sofre interferência do ambiente. Conforme ressalta Schama (1996, p. 17), “[...] a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia”, de modo que é através da cultura, dos mitos e das tradições, que se formam diferentes modos de perceber o meio e atuar em relação a ele.

Quanto à transformação da paisagem, se considerarmos que “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento podem revelar-se como seu produto” (SCHAMA, 1996, p. 20), depreendemos, portanto, que as concepções e interpretações sobre ela, assim como sua própria configuração está condicionada aos fatores culturais, pois a memória, os mitos e as tradições estão diretamente associados às relações que o ser humano estabelece com o meio e aos contornos da paisagem cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, destacaremos um pouco do percurso para a realização deste estudo: o recorte temporal analisado, a delimitação e o diálogo com as fontes, o embasamento teórico utilizado e a metodologia empregada. Ademais, encerramos a pesquisa com novas e importantes contribuições à produção historiográfica.

Primeiramente, nosso recorte temporal esteve imbricado às fontes documentais e fotográficas acessadas. Nessas fontes, produzidas pelos funcionários da agência indigenista, o período temporal abarcado diz respeito ao decurso no qual os Kaingang de Nonoai estiveram sob a tutela direta do Serviço de Proteção aos Índios. A delimitação das fontes, entretanto, se deu também por sua disponibilidade no arquivo pesquisado. Fator que contribuiu para a restrição da pesquisa foi a impossibilidade de acesso a algumas fontes. Em função da pandemia e de uma reforma no Museu do Índio/RJ, não foi possível aos funcionários do departamento arquivístico aceder os Boletins Internos do SPI, que forneceriam informações relevantes quanto às diretrizes da agência indigenista, norteadoras das ações de seus funcionários.

As fontes analisadas correspondem aos documentos escritos e fotográficos produzidos pelos funcionários do SPI durante sua atuação no PI Nonoai, elas abarcam o recorte de 1941 a 1967, período de existência desse órgão tutelar. Acessamos mais de 1500 fontes e selecionamos as que mais condiziam com o desenvolvimento da pesquisa. Realizamos, inicialmente, uma leitura superficial, separando os documentos que tratavam dos assuntos mais pertinentes e deixando de lado outros com temas distantes de nosso objeto. Em função do recorte necessário e do tempo disponível, foram excluídos da análise, por exemplo, as listas de presença e de pagamento dos funcionários e os relatórios de enfermagem. Desse modo, entre as fontes citadas direta e indiretamente, nos baseamos em cerca de 700 documentos, os quais tratavam das atividades madeireiras, de agricultura e de pecuária do Posto e dos indígenas, além das práticas desenvolvidas por arrendatários e intrusos na área. Transcrevemos *ipsis litteris* cerca de 200 fontes, das quais citamos diretamente cerca de metade.

Os documentos e fotografias, por se tratarem de arquivos produzidos pelos agentes do indigenismo oficial, estavam permeadas de ideais desenvolvimentistas, nacionalistas e assimilacionistas, nas quais os indígenas seriam incapazes de gerir seu patrimônio e se autogovernar, devendo, portanto, ser tutelados pelo Estado e seus agentes até chegar o momento de sua total integração na sociedade circundante. Além disso, buscavam mostrar as benesses do trabalho realizados pela agência indigenista na área em questão. Desse modo, compreendendo que a produção das fontes não está isenta de sentido, mas diz respeito a um contexto, no qual seus agentes criadores são portadores de ideologias e traços culturais específicos, realizamos exame crítico com base nas referências teóricas em conjunto às contribuições bibliográficas que tratam sobre o tema no recorte temporal pesquisado.

Quanto à análise, referenciamos autores que abordam as diferentes relações humanas com o meio e seus principais resultados. Na utilização das fontes nos respaldamos nos textos de José Augusto Drummond (1991), o qual destaca que os diferentes documentos podem ser pertinentes nesses estudos que envolvem os grupos humanos e o seu ambiente. No que tange às relações que envolvem a sociedade e o meio, nos baseamos nos preceitos de Donald Worster (1991), no sentido de conhecer a maneira como elas se deram e quais fatores influenciaram para os resultados a elas imbricados. Por fim, focamos essas análises para enfatizar as transformações da paisagem cultural, a qual é destacada por Simon Schama (1996).

Na análise, mediante a interrelação de História Indígena e História Ambiental, a metodologia foi interdisciplinar, característica dos estudos ambientais, que se valem dos conceitos de áreas diversas. Nessa pesquisa, se destacam as contribuições da Arqueologia e da Geografia. Ao longo do texto, destacamos o que é considerado paisagem e como ela está imbricada à ação cultural, ou seja, as especificidades culturais dos grupos que a ocupam são responsáveis diretas pela sua transformação. Desse modo, aplicamos o conceito de paisagem cultural, a qual se configurou a partir da ação antrópica associada ao seu aparato de mitos, lembranças e obsessões.

Enfatizamos, nesse caso, a transformação de uma paisagem cultural artificialmente delimitada como espaço de ocupação Kaingang. Iniciamos, abordando sua configuração em

tempos pré-coloniais, quando da chegada dos primeiros povoadores no Planalto Meridional, há milhares de anos. Ao tratar do período pré-colonial, dentre os grupos humanos que ocuparam a paisagem da região, estavam os Jê Meridionais, ancestrais dos Kaingang, os quais estabeleceram relações com outros povos e agiram no ambiente, segundo suas especificidades culturais, o que decorreu em transformações nos modos de vida e na paisagem que ocupavam.

Milhares de anos depois, no período colonial, os Kaingang habitavam diversos espaços do Planalto Meridional, quando chegaram novos agentes cultural e etnicamente diferenciados. Os europeus chegaram e se distribuíram pelo território que atualmente compreende os três estados sul-brasileiros. No hodierno Rio Grande do Sul, em específico, as mudanças mais acentuadas para os Kaingang ocorreram a partir do século XIX, devido à imigração de alemães e italianos para a então província. A presença de grupos com diferenças culturais acentuadas acarretaram em novas relações com o ambiente. Desde modo, a transformação da paisagem passou a se dar em moldes e ritmos diferenciados.

Outro momento de grande mudança para os Kaingang da região foi em meados do século XX, quando o SPI, órgão indigenista oficial, ficou encarregado do desenvolvimento de atividades que promovessem a autossuficiência e o posterior engendramento dos indígenas na sociedade circundante. Num contexto econômico e político voltado ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo, a partir de 1941, os indígenas brasileiros, juntamente com seus espaços de ocupação, passaram a ser administrados pelo Estado nacional. Durante esse período de ação tutelar direta, os Kaingang do Rio Grande do Sul tiveram seus espaços definidos enquanto Postos Indígenas, nos quais seriam explorados os recursos, segundo as potencialidades neles contidas.

No PI Nonoai, em específico, os modos de vida e o espaço dos Kaingang passaram a ser envolvidos nas diretrizes do indigenismo brasileiro, o qual estabeleceu a promoção de atividades extrativistas e agropecuárias para a autossuficiência do Posto e para o engendramento dos indígenas no trabalho. Isso propiciou a introdução de novos elementos na área, a exploração do trabalho Kaingang e utilização massiva dos recursos de seu ambiente. O processo de desflorestamento do PI Nonoai, os usos da terra em atividades agrícolas e

pecuárias, as intrusões e os arrendamentos ali empreendidos foram fatores que contribuíram para a transformação da paisagem cultural nesse território.

Compreendemos, portanto, que a transformação da paisagem cultural decorre da relação humana com o ambiente. As diferentes relações entre os grupos humanos e destes com o meio resultaram em distintas configurações nas paisagens. Neste sentido, discorreremos sobre a situação dos Kaingang, enfatizando a presença de novos agentes sobre seu território, após a chegada dos imigrantes europeus e, por fim, com a atuação do SPI em seu território, administrando suas terras e os recursos nela contidos, definindo as atividades desenvolvidas e tentando gerenciar seu próprio trabalho.

Ao tratar da transformação da paisagem cultural no espaço de ocupação tradicional Kaingang, evidenciamos que os indígenas se relacionaram com o meio segundo suas características culturais e as situações que vivenciaram. Destacamos, portanto, a relevância de considerarmos as diferentes atuações no ambiente indígena, o qual não foi ocupado, utilizado e configurado apenas por seus habitantes originais. O espaço em estudo foi invadido, explorado e transformado também por agentes externos que inseriram elementos exógenos, desenvolveram novas atividades e adotaram práticas que resultaram em diferentes configurações da paisagem cultural. Ao aplicarmos o conceito de paisagem imbricado à ação antrópica, analisamos criticamente que os mitos, as lembranças, as obsessões, enfim, as especificidades culturais dos grupos humanos representaram relações particulares com a paisagem que a transformaram no decorrer do tempo.

Os aspectos que não puderam ser abrangidos na pesquisa, devido às escolhas metodológicas e à falta de tempo hábil, correspondem principalmente aos meios de resistência indígena durante esse processo, ou seja, de que maneira os Kaingang reagiram à introdução dos novos elementos e à exploração dos recursos contidos em seu território. Compreendemos que ao focarmos nossa análise em fonte produzida pelos agentes do SPI, nossa pesquisa esteve limitada às descrições por eles feitas. Não nos debruçamos mais sobre a perspectiva do indígena, nem esmiuçamos suas formas de resistir ao domínio e à exploração que transformaram o ambiente em que viviam, em função das poucas informações sobre isso contidas nos documentos e fotografias. Desse modo, compreendemos que a utilização de

outras fontes, a exemplo da oral, podem fornecer novas informações e possibilitar a realização de pesquisa com uma perspectiva mais voltada a visão dos indígenas. Uma análise sob a perspectiva decolonial, nesse caso, também possibilitaria a construção de uma pesquisa sobre os indígenas que os represente sob novas ideias e conceitos, e que não se limitaria às visões do colonizador e dos agentes externos.

6. REFERÊNCIAS

Bibliografias

ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense**: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xaçecó. Tese. UFSC. Florianópolis, 2015. 542 p.

ATLAS NACIONAL DO BRASIL MILTON SANTOS. IBGE/2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap4_pt8.pdf Acesso em: 10 de setembro de 2020.

BASSO, Clarissa Maria Grezzana. A araucária e a paisagem do planalto sul brasileiro. In: **Revista de Direito Público**. Londrina, v. 5, n. 2, ago. 2010. p. 1-11

BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. In: **Pesquisas**. nº 29. Instituto Anchieta de Pesquisas Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo (RS), 1976. 329 p.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do sul**: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xaçecó/SC (1941-1967). Tese. UFSC. Florianópolis, 2015a. 452 p.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios, colonos e fazendeiros**: conflitos interculturais e resistência *Kaingang* nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). 219 p. Mestrado em História (Dissertação), UFSC. 2010.

BRINGMANN, Sandor Fernando. Tutela, chefia e poder: uma análise da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios através da atuação de Francisco Vieira no Posto Indígena Nonoai (RS) - (1941-1956). In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**. v.9, n.18. UFGD: Dourados/MS, jul-dez 2015b. 24 p.

COPÉ, Silvia Moehlecke. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 149-171, 2015.

CORDEIRO, José Luís Passos; HASENACK, Heinrich. Cobertura Vegetal Atual do Rio Grande do Sul. 2009. In: PILLAR, Valério De Patta; MÜLLER, Sandra Cristina; CASTILHOS, Zélia Maria de Souza; JACQUES, Aino Victor Ávila. **Campos Sulinos**: Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. 403p

CRISTO, Tuani de; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Protagonismo Guarani na porção sul do Brasil Meridional: o ñande reko em territórios das bacias hidrográficas dos rios Iequí e Caií no ano de 1635. In: **Antíteses**. v. 11, n. 21, 2018, Janeiro-Junho, pp. 108-131

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Tradução: José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. 376 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. In: **Novos Estudos**. São Paulo, v. 37, n. 03, p. 429-443, Set.–Dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800030002> Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v37n3/1980-5403-nec-37-03-429.pdf> Acesso em: setembro, 2020.

D'ANGELIS, Wilmar Rocha; VEIGA, Juracilda. O trabalho e a perspectiva das sociedades indígenas no Brasil. In: **Simpósio Nacional da Pastoral Operária, O futuro do trabalho na sociedade brasileira**. São Paulo, 14-17 nov. 2001. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/trabalho_indigena.pdf. Acesso em: 26/11/2021.

DEAN, Warren. A evolução da floresta. In: _____. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. (p. 19-37)

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. In: **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 115-132, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2015000200008&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: abril, 2020.

HERRLEIN JR, Ronaldo; CARVALHO, Vera Regina F. O Vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonial brasileiro - 1500-1822. In: **Simpósio Historias subregionales de Rio Grande do Sul y Uruguay: ocupación territorial, inmigraciones y desarrollo socioeconómico**. UNIVATES: Lageado, RS. 1999, 24 p. Disponível em: http://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/artigo_sobre_o_periodo_colonial.pdf Acesso em: 13/10/2021

JACOBUS, André Luiz. Alimentos utilizados pelo homem na Pré-história. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pré-história do Rio Grande do Sul. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. Documentos 05. São Leopoldo (RS), Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS. 2006. p. 149-164

KERN, Arno Alvarez. Antecedentes Indígenas: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional. In: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1998. p. 15-24

KERN, Arno Alvarez. Paleopaisagens e povoamento pré-histórico no Rio Grande do Sul. In: _____. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (RS): Mercado Aberto, 1991. p. 13-61

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). In: **Instituto Anchieta de Pesquisas**. São Leopoldo (RS), n. 64, 2007. 343p.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 92-108

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. **Apontamentos sobre os selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul (1836-1866)**. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. 232 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.

MEDEIROS, João de Deus; SAVI, Maurício; BRITO, Bernardo Ferreira Alves de. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. In: **Biotemas**. UFSC. v 18 n 2. 2005. p. 33-50

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no período 1930-1955. In: _____ **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal. 1986. 13-42

MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Edel, 2004. p. 1-16

MÜLLER, Paulo Henrique; BARRICHELO, Luiz Ernesto George; MARTO, Giovana Beatriz Theodor. *Tabebuia heptaphylla* (Ipê-Roxo). In: **INFOBIOS**. 2005. Disponível em: <http://www.infobios.com.br/Artigos/Florestal/YpeRoxo/index.htm>. Acesso em: 31/10/2021.

NASCIMENTO, Diana. **A resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio: o caso da Terra Indígena Nonoai – RS**. Dissertação. UnB. Brasília, DF, 2017. 100 p.

NETO, Jandira. **História da Arqueologia**: Série. IAB, maio / 2014. 4 p.

NEVES, Walter. **Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas**. São Paulo: Cortez, 2002. 87 p.

NOELLI, Francisco Silva. Os Jê do Brasil meridional e a antigüidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. In: **Estudos IberoAmericanos**. v. 22, n.1, p. 13-25. 1996.

NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a História dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, Suplemento 3, 1999, p. 285-302.

- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ALMEIDA, Carina Santos de. A memória da paisagem: os Kaingang e as relações entre cultura e natureza nos “apontamentos” de Mabilde. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, 2011. 20 p.
- OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. **Povos indígenas e Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul (1963-1988)**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2020. 215p.
- PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica. 2002. 120p
- REIS, Lucas Bond. **Para uma História Jê Meridional na Longa Duração: o Contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua Inserção Regional**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 2015. 377p.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 152 p.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A Arqueologia do Jê Meridional: uma longa aventura intelectual. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó (SC), v. 29, n. 45, p. 7-32, Dez/2016.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pré-história do Rio Grande do Sul. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 05**. São Leopoldo (RS), Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS. 2006. 164p.
- SILVA, André Luis Freitas da. **Reduções Jesuítico-Guarani: espaço de diversidade étnica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS: UFGD, 2011. 174 f.
- SILVA, Claiton Márcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel M. X. de. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agrossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015. p. 271-297.
- SILVA, Émerson Neves da. **Rebeldia camponesa na América Latina: análise comparada da luta agrária do MST e do Neozapatismo**. Curitiba: CRV, 2020. 198 p.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297-316 (online). Disponível em: http://grupodetrabalhoorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Historia-e-modelos.pdf Acesso em: 03 de agosto de 2021.
- VANIN, Alex Antônio; SILVA, Gean Zimmermann da; TEDESCO, João Carlos. A disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: síntese de alguns elementos históricos. In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da, ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, (p. 175-229). ISBN: 978-85-64905-76-4.

TEDESCO, João Carlos. Conflitos agrários no norte gaúcho: indígenas, negros e agricultores. In: **XII Encontro estadual de História ANPUH/RS**. São Leopoldo (RS), UNISINOS.

08/2014 17 p. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363609965_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf

Acesso em: 20 de abril de 2021.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. 537 p.

TOLEDO, Beatriz Furlan. **Aproximando os Jê Meridionais dos Centrais e Setentrionais**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2020. 161p.

TURNER, Frederick. **O espírito ocidental contra a natureza**: mito, história e as terras selvagens. Tradução: José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 309 p.

VEIGA, Juracilda. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. 2006. 10 p.

Disponível em: http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf. Acesso em: 26/11/2021.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. In: **Ambiente & Sociedade**. v. 6. n. 1. 2003, p. 22-44

WREGGE, Marcos Silveira; GARRASTAZU, Marilice Cordeiro; SOARES, Márcia Toffani Simão; FRITZSONS, Elenice; SOUSA, Valderes Aparecida de; AGUIAR, Ananda Virginia de. Principais fitofisionomias existentes no estado do Paraná e os novos cenários definidos pelas mudanças climáticas globais. In: **Ambiência**. Guarapuava (PR), v.13 n.3., Set/Dez 2017. p. 600-615

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850-1920**. Ijuí (RS): Ed. UNIJUÍ, 1997. 208 p

Mapas:

MAPA 01: BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do sul**: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967). Tese. UFSC. Florianópolis, 2015a. p. 169

Fontes documentais e fotográficas

Documentos:

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 10 de dezembro de 1940. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Inventário de bens de 1941.** PI Nonoai, 31 de dezembro de 1940. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 12 de janeiro de 1941. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 14 de janeiro de 1941. p. 2-3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 25 de janeiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 29 de janeiro de 1941. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 02 de fevereiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 11 de fevereiro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 20 de fevereiro de 1941. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, sobre relação de moradores dentro do Posto.** PI Nonoai, 20 de fevereiro de 1941. 1 fl. Microfilme 058. Fotograma 0042. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 7, enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 12 de março de 1941. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 03 de maio de 1941. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades nº 7, encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7.** PI Nonoai, 25 de junho de 1941. Microfilme 058. Fotogramas 0066 e 0067. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 10 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 25 de setembro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Relatório nº 11 de 1941 encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 25 de outubro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta de Francisco Vieira encaminhada ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 06 de novembro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório nº 12 encaminhada ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 25 de novembro de 1941. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1941 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 02 de janeiro de 1942. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta nº 3 enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 12 de fevereiro de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 20 de maio de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 19 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 10 de junho de 1942. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Relatório extra enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 23 de agosto de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta nº 5 enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 03 de novembro de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 05 de dezembro de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício Relatório nº 13, do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** 1º de janeiro de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 13 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 20 de fevereiro de 1943. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Carta nº 1 encaminhada pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** PI Nonoai, 26 de fevereiro de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 14 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 26 de fevereiro de 1943. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 29 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 23 de junho de 1943. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 24, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 1º de dezembro de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de janeiro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0524 a 0530. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 45 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 17 de janeiro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 30 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Diretor do SPI.** PI Nonoai, 1º de junho de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 21 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 23 de junho de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 25 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 08 de julho de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 30 de setembro de 1944. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Carta enviada pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 03 de outubro de 1944. p. 1-2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 04 de novembro de 1944. Fotograma 0668 a 0672 SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do Pi Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 08 de janeiro de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 13 de março de 1945. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 06 de 1945, encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 1º de junho de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 1º de setembro de 1945. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 6.** PI Nonoai, 31 de outubro de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1945 encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 20 de novembro de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 8.** PI Nonoai, 05 de março de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 7.** PI Nonoai, 31 de março de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 9.** PI Nonoai, 12 de abril de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 13.** PI Nonoai, 23 de maio de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 24.** PI Nonoai, 15 de janeiro de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 27.** PI Nonoai, 07 de março de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 21.** PI Nonoai. 11 de junho de 1947. p. Microfilme 058. Fotograma 1165. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 36.** PI Nonoai, 28 de julho de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 08 de março de 1950. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 02 de junho de 1950. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 21 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 04 de julho de 1950. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 3 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai, 15 de janeiro de 1951. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno**. 1º de julho de 1951. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 15 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 14 de julho de 1951. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 16. Questionário n. 2**. PI Nonoai. 29 de setembro de 1952. Microfilme 058. Fotogramas 1537-1541. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno do PI Nonoai**. PI Nonoai, março de 1953. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do Posto Indígena Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai. 01 de março de 1956. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Proposta de arrendamento de Augusto João Schvantz encaminhada à Direção do SPI**. PI Nonoai. 22 de março de 1956. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ofício nº 6 enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 1º de junho de 1956. 1 p. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de bens semoventes do PI Nonoai encaminhada ao Diretor do SPI**. PI Nonoai, 03 de junho de 1957. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Ata de reunião realizada no PI Nonoai, em 30 de outubro de 1957, enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 30 de outubro de 1957. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Termo de morte de animal nº 11**. PI Nonoai, 24 de novembro de 1957. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura. **Telegrama enviado pelo encarregado do PI Nonoai ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai, 14 de abril de 1958. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de arrendamentos encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. PI Nonoai. 31 de março de 1962. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Inventário de bens do PI Nonoai encaminhada ao Inspetor da IR7**. PI Nonoai, 31 de julho de 1963. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta com resposta de Francisco M. Salzano, Chefe da Secção de Genética no Instituto de Ciências Naturais da URGS, para Carlos A. Moreira Neto**. PI Nonoai. 25 de janeiro de 1964. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de arrendatários encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** PI Nonoai. 21 de maio de 1965. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de semoventes do PI Nonoai encaminhada ao Inspetor da IR7.** PI Nonoai, 29 de outubro de 1965. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes ao patrimônio indígena.** PI Nonoai. 08 de maio de 1967. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de semoventes do PI Nonoai encaminhada ao Inspetor da IR7.** PI Nonoai, 16 de outubro de 1967. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Figuras:

FIGURA 1: INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. **Biomias do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/images/stories/site/mapa-bioma-pampa-rio-grande-sul.gif> Acesso em: 10 de setembro de 2020.

FIGURA 2: UFSM. **Mapa do Rio Grande do Sul: Regiões Fisiográficas.** In: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm> Acesso em: 20 de março de 2022.

FIGURA 3: BAIIXAR MAPAS. **Mapa do Rio Grande do Sul: Mesorregiões.** In: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-rio-grande-do-sul-mesorregioes/> Acesso em: 20 de março de 2022.

FIGURA 4: BRASIL. SPI. **Cerca do posto indígena.** Serviço de Proteção aos Índios. 1944. 1 fotografia, 11 x 6,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FIGURA 5: FORTHMANN, Heinz. Posto Indígena Nacional Nonoai. Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. **Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a 7ª Inspeção Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FIGURA 6: BRASIL. SPI. **Ponte do posto indígena.** Serviço de Proteção aos Índios. 1944. 1 fotografia, 6,5 x 5,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FIGURA 7: BRASIL, SPI. **Plantação do posto indígena.** PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 8,5 x 6 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FIGURA 8: BRASIL. SPI. **Índios trabalhando em plantação.** PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FIGURA 9: FORTHMANN, Heinz. Curral do posto indígena Nonoai. Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. **Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a 7ª Inspeção Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FIGURA 10: BRASIL, SPI. **Índios com carroças.** PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 12 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.